

TEORIA E EVIDÊNCIA ECONÔMICA

DIFERENCIAL DE SALÁRIO ENTRE TRABALHADORES NATIVOS E MIGRANTES NA CAFEICULTURA DE MINAS GERAIS

Nilmar Diogo dos Reis
Jaqueline Severino da Costa
Arthur Alexandre Gonçalves
Luiz Gonzaga de Castro Junior
Renato Elias Fontes

GESTÃO DE PESSOAS EM PROPRIEDADES LEITEIRAS: UMA ANÁLISE NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Maria Rosicléa Teles Honorato
Suellen Arlany Silva Gomes
Daniela Moreira de Carvalho

GESTÃO EM UMA EMPRESA VITIVINÍCOLA, UMA ANÁLISE EMBASADA NAS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Luciane Rosa de Oliveira
Elisângela Schmitz
Karoline Hartwig Barres

INFLUÊNCIA DOS CONHECIMENTOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NAS DECISÕES DE INVESTIMENTOS DE ACADÊMICOS DE ADMINISTRAÇÃO DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Denize Grzybovski
Greici Teresinha Matte
Talita Bernardi Goettems

IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

Andressa Michels
Joice Coletti Luna
Daniela Rinaldi

UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO PARANÁ (1975-2018)

Leonardo Bresolin Galafassi
Romano Augusto Bebbber
Pery Francisco Assis Shikida

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PRODUTORES DE QUEIJO COLONIAL GAÚCHO E A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO ARTESANAL

Bruna Bresolin Roldan
Larissa Bueno Ambrosini
Carolina Bremm
Denise Reif Kroeff



FEAC - Faculdade de Ciências Econômicas,
Administrativas e Contábeis

EDITORA

Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics

ANO 26 | n. 55 | jul./dez. 2020

ISSN On-line 2318-8448
ISSN Impresso 0104-0960

TEORIA E
EVIDÊNCIA
ECONÔMICA



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Bernadete Maria Dalmolin

Reitora

Edison Alencar Casagrande

Vice-Reitor de Graduação

Rogério da Silva

Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
e Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Antônio Thomé

Vice-Reitor Administrativo

Verner Luis Antoni

Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas,
Administrativas e Contábeis

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
Ciências Econômicas (B)

Coordenadora: Cleide Fátima Moretto

Administração (B)

Coordenador: Anderson Neckel

Ciências Contábeis (B)

Coordenador: Rodrigo Marciano da Luz

Agronegócio (CST)

Coordenadora: Valquiria Paza

Gestão Comercial (CST)

Coordenador: João Rafael Alberton

Gestão de Recursos Humanos (CST)

Coordenador: Róger Belin

Logística (CST)

Coordenador: Henrique Dias Blois

Comércio Exterior (CST)

Coordenadora: Nadia Mar Bogoni

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

Coordenador: Luiz Fernando Fritz Filho

CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC

Coordenador: João Paulo Gardelin

Coordenador de Pesquisa: Julcemar Bruno Zilli

Coordenadora de Extensão: Amanda Guareschi

Coordenador de Pós-Graduação: Marcos Elmar de
Figueiredo Nickhorn

Editor

André da Silva Pereira

Fundador

Marco Antonio Montoya

Capa

Agecom/Nexpp

Suporte técnico

Gustavo Dória

Teoria e Evidência Econômica é uma publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo, que tem por objetivo a divulgação de trabalhos, ensaios, artigos e resenhas de caráter técnico da área de economia e demais ciências sociais.

Teoria e Evidência Econômica

Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics

ISSN On-line 2318-8448
ISSN Impresso 0104-0960

CONSELHO EDITORIAL

Armando Vaz Sampaio (UFPR)
Becky Moron de Macadar (PUCRS)
Bernardo Celso de R. Gonzales (BB)
Carlos José Caetano Bacha (USP)
Carlos Ricardo Rossetto (UNIVALI)
Cesar A. O. Tejada (UFAL)
Denize Grzybovski (UPF)
Derli Dossa (EMBRAPA)
Eduardo Belisário Finamore (UPF)
Gentil Corazza (UFRGS)
Geraldo Santana de Camargo Barros (USP)
João Carlos Tedesco (UPF)
Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho (USP)
Joaquim J. M. Guilhoto (USP)
João Rogério Sanson (UFSC)
José Luiz Parré (UEM)
José Vicente Caixeta Filho (USP)
Karen Beltrame Becker Fritz (UPF)
Luciano Javier Montoya (EMBRAPA)
Marcelo Portugal (UFRGS)
Marco Antonio Montoya (UPF)
Marina Silva da Cunha (UEM)
Nali de Jesus de Souza (PUCRS)
Oriowaldo Queda (USP)
Patrícia Raggi Abdallah (FURG)
Paulo Fernando Cidade de Araújo (USP)
Paulo Waquil (UFRGS)
Ricardo Silveira Martins (UNIOESTE)
Roberto Serpa (UFV)
Thelmo Vergara Martins Costa (UPF)

CIP – Catalogação na Publicação

Teoria e evidência econômica / Universidade de Passo Fundo.
Faculdade de Economia e Administração. – Ano 1, n. 1
(mar. 1993). – Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo
Fundo, 1993. .
v. : il.; 22 cm.

Semestral.

A partir do v. 9, n. 16 (maio 2001) foi incorporado um
subtítulo, passando a se chamar Teoria e evidência econômica :
Brazilian journal of theoretical and applied economics.
ISSN 0104-0960

1. Economia. 2. Ciências sociais.

CDU: 33

Biblioteca Daiane Citadin Raupp CRB 10/1637



EDITORA
editora@upf.br
www.upf.br/editora

Coordenadora da UPF Editora

Janaina Rigó Santin

Revisão

Cristina Azevedo da Silva

Programação visual

Rubia Bedin Rizzi

Sumário

Apresentação	171
Diferencial de salário entre trabalhadores nativos e migrantes na cafeicultura de Minas Gerais	172
Diferencial salarial entre trabajadores nativos y migrantes en la producción de café en Minas Gerais	
Wage differential between native and migrant workers in the cafeiculture of Minas Gerais	
<i>Nilmar Diogo dos Reis</i>	
<i>Jaqueline Severino da Costa</i>	
<i>Arthur Alexandre Gonçalves</i>	
<i>Luiz Gonzaga de Castro Junior</i>	
<i>Renato Elias Fontes</i>	
Gestão de pessoas em propriedades leiteiras: uma análise no Agreste de Pernambuco....	186
People management in the milk propieties: an analysis in the Agreste of Pernambuco	
Gestión de personas en propiedades lácteas: un análisis en el Pernambuco Agreste	
<i>Maria Rosicléa Teles Honorato</i>	
<i>Suellen Arlany Silva Gomes</i>	
<i>Daniela Moreira de Carvalho</i>	
Gestão em uma empresa vitivinícola, uma análise embasada nas Teorias da Administração	201
Management in a wine company, na analysis based on Management Theories	
La gestión en una empresa vinícola, un análisis basado en las teorías de la gestión	
<i>Luciane Rosa de Oliveira</i>	
<i>Elisângela Schmitz</i>	
<i>Karoline Hartwig Barres</i>	
Influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas decisões de investimentos de acadêmicos de Administração do norte do Rio Grande do Sul	220
Influence of knowledge about financial management in the investment decisions of Administration academics from the north of Rio Grande do Sul	
Influencia del conocimiento sobre gestión financiera en las decisiones de inversión de académicos de la Administración del norte de Rio Grande do Sul	
<i>Denize Grzybovski</i>	
<i>Greici Teresinha Matte</i>	
<i>Talita Bernardi Goettems</i>	

Importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento do agronegócio	244
Importance of credit cooperativism for the development of agribusiness	
Importancia del cooperativismo de crédito para el desarrollo de la agronegocios	
<i>Andressa Michels</i>	
<i>Joice Coletti Luna</i>	
<i>Daniela Rinaldi</i>	
Uma análise da distribuição espacial da produção de cana-de-açúcar no Paraná (1975-2018).....	272
An analysis of the spatial distribution of sugar cane production in Paraná (1975-2018)	
Análisis de la distribución espacial de la producción de caña de azúcar en Paraná (1975-2018)	
<i>Leonardo Bresolin Galafassi</i>	
<i>Romano Augusto Bebbber</i>	
<i>Pery Francisco Assis Shikida</i>	
Perfil socioeconômico dos produtores de queijo colonial gaúcho e a importância da produção artesanal.....	297
Socioeconomic profile of colonial cheese producers and the importance of artisanal production	
Perfil socioeconómico de los productores de queso colonial gaucho y la importancia de la producción artesanal	
<i>Bruna Bresolin Roldan</i>	
<i>Larissa Bueno Ambrosini</i>	
<i>Carolina Bremm</i>	
<i>Denise Reif Kroeff</i>	
Diretrizes para autores.....	311

Apresentação

É com muita satisfação que apresento mais um número da revista *Teoria e Evidência Econômica (RTEE)*, a segunda do ano de 2020 (v. 26, n. 55, 2020). Começamos com o artigo “Diferencial de salário entre trabalhadores nativos e migrantes na cafeicultura de Minas Gerais”, que discute salário, cultura do café, migração e muito mais. Em “Gestão de pessoas em propriedades leiteiras: uma análise no agreste de Pernambuco”, o escopo do estudo abrange a mão de obra, a gestão pecuária de leite e o RH envolvidos no processo. “Gestão de uma empresa vitivinícola, uma análise nas teorias da administração”, as autoras discorrem sobre gestão, teoria da administração e capital humano. “Influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas decisões de investimentos dos acadêmicos do curso de graduação em administração numa universidade comunitária no norte do estado do Rio Grande do Sul” investiga a influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas decisões de investimentos dos acadêmicos em administração. “Importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento do agronegócio” identifica a relevância dos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas de crédito para o setor de agronegócios. “Uma análise da distribuição espacial da produção de cana-de-açúcar no Paraná (1975/2018)” analisa as modificações espaciais da produção no quociente locacional da microrregião do estado. Em “Perfil socioeconômico dos produtores de queijo colonial gaúcho e a importância da produção artesanal”, a discussão versou sobre esse mercado e seu funcionamento.

Espero que as discussões e os textos e conclusões apresentados possam servir aos leitores como estímulos de busca de novos meios científicos de evolução pessoal e de mercado. Gostaria de agradecer a confiança dos nossos autores e renovar o convite para novos e intrigantes temas de pesquisas futuras.

Atenciosamente,

Andre da Silva Pereira
Editor

Revista Teoria e Evidência Econômica
Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis
Universidade de Passo Fundo

Diferencial de salário entre trabalhadores nativos e migrantes na cafeicultura de Minas Gerais

*Nilmar Diogo dos Reis**

*Jaqueline Severino da Costa***

*Arthur Alexandre Gonçalves****

*Luiz Gonzaga de Castro Junior*****

*Renato Elias Fontes******

Resumo

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial e o segundo consumidor de café no mundo. Por isso, o café é um dos produtos mais significativos para a economia brasileira. Em Minas Gerais, a produção é basicamente manual em virtude da topografia e, desta forma, utiliza muita mão de obra, que é composta por trabalhadores locais e imigrantes de outras regiões do Brasil, o que leva à discussão sobre se a renda auferida por esses trabalhadores é socialmente justa, sobretudo quando se comparam os rendimentos salariais da força de trabalho local com os rendimentos da força de trabalho em relação aos migrantes na cafeicultura. Os resultados encontrados apontaram para a existência de evidências de que os migrantes ganham um rendimento/hora superior aos trabalhadores nativos. Além disso, o efeito característica foi o maior responsável pelos ganhos superiores observados.

Palavras-chave: Discriminação de Oaxaca-Blinder. Oportunidades iguais. Migração.

* Doutorando em Administração, Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: nilmardiogo@yahoo.com.br

** Professora PhD em Economia, Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: jaqueline.s.costa@ufla.br

*** Graduado em Administração, Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: artur.alexandre.goncalves@gmail.com

**** Professor PhD em Economia Aplicada, Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: lgcastro@ufla.br

***** Professor PhD em Administração, Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: refontes@dga.ufla.br

<http://doi.org/10.5335/rtee.v26i55.12087>

Submissão: 03/12/2020. Aceite: 20/04/2021.

Introdução

O café possui posição de destaque na pauta de exportações brasileiras. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café e ocupa o segundo lugar entre os maiores consumidores da bebida no mundo. Por isso, o café é um dos produtos mais significativos para a economia brasileira, com importante contribuição para o desenvolvimento nacional desde a indústria e serviço, além do próprio setor primário (SARAIVA *et al.*, 2017). Destaca-se que a produção brasileira equivale a aproximadamente 30% da produção mundial e o país exporta por ano uma média de 34 milhões de sacas (CONAB, 2017).

As exportações de café verde têm propiciado divisas para o país e movimentaram um volume de recursos da ordem de US\$ 5,2 bilhões em 2017, contribuindo para a indução do produto interno bruto (PIB) brasileiro e impactando diretamente na empregabilidade de 8 milhões de pessoas (BRASIL, 2017).

Atualmente, a produção da espécie *arábica* está concentrada no estado de Minas Gerais, sendo este o maior estado produtor com um total de aproximadamente 24 milhões sacas em 2017, seguido por São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Esses quatro estados concentram 85% da produção nacional (CONAB, 2017).

Em Minas Gerais, a produção é basicamente manual em virtude da topografia e, por isso, utiliza muita mão de obra, que é composta por trabalhadores locais e imigrantes de outras regiões do Brasil, em especial da região nordeste do país (BINDA, 2013). Contudo, as condições de trabalho desses indivíduos carecem de análises, em especial neste momento, em que cresce a demanda por uma cafeicultura mais sustentável. Nesse sentido, surge a discussão sobre se a renda auferida por esses trabalhadores pode ser considerada socialmente justa, particularmente quando se comparam os rendimentos salariais da força de trabalho local com os da força de trabalho dos migrantes.

Este trabalho tem como objetivo aplicar a metodologia de decomposição de *Oaxaca-Blinder* (1973) ao longo do ciclo de vida do café. Para construção do Inventário Social do Ciclo de Vida, utilizou-se os dados secundários extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2015.

Além disso, mediante a importância do setor para o Brasil e, em particular, para o estado de Minas Gerais, este trabalho tem como objetivo analisar se existe diferencial de rendimento entre trabalhadores nativos e migrantes de outros

estados do Brasil na produção de café em Minas Gerais. Ademais, a literatura, em sua maior parte, apresenta análises baseadas em técnicas que fazem uso de indicadores menos complexos; assim, neste trabalho, utilizou-se a decomposição de *Oaxaca-Blinder* para a mensurar essa diferenciação salarial na expectativa de obter análises mais contundentes.

Referencial teórico

Nesta seção, será apresentada a revisão de literatura, a qual consiste em duas partes: 1) apresentação do setor cafeeiro; 2) breve discussão a respeito da discriminação no mercado de trabalho brasileiro.

O setor cafeeiro no Brasil

No Brasil, as exportações de café ocupam a quinta posição entre as principais *commodities*. A área total cultivada no país com café (*arábica* e *conilon*) totaliza 2,13 milhões de hectares. Desse total, 319,17 mil hectares (15%) estão em formação e 1,81 milhão de hectares (85%) em produção. Desta última porcentagem, a área cultivada de *arábica* é de 1,73 milhão de hectares, correspondendo a 81% da área total existente, e a área de *conilon* é estimada em 398,8 mil hectares (CONAB, 2019).

O tipo de produção utilizado na propriedade rural produtora de café é caracterizado principalmente em função de seu relevo característico. A diversidade encontrada na topografia das principais regiões com aptidão para a cafeicultura no Brasil é decisiva para a determinação da tecnologia utilizada. Sendo assim, estão presentes nas realidades produtivas brasileiras os manejos manual, semimecanizado e mecanizado. A produção manual é caracterizada pela não utilização de máquinas automotoras, como tratores e colhedoras, nos processos de condução da lavoura e também na colheita, conforme o Boletim Ativos do Café (2015).

Ressalta-se que o uso de máquinas acopladas ao corpo humano, como roçadeiras, não caracteriza um processo produtivo ou uma atividade como mecanizada, da mesma forma que utilização de máquinas automotoras apenas no transporte interno de materiais e insumos. Os sistemas cuja produção é denominada semimecanizada são caracterizados pela utilização de máquinas automotoras nos processos de

condução da lavoura. Apesar de serem realizadas atividades de forma mecanizada, como adubações e pulverizações, a colheita nesse tipo de produção é manual (BOLETIM ATIVOS DO CAFÉ, 2015).

Já nas propriedades onde a topografia e os recursos financeiros são favoráveis, é característico o tipo de produção mecanizado. Dessa forma, o Boletim Ativos do Café (2015) define esse tipo de manejo como os que se utilizam de máquinas automotoras nas atividades de condução da lavoura e nas atividades de colheita.

Oportunidades iguais/discriminação

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde 1999, aspira por um conceito de trabalho decente, em que as oportunidades de acesso sejam iguais. Por meio de relações de trabalho que prezem pela equidade, sem discriminação de qualquer natureza, priorizando a dignidade da pessoa humana e a segurança OIT (1999).

Segundo a OIT (1999), a discriminação no trabalho resulta na intensificação do ciclo de pobreza, prejudicando a estabilidade política e a produtividade do trabalho. Dessa forma, a busca pela manutenção de relações de trabalho justas, nas quais a equidade se faça presente, é fundamental para o enfrentamento da pobreza, a manutenção da democracia, a igualdade social e, também, para o desenvolvimento sustentável.

Ainda de acordo com a OIT (2019), o gênero e a raça (ou cor) são fatores determinantes quando se trata das diferentes possibilidades de acesso a um bom emprego e suas respectivas condições trabalhistas, como remuneração justa e benefícios. Dessa forma, o gênero e a cor são fatores significativos quando se trata da forma como a pobreza será encarada pelos indivíduos e suas famílias, e também como vão conseguir ou não superar essa pobreza.

Diversos autores têm se dedicado aos estudos sobre as circunstâncias causadoras das diferenças salariais. Dentre eles, Giuberti e Menezes-Filho (2005) estudaram as diferenças de rendimento existentes entre o Brasil e os Estados Unidos nos anos de 1981, 1988 e 1996, naquilo que se refere à questão de gênero. De acordo com a conclusão dos autores, existem diferenças de rendimentos, mas elas não são explicadas pelas características masculinas e femininas.

No Brasil, os rendimentos salariais médios das mulheres correspondem a 68% do retorno masculino em 1981, enquanto que, em 1996, esta porcentagem passou

para 80% do rendimento masculino. Nos Estados Unidos, o rendimento salarial das mulheres correspondia a 66% dos rendimentos auferidos pelos homens no ano de 1981, passando para 78% em 1996. Tanto nos EUA como no Brasil, nos dois anos considerados, a diferença salarial sempre foi maior para pessoas do sexo masculino (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005). Na Áustria, cerca de 60% da desigualdade salarial existente entre homens e mulheres não é explicada pelas diferentes características de produtividade. Em média, as mulheres austríacas ganham cerca de 11% a menos que os homens (BÖHEIM *et al.*, 2013).

Grandner e Gstach (2015), ao analisar as diferenças salariais entre subgrupos da população da Alemanha e da Áustria, em 2008, encontraram diferenças salariais de cerca de 20% a 25% entre homens e mulheres, sendo que cerca de 15% dessas diferenças salariais se referem à discriminação, e o restante à diferença nas características.

No cenário brasileiro, Cirino e De Lima (2012) apontaram o valor da diferença de rendimentos do trabalho exercido na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Concluíram que, no ano de 2006, o retorno do trabalho é maior na RMBH em comparação com a RMS tanto para os homens quanto para as mulheres.

Mattei e Baço (2017) explicaram as diferenças salariais existentes no mercado de trabalho do estado de Santa Catarina nos anos 2000, 2007 e 2014. Os resultados apontaram para uma redução nas diferenças salariais entre homens e mulheres, o que indica que a discriminação contra as mulheres, entendida como a principal causa dessa diferenciação salarial, também diminuiu no período considerado.

Mais recentemente, Fonseca *et al.* (2018) analisaram a discriminação salarial com relação ao gênero e à cor para a Região Norte do Brasil em 2004 e 2013. O estudo concluiu que, apesar de o grau de discriminação por gênero e cor ter sido menor no período analisado, a desigualdade salarial permaneceu em razão do fator discriminatório.

Jacinto (2005), ao analisar os diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da Região Sul do Brasil, buscou mensurar as diferenças de salários entre trabalhadores com graus de educação e ocupação semelhantes. O estudo concluiu que os homens apresentaram rendimentos salariais melhores em relação às mulheres.

Mattei e Baço (2017) analisaram a existência da diferença salarial entre os homens e as mulheres na indústria de transformação do estado de Santa Catarina.

Os resultados mostraram que existe uma diferença salarial que favorece indivíduos do sexo masculino. Além disso, argumentam que a maior parte desta diferença é atribuída a fatores não explicados pelos atributos dos trabalhadores, o que pode indicar a existência de discriminação no setor de transformação.

Batista e Cacciamali (2009) estudaram o diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a sua condição de migração. Eles constataram duas situações: na primeira, considera-se a Região Sudeste, onde a diferença de rendimentos por sexo é menor entre os indivíduos migrantes em comparação com os não migrantes; e na segunda situação, atenta-se para o resto do Brasil, onde a diferença de rendimentos por sexo é menor entre os indivíduos não migrantes em comparação com os migrantes.

Destaca-se, contudo, que a literatura a respeito da temática/problemática da desigualdade salarial entre migrantes e nativos no setor cafeeiro de modo geral e, especificamente, no estado de Minas Gerais ainda é incipiente. Isso reforça a necessidade da ampliação de estudos que abordem o problema.

Procedimentos metodológicos

Nesta seção, será apresentada a decomposição de *Oaxaca-Blinder*, que permite estimar a discriminação do mercado de trabalho, bem como a origem da fonte de dados usada nesta pesquisa.

Oportunidades iguais/discriminação

De forma a captar uma possível discriminação de migrantes e não migrantes nesse setor, foi realizada a decomposição de *Oaxaca-Blinder*. Este método consiste em estimar os rendimentos por hora dos trabalhadores na produção de café no estado de Minas Gerais. Por isso, torna-se necessário estimar a variável dependente (y) tanto para trabalhadores migrantes quanto para nativos do estado de Minas Gerais. A equação que capta as diferenças de rendimentos é do tipo:

$$\ln \ln (y) = X' \beta + v \quad (1)$$

Em que $\ln(y)$ é o vetor do logaritmo natural do rendimento do trabalhador; $X'\beta$ é a matriz de variáveis explicativas; e v é o vetor de erros aleatórios (CIRINO; DE LIMA, 2012).

Na matriz de variáveis explicativas X' , foram consideradas as seguintes variáveis, que usualmente são utilizadas nas equações de rendimentos: escolaridade, idade, gênero, cor ou raça e posição na ocupação.

Essa metodologia pode ser aplicada a outros objetivos, por exemplo, ao se analisar as diferenças que ocorrem no comportamento de migrantes temporários e permanentes (ARISTEI, 2013). Para que seja possível a exemplificação da metodologia, será detalhada a decomposição da diferença salarial por gênero.

Segundo Oaxaca (1973) e Blinder (1973), para calcularmos a desigualdade salarial existente, por exemplo, entre homens e mulheres, o primeiro passo a ser estabelecido é a construção de equações mincerianas que, de acordo com Mincer (1974), é o modelo salarial de Mincer (1974), método utilizado para estimar retornos à educação, retornos à qualidade da educação, retornos à experiência, entre outros, como a equação de rendimento citada anteriormente.

Nas equações mincerianas, a variável dependente é o logaritmo do rendimento médio do trabalho principal e as variáveis independentes são idade, cor ou raça, posição na ocupação e escolaridade. Para trabalhadores locais, têm-se:

$$\underline{Y}_L = \underline{X}_L \hat{\beta}_L \quad (2)$$

E para migrantes:

$$\underline{Y}_M = \underline{X}_M \hat{\beta}_M \quad (3)$$

Em que $\underline{Y}$ é o rendimento médio de cada indivíduo pertencente a cada um dos grupos e os subscritos L e M representam homens e mulheres, respectivamente. A matriz $\underline{X}$ representa as características médias de cada grupo e o vetor β simboliza o retorno dessas características.

Logo, calculamos os rendimentos *contra-factuais* das mulheres, caso elas sejam remuneradas iguais aos homens, ou seja, os retornos das características dos trabalhadores locais são transferidos para os trabalhadores migrantes:

$$\tilde{Y}_M = \underline{X}_M \hat{\beta}_H \quad (4)$$

Em que $\tilde{Y}$ é o rendimento médio *contra-factual* dos trabalhadores migrantes. Desta forma, pode-se calcular a discriminação através da seguinte decomposição:

$$\hat{Y}_L - \hat{Y}_M = \underline{X}_H \hat{\beta}_H - \underline{X}_M \hat{\beta}_M \quad (5)$$

Dando sequência à decomposição, tem-se:

$$\hat{Y}_L - \hat{Y}_M = \hat{\beta}_M (\underline{X}_L - \underline{X}_M) + \underline{X}_M (\hat{\beta}_L - \hat{\beta}_M) + (\underline{X}_L - \underline{X}_M) (\hat{\beta}_L - \hat{\beta}_M) \quad (6)$$

Em que: $\hat{Y}_L - \hat{Y}_M$ representa a desigualdade total; $\hat{\beta}_M (\underline{X}_L - \underline{X}_M)$ consiste no efeito característica (parte da desigualdade devida às diferenças nas variáveis explicativas); $\underline{X}_M (\hat{\beta}_L - \hat{\beta}_M)$ se refere ao efeito preço (parte da desigualdade atribuída às diferenças nos β 's), que é conhecida na literatura como termo de discriminação; e $(\underline{X}_L - \underline{X}_M) (\hat{\beta}_L - \hat{\beta}_M)$ se refere à interação entre ambos os termos da equação.

Fonte de dados

Os dados utilizados são referentes ao setor de café nas regiões brasileiras, sendo os dados caracterizados como secundários, extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo IBGE no ano de 2015.

Resultados e discussão

Para analisar o logaritmo, é necessário estimar uma equação de rendimentos, utiliza-se a forma logarítmica para incorporar a não linearidade na regressão. A não linearidade faz com que os retornos aumentem em uma proporção constante, o que é mais razoável do que em valor absoluto constante. Outro ponto é que essa forma de regressão faz com que se estreite a amplitude dos valores, tornando as estimativas menos sensíveis às observações extremas (*outliers*).

Assim, ao analisar o logaritmo do rendimento/hora dos trabalhadores na produção de café de Minas Gerais com o objetivo de fazer a decomposição de sua diferença e observar qual a representatividade de cada efeito no diferencial de rendimento total. Essa operação permite estimar qual a participação da discriminação entre trabalhadores nativos e migrantes na diferença total de rendimentos destes grupos.

Na Tabela 1, é apresentada a decomposição da diferença do logaritmo do rendimento/hora entre os trabalhadores nativos e migrantes do setor de produção de café em Minas Gerais. Ao se utilizar da decomposição de Oaxaca-Blinder, expressa na Equação (6), foi possível estimar que a desigualdade total entre trabalhadores nativos e migrantes na produção de café em Minas Gerais foi de -0,2488. Esse coeficiente indica que os migrantes ganham em média 28% a mais se comparados aos trabalhadores nativos. Os resultados mostraram ainda que o rendimento/hora dos trabalhadores migrantes na produção de café em Minas Gerais é de R\$ 6,08, enquanto que o rendimento/hora dos trabalhadores nativos foi de R\$ 4,75 (Tabela 1).

Tabela 1 – Decomposição da diferença do logaritmo do rendimento/hora entre trabalhadores migrantes e trabalhadores nativos na produção de café em Minas Gerais

Diferencial do valor esperado do logaritmo do rendimento/ hora	Coeficiente	Rendimento hora
Trabalhador migrante	1,806475 (0,0382)*	6,08
Trabalhador Nativo	1,5575 (0,0974)*	4,75
Diferença	-0,2488 (0,1047)**	1,28
Efeito características	0,3045 (0,2097)*	% Diferença -122,38
Efeito preço	-0,2181 (0,1063)**	87,66
Interação	-0,3352 (0,1116)*	134,72

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD 2015.

Notas: *Significativo a 1%; **Significativo a 5%; variáveis de controle – educação, idade, idade ao quadrado (*proxy* da experiência), gênero, cor ou raça, com carteira assinada e sem carteira assinada.

Enquanto o *efeito característica* é parte da desigualdade atribuída às diferenças nas variáveis explicativas, o *efeito preço* mensura o retorno de cada característica produtiva. Ao se medir o efeito simultâneo das diferenças nas características e nas diferenças nos retornos salariais, tem-se o *efeito de interação* (JANN, 2008).

O *efeito característica* representa -122,38% do diferencial de rendimento entre migrantes e nativos – que é o percentual de diferença calculado através do respectivo coeficiente dividido pelo coeficiente da diferença –, ou seja, a diferença nos atributos dos trabalhadores fez com que os migrantes recebessem cerca de 35,6% – da qual esta porcentagem é calculada através da subtração do exponencial do coeficiente menos um –, a mais que os trabalhadores nativos na produção de café em Minas Gerais.

O *efeito característica* pode ser o maior responsável pela diferenciação salarial entre trabalhadores nativos e trabalhadores migrantes. Possivelmente, os trabalhadores migrantes podem ser mais produtivos do que os trabalhadores nativos e apresentar nível de escolaridade ou qualificação técnica superiores em relação a eles.

O *efeito preço* se refere à diferença nos retornos das características produtivas e é o grande responsável pela diferenciação salarial entre trabalhadores nativos e trabalhadores migrantes. O efeito preço teve como impacto o aumento do diferencial de rendimentos. Ele representa 87,66% do diferencial total de rendimentos entre trabalhadores nativos e trabalhadores migrantes na produção de café em Minas Gerais.

Os resultados do *efeito preço* apresentaram um retorno médio do trabalho dos nativos superior ao do trabalho dos migrantes. A parcela do diferencial de rendimentos entre os trabalhadores nativos e os trabalhadores migrantes, que é atribuído às diferenças de retorno das características produtivas, faz com que os trabalhadores migrantes recebam 19,6% a menos que os trabalhadores nativos. Isso implica em dizer que não existe discriminação de rendimento/hora em favor dos trabalhadores migrantes. Conclui-se, a partir daí, que os trabalhadores migrantes possuem maior destreza, produtividade ou escolaridade em relação aos trabalhadores nativos que trabalham no setor cafeeiro.

O termo de interação mostrou-se significativo na análise, pois representou uma possibilidade de aumento no diferencial total de 134,72%. Isso indica que o retorno médio dos trabalhadores migrantes é 28,5% menor se comparado aos trabalhadores nativos.

Conclusões

Este estudo teve como objetivo analisar a existência de uma possível discriminação salarial entre trabalhadores migrantes e trabalhadores nativos na produção de café em Minas Gerais através da decomposição de Oaxaca-Blinder. Para realizar este estudo, foi necessário estimar os rendimentos por hora trabalhada no setor produtivo de café em Minas Gerais. A base de dados utilizada foi a PNAD 2015.

Os resultados encontrados apontaram para a existência de evidências de que os migrantes ganham um rendimento/hora superior aos trabalhadores nativos. Além disso, o efeito característica teve como característica o fator de maior relevância pelos ganhos superiores observados nos trabalhadores migrantes.

Na produção de café em Minas Gerais, há evidências da predileção pela mão de obra de trabalhadores migrantes, possivelmente em razão do fato de o trabalhador se deslocar e aproveitar o período da colheita para ter uma renda maior e enviá-la a sua família na região de origem.

Entretanto, existem algumas limitações que precisam ser evidenciadas neste trabalho. A primeira delas se refere ao problema de seleção amostral, pois observou-se somente o rendimento das pessoas que estão trabalhando de forma remunerada. Uma possível solução seria utilizar o modelo de seleção amostral desenvolvido por Heckmman, o Tobit II.

Uma segunda limitação se refere ao problema de variáveis omitidas e que podem ter impactos não inicialmente previstos na amostra. A escolha, a produtividade, a motivação e a habilidade são exemplos de variáveis que não foram controladas na regressão, mas que podem determinar o rendimento das pessoas, além de estarem possivelmente relacionadas às variáveis explicativas utilizadas no modelo.

Agradecimentos

Os autores agradecem, de forma irrestrita, aos revisores do VII Simpósio da Ciência do Agronegócio – 2020, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Centro de Inteligência em Mercados (CIM-UFLA).

Diferencial salarial entre trabajadores nativos y migrantes en la producción de café en Minas Gerais

Resumen

Brasil es el mayor productor y exportador del mundo y el segundo mayor consumidor de café del mundo. Por eso, el café es uno de los productos más importantes para la economía brasileña. En Minas Gerais, la producción es básicamente manual debido a la topografía y, por lo tanto, utiliza mucha mano de obra que está conformada por trabajadores locales e inmigrantes de otras regiones de Brasil, lo que lleva a la discusión de si el ingreso de estos trabajadores es socialmente justo, especialmente cuando se compara el ingreso salarial de la fuerza laboral local con la fuerza laboral en relación con los migrantes en el cultivo del café. Los resultados encontrados apuntan a la existencia de evidencia de que los migrantes obtienen un ingreso por horas más alto que los trabajadores nativos. El efecto característico fue en gran parte responsable de las mayores ganancias observadas.

Palabras clave: Discriminación Oaxaca-Blinder. Oportunidades iguales. Migración.

Wage differential between native and migrant workers in the cafeiculture of Minas Gerais

Abstract

Brazil is the world's largest producer and exporter and the second largest consumer of coffee in the world. For this reason, coffee is one of the most significant products for the Brazilian economy. In Minas Gerais, production is basically manual due to the topography and, therefore, uses a lot of labor that is made up of local workers and immigrants from other regions of Brazil, which leads to the discussion of whether the income earned by these workers is socially just, especially when comparing the wage income of the local labor force to the labor force in relation to migrants in coffee farming. The results found pointed to the existence of evidence that migrants earn a higher hourly income than native workers. In addition, the characteristic effect was largely responsible for the largest gains seen.

Keywords: Oaxaca-Blinder discrimination. Equal opportunities. Migration.

Referências

- ARISTEI, D. A Blinder–Oaxaca decomposition for double-hurdle models with an application to migrants' remittance behaviour. *Applied Economics Letters*, v. 20, n. 18, p. 1665-1672, 2013.
- BATISTA, N. N. F.; CACCIAMALI, M. C. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, n. 1, p. 97-115, 2009.
- BINDA, R. J. *Doce exploração: percepções do trabalhador rural do setor sucroenergético da microrregião nordeste do Espírito Santo sobre dignidade em sua atividade laboral*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2013.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural variables. *Journal of Human Resources*, v. 8, p. 436-455, 1973.
- BOLETIM ATIVOS DO CAFÉ. Superintendência Técnica da CNA e Centro de Inteligência em Mercados (CIM) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), ano 9, Edição 20, 2015. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/boletins/ativos-cafe-20_0.83833200%201514916999.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.
- BÖHEIM, R. *et al.* The distribution of the gender wage gap in Austria: evidence from matched employer-employee data and tax records. *Journal for Labour Market Research*, v. 46, n. 1, p. 19-34, 2013.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Café no Brasil*. 2017. Disponível em: <http://antigo.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Acompanhamento da safra brasileira de café. v. 5, Safra 2019, n. 3, Terceiro levantamento, Brasília, p. 1-48, set. 2019.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Acompanhamento safra brasileira de café, v. 4, Safra 2017, n. 4, Quarto levantamento, Brasília, p. 1-84, dez. 2017.
- CIRINO, J. F.; de LIMA, J. E. Diferenças de rendimento entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador: uma discussão a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 43, n. 2, p. 371-390, 2012.
- FONSECA, M. R. *et al.* Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor na região norte do Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 2, p. 739-760, 2018.
- GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. *Economia Aplicada*, v. 9, n. 3, p. 369-384, 2005.
- GRANDNER, T.; GSTACH, D. Decomposing wage discrimination in Germany and Austria with counterfactual densities. *Empirica*, v. 42, n. 1, p. 49-76, 2015.
- JACINTO, P. D. A. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com microdados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 43, n. 3, p. 529-555, 2005.
- JANN, B. The Blinder-Oaxaca decomposition for linear regression models. *The Stata Journal*, v. 8, n. 4, p. 453-479, 2008.

MATTEI, T. F.; BAÇO, F. M. B. Análise das desigualdades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho de Santa Catarina. *DRd-Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 7, n. 2, p. 96-117, 2017.

MINCER, J. Schooling, Experience, and Earnings. *Human Behavior & Social Institutions*, n. 2, 1974.

OAXACA, R. L. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, p. 693-709, 1973.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 1999. Disponível em: https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 01 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SARAIVA, C. E. D. A. B.; FERNANDES, A. M.; LIMA, A. P. A.; da COSTA, L. T.; CUNHA, C. N. Competitividade na Cafeicultura Brasileira. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 17. 2017.

Gestão de pessoas em propriedades leiteiras: uma análise no Agreste de Pernambuco

*Maria Rosicléa Teles Honorato**

*Suellen Arlany Silva Gomes***

*Daniela Moreira de Carvalho****

Resumo

O objetivo do artigo consiste em avaliar as práticas de gestão de pessoas dentre as técnicas de treinamento, remuneração e avaliação de desempenho na região Agreste do estado de Pernambuco. Implementar estratégias de gestão de pessoas é fundamental para o sucesso das organizações, visto que as mudanças necessárias na empresa só terão efetividade e legitimidade a partir do envolvimento das pessoas. Para tanto, foram entrevistados 41 funcionários e 30 gestores de cidades localizadas na bacia leiteira do estado de Pernambuco. Os resultados apontaram inexistência das técnicas da gestão de pessoas na região de estudo, baixo índice de treinamentos, insatisfação dos funcionários e alto índice de informalidade. A ausência de *feedback* entre gestores e funcionários resultou em 85% de insatisfação dos funcionários. Contudo, é importante ressaltar que ter foco com a gestão de pessoas, estimular o comprometimento da mão de obra com as propriedades e gerar motivação e capacitação são fatores primordiais para o crescimento da pecuária leiteira.

Palavras-chave: Mão de obra. Gestão. Recursos humanos. Pecuária de leite.

* Graduada em Zootecnia, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. E-mail: teles.rosicleia@gmail.com

** Mestranda em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: suellenarlany@gmail.com

*** Professora Doutora em Agronegócios, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. E-mail: dmcoop@gmail.com

Introdução

Inserida no agronegócio, a cadeia agroindustrial do leite é reconhecida como uma das mais importantes do setor sob as óticas social e econômica. Presente em todo o território nacional, estima-se que 558 microrregiões geográficas brasileiras produzam leite. Além disso, a atividade atua na formação de emprego de aproximadamente 4 milhões de pessoas que trabalham diretamente na atividade (CLEOCY, 2019).

Em 2018, a produção brasileira de leite chegou a 33,8 bilhões de litros, e 13% do leite produzido nacionalmente são oriundos da Região Nordeste (CNAE; IBGE, 2019). A cadeia do leite é a principal atividade para dezenas de municípios do estado de Pernambuco. No Agreste do estado, encontra-se a mais importante bacia leiteira, responsável por 80% da produção de leite do estado (SANTOS, 2019). Nesse aspecto, podemos observar a grandeza e a importância da pecuária de leite para o estado de Pernambuco, onde o investimento no capital humano ainda é escasso. Ter foco com a gestão de pessoas, estimular o comprometimento da mão de obra com as propriedades e gerar motivação e capacitação são fatores primordiais para o crescimento da pecuária leiteira.

No presente, existe uma literatura substancial sobre o uso das práticas de gestão de pessoas e seu impacto no desempenho de organizações em outros setores. Porém, pouca informação estruturada é encontrada na literatura sobre gestão de pessoas em propriedades leiteiras. Isso resulta em uma compreensão um pouco limitada de como as práticas podem ter impacto no desempenho das propriedades, sobretudo considerando a diversidade de gestão observada entre diversas regiões (ULLAH; ZHENG, 2014).

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo avaliar as práticas de gestão de pessoas em propriedades leiteiras da região Agreste do estado de Pernambuco, pois identificar elementos sobre o perfil dos funcionários e proprietários, a remuneração, os treinamentos e desafios na obtenção e manutenção da mão de obra, bem como as demandas dos funcionários, torna-se importante, devido ao fato de tais elementos serem fundamentais para o avanço da gestão de empresas rurais, uma vez que padrões de gestão eficazes impactam de maneira decisiva na sua sustentação e na competitividade do desenvolvimento econômico da organização e do setor.

Referencial teórico

Ocupando a 3^o posição do *ranking* mundial de produção de leite, o Brasil abriga um dos maiores rebanhos produtivos do mundo, com aproximadamente 37 milhões de cabeças, estimando um efetivo de 16,4 milhões de vacas ordenhadas em 2018. Do total de animais ordenhados, o Sudeste segue com o maior efetivo ordenhado nacional, representando 29,2%, enquanto o Sul representa 20,6% e o Nordeste, 20,4%, ocupando o segundo e o terceiro lugar, uma diferença percentual pequena no rebanho, embora com diferenças significativas em termos de produtividade (CNAE; IBGE, 2019). No Nordeste, o estado da Bahia atualmente lidera o *ranking*, produzindo 870.281 mil litros/ano, enquanto Pernambuco ocupa a segunda posição, produzindo 795.698 mil litros/ano (CNAE; IBGE, 2019).

O Agreste de Pernambuco é composto principalmente por pequenas e médias propriedades, a maioria destas com características de agricultura familiar. Elas são, em sua maioria, gerenciadas de forma empírica, com pouco ou sem nenhum conhecimento de gestão. O baixo nível tecnológico aplicado nas propriedades e a falta de gestão mais profissionalizada conferem ao segmento produtivo indicadores técnicos aquém das suas reais potencialidades (MONTEIRO *et al.*, 2007).

São vários os fatores que limitam a gestão de pessoas nas empresas rurais. Um exemplo é a caracterização da produção agropecuária de tempos atrás ter sido realizada por serviços braçais, conduzida por mão de obra escrava, que aos poucos foi sendo substituída por imigrantes italianos, os quais utilizavam implementos manuais de tração animal para realização das atividades. Devido a essa estrutura escravagista, nos dias de hoje, tem-se um histórico de mão de obra barata e pouco qualificada que ainda persiste em alguns locais. Outro fator que limita as empresas rurais para implementar a gestão de pessoas na empresa rural são as exigências legais previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (BRASIL, 1943), pois o empregador tem dificuldades de se adequar às regulamentações exigidas para o setor. Além disso, o processo de administração que acomete as propriedades é tipicamente autoritário-paternalista, não permitindo a melhoria do profissional, levando as empresas rurais a uma alta taxa de rotatividade (YAMAUCHI, 2017). Implementar estratégias de gestão de pessoas é fundamental para o sucesso das organizações, visto que as mudanças necessárias na empresa só terão efetividade e legitimidade a partir do envolvimento das pessoas (DA SILVA *et al.*, 2016).

Diante do contexto exposto, os aspectos básicos da gestão de pessoas nas empresas rurais são treinamento, remuneração e avaliação de desempenho. Tais aspectos, visualizados como parceiros da empresa, fornecem conhecimentos, habilidades e, sobretudo, inteligência especializada, auxiliando a empresa no alcance do sucesso.

As modificações que estão ocorrendo no cenário da economia têm causado grande impacto no agronegócio brasileiro. A busca por produtos diversos causa uma fragmentação de mercado, crescendo a exigência dos consumidores por qualidade.

O funcionário é um aliado extremamente importante, pois o resultado da qualidade da produção está mediante sua responsabilidade. A Instrução Normativa 77 (IN-77) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de novembro de 2018, exige uma melhora significativa na qualidade do leite produzido pelo produtor, pois estabelece parâmetros de procedimentos e ações para boas práticas agropecuárias, com a finalidade de obter leite de qualidade e seguro ao consumidor. As normas exigidas pela IN-77 englobam a organização da propriedade, de instalações e equipamentos, bem como formação e capacitação dos responsáveis pelas tarefas cotidianas. O artigo 6º da IN-77 estabelece que os produtores tenham como parte de seu programa de autocontrole um plano de qualificação dos fornecedores do leite, o qual deve contemplar assistência técnica e gerencial, bem como a capacitação dos funcionários (BRASIL, 2018; DA SILVA *et al.*, 2016).

É sabido que o sistema de ordenha adotado nas propriedades leiteiras é de grande importância para a tomada de decisões no quesito qualidade, seja a ordenha manual ou mecânica, a forma de manipulação dela influenciará diretamente a qualidade do leite. Para uma ordenha adequada, existe a necessidade de uma mão de obra treinada, entretanto, talvez esse seja um dos principais problemas enfrentados pelos produtores de leite, sabendo que é a principal etapa do processo de produção que demanda a capacitação da mão de obra (PEIXOTO, 2016).

O treinamento prepara o funcionário com o objetivo de promover a aquisição de habilidades, regras, atitudes e comportamentos, aperfeiçoando o desempenho da pessoa ocupante do cargo. Isso resulta numa melhor adequação entre as características dos funcionários e as exigências da função. É importante entender a necessidade de seguir todas as etapas de um processo do treinamento, pois apenas dessa forma os resultados esperados poderão ser atingidos. O primeiro aspecto a ser tratado dentro da organização é o amadorismo da administração, visto que

técnicas de treinamento ainda são pouco exploradas no setor agropecuário (RUSSI; COSTA E SILVA; ZÚCCARI, 2009).

Associados à gestão estratégica de pessoas, os sistemas de remuneração e avaliação de desempenho são cruciais para estimular os funcionários na obtenção do aumento da produtividade e para cumprir os objetivos e metas da organização. Não há dúvidas de que é essencial incluir os sistemas de remuneração e avaliações de desempenho entre as prioridades de políticas de gerenciamento das empresas rurais, com o objetivo de estabelecer equilíbrio interno na empresa, sem essa política, a motivação e o desempenho no ambiente de trabalho tornam-se baixos. Na remuneração, o equilíbrio externo também deve ser avaliado, correlacionando a remuneração para os cargos com as médias do mercado, dentro de uma região geográfica. Para os cargos operacionais, são considerados fatores como formação escolar, experiência, responsabilidade por contatos e por resultados, riscos de acidentes, condições ambientais e esforço físico resultante da execução das atividades de rotina. Já o processo de avaliação de desempenho é facilitado pela utilização de elementos que permitam uma análise qualitativa e quantitativa, possibilitando pontuar fatores como qualidade, rendimento, zelo, comportamento, assiduidade, entre outros (GONÇALVES; STEFANO; BACCARO, 2017).

Procedimentos metodológicos

Com o intuito de avaliar a gestão de pessoas nas empresas rurais, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório a partir de uma abordagem qualitativa por meio de questionários, buscando-se analisar o perfil das propriedades leiteiras e dos funcionários com base nas técnicas de gestão de pessoas. Nesta pesquisa, foram entrevistados 41 funcionários e 30 gestores de propriedades leiteiras de médio porte, distribuídos em 10 cidades da bacia leiteira do Agreste de Pernambuco: Águas Belas, Alagoinha, Bom Conselho, Buíque, Garanhuns, Itaíba, Pedra, Salóá, São Bento do Uma e Venturosa.

A análise das entrevistas é descrita considerando a percepção de gestores e funcionários. Foram realizadas entrevistas com 30 gestores, cujo maior percentual da pesquisa se concentrou nas cidades de Bom Conselho, Pedra e Venturosa, importantes produtoras de leite em 2018. Bom Conselho teve uma produção de 46.731 mil/litros/leite; Pedra, uma produção de 49.876 mil/litros/leite; e Venturosa, 35.485 mil/litros/leite. Além de se destacarem na produção de leite, os municípios

abrigam importantes laticínios (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, 2018).

Os dados constituem-se como primários, obtidos através da pesquisa de campo, em que foram colhidas informações ao longo dos meses de agosto a novembro de 2019. A amostra utilizada caracteriza-se como não probabilística por conveniência, pois leva em consideração as pessoas que aceitaram participar da pesquisa (funcionários e gestores), assim, foi possível comparar, examinar e conferir diferentes dados e informações relevantes, buscando identificar posicionamentos divergentes e convergentes em relação à visão teórica abordada.

Resultados e discussão

Entrevista aos gestores

Os sistemas de produção da pecuária brasileira variam entre regiões, a Tabela 1 mostra o sistema de criação predominante nas propriedades da região de estudo, onde foi possível observar que 76% das propriedades analisadas são compostas do sistema de produção semi-intensivo. Para Abrantes *et al.* (2016), o sistema de produção semi-intensivo é composto por instalações mais complexas, em que há necessidade de salas de ordenhas e sistemas de conservação para estocagem do leite, instalações separadas para novilhas/vacas e bezerros, currais de alimentação e de espera, entretanto, o sistema semi-intensivo utilizado na região de estudo se dá pela falta de alimento a pasto.

Tabela 1 – Sistemas de produção na região de estudo

Sistema de produção	N	Percentual (%)
Extensivo	3	10,00
Semi-intensivo	23	76,67
Intensivo	4	13,33
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

De Camargo (2018) relata, em sua pesquisa, que produtores do estado de São Paulo alegam ter dificuldade na obtenção de mão de obra que queira trabalhar na pecuária de leite, devido à intensa jornada de trabalho. Os dados desta pesquisa nos mostram o contrário, em que 100% dos proprietários entrevistados na região de estudo disseram não ter dificuldades para obtenção da mão de obra. Em relação à quantidade de pessoas que trabalham nas propriedades, 33% dos entrevistados disseram ter em média de 3 a 6 funcionários, como mostra a Tabela 2. O número de funcionários por propriedade varia de acordo com a quantidade de animais, entretanto, eles são distribuídos em atividades específicas ou em rotação de atividades.

Tabela 2 – Número de funcionários por propriedade

Número de funcionários	N	Percentual (%)
0 a 3	8	26,67
3 a 6	10	33,33
6 a 10	7	23,33
Mais de 10	5	16,67
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Em relação à gestão de pessoas, foi perguntado aos gestores sobre as suas percepções em relação à satisfação dos funcionários em trabalhar em suas propriedades. Como mostra a Tabela 3, 80% relataram que seus funcionários estão satisfeitos, pois eles “não reclamam”, existindo boa relação entre “patrão e funcionário”. Ainda, foi relatado que eles são considerados parceiros da atividade e que a rotatividade de funcionários na propriedade é quase inexistente, diferente da percepção dos funcionários que será discutida posteriormente. Quando questionados sobre folgas e férias dos colaboradores, 76% dos entrevistados informaram que seus funcionários possuem uma folga plena na semana, relação 5:1 (a cada cinco dias de trabalho uma folga). Já quanto às férias, apenas 36% dos proprietários fornecem férias aos colaboradores, sendo estas de 30 ou 15 dias. Em relação às reuniões, 53% relataram fazer reuniões quinzenais ou mensais. As reuniões, na maioria das vezes, são feitas apenas quando é identificado algum problema na propriedade ou no dia de pagamento.

Tabela 3 – Percepção dos gestores em relação a satisfação dos funcionários, benefícios como folga e férias e práticas de reuniões com funcionários na propriedade

	Satisfação		Folga		Férias		Reuniões	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	24	80,0	23	76,6	11	36,7	16	53,3
Não	6	20,0	7	23,4	19	63,3	14	46,7
Total	30	100	30	100	30	100	30	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Contudo, os gestores citaram a importância de realizar reuniões, relatando que por meio delas é possível ter a troca de ideias e experiências, tornando a propriedade um espaço para estudos e divulgação de conhecimentos, o que implica no crescimento de toda a equipe, melhorando a qualidade do serviço prestado pelos funcionários.

Em relação ao quesito treinamento, foi possível observar que apenas 30% dos proprietários investem na capacitação de seus funcionários (Tabela 4).

Tabela 4 – Percentual de propriedades que possuem assistência técnica e fornecem treinamentos aos funcionários

	Treinamento		Assistência técnica	
	n	%	n	%
Sim	9	30,0	17	56,67
Não	21	70,0	13	43,33
Total	30	100	30	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

O baixo índice de treinamento, segundo os entrevistados, ocorre devido ao desinteresse dos funcionários e à indisponibilidade de cursos em horários que sejam compatíveis com a jornada de trabalho das propriedades. A partir dos resultados desta pesquisa, vale ressaltar que, recentemente, o Mapa, através da IN-77 (BRASIL, 2018), estabeleceu boas práticas agropecuárias que devem ser implementadas nas propriedades, com isso, o plano de qualificação de fornecedores de leite deve contemplar no mínimo a capacitação dos funcionários, seguida de assistência técnica na propriedade, para que se possa assegurar a qualidade do leite que está sendo produzido.

No que diz respeito à avaliação de desempenho dos funcionários, como mostra a Figura 1, foi possível observar que 39% dos produtores não possuem procedimentos

para avaliar tal prática e 26% avaliam apenas o rendimento dos funcionários de maneira informal. Conforme Yamauchi (2017), produtores geralmente avaliam o desempenho de seus funcionários de maneira verbal e sem formalidades, por isso, é necessária a utilização de um registro de ocorrências, que contenha campos para anotações tanto negativas quanto positivas, para a tomada de decisões que tornem a avaliação mais transparente e com credibilidade.

Perspectiva dos funcionários

O perfil dos funcionários é predominantemente de participação masculina, com 95% dos entrevistados, distribuídos entre as atividades de ordenhador, tratorista e trabalhador rural. O gênero feminino corresponde a apenas 5% do total, distribuídos nas atividades de secretaria e bezerreiro. Ambos os gêneros possuem faixa etária entre 19 e 50 anos (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição da faixa etária dos funcionários entrevistados

Faixa etária	n	%
Até 18	0	-
19 a 30	19	46
31 a 50	22	54
Acima de 50	0	-
Total	41	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Quanto ao nível de escolaridade dos funcionários, verificou-se que 34% dos entrevistados informaram ter o ensino fundamental completo e 17% ter o segundo grau completo; não foi verificado analfabetismo em nenhum entrevistado. Vale salientar que pessoas com menor grau de escolaridade tem maior dificuldade de aceitar novas tecnologias e assimilar informações relacionadas a práticas de manejo, etc., o grau de escolaridade é importante, pois permite que o funcionário acompanhe os avanços dos sistemas. Assim, o primeiro item a ser verificado é se os funcionários sabem ler e escrever de maneira satisfatória.

A Tabela 6 permite verificar a percepção dos funcionários em relação a sua satisfação em trabalhar na propriedade, folgas, férias e reuniões. Do quesito satisfação,

85% dos entrevistados não se sentem satisfeitos com seu trabalho. Quando questionados sobre o porquê da insatisfação, eles relataram o fato de sua remuneração ser baixa em relação à jornada de trabalho intensa e a falta de estrutura na propriedade, que possibilite melhores condições de trabalho, além da insatisfação com o gerenciamento das propriedades, referente ao autoritarismo dos gerentes/proprietários, pois não têm a oportunidade de opinar para a melhoria das suas funções em relação a estruturas e tecnologias que possibilitem uma melhor forma de trabalhar.

Tabela 6 – Percepção dos funcionários em relação a satisfação, benefícios como folga e férias e práticas de reuniões com funcionários na propriedade

	Satisfação		Folga		Férias		Reuniões	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	6	15	34	83	24	59	26	63
Não	35	85	7	17	17	41	15	37
Total	41	100	41	100	41	100	41	100

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A percepção dos funcionários se mostra oposta à percepção dos gestores, conforme descrito na Tabela 3, em que 80% dos gestores consideram que seus funcionários estão satisfeitos. Essa percepção oposta sinaliza a falta de um canal de comunicação com o funcionário, que permita ao gestor perceber sinais de insatisfação.

Além disso, a Tabela 6 nos mostra que 83% dos funcionários relataram ter folgas plenas na semana na relação 5:1 (a cada cinco dias de trabalho uma folga), dado que corrobora os dados apresentados na Tabela 3, do mesmo quesito questionado ao gestor, estando de acordo com artigo 1º da Lei nº 605/1949 (BRASIL, 1949).

Quando questionado o quesito reuniões, 63% dos entrevistados disseram ter reuniões pelo menos uma vez ao mês. Mas, não são reuniões de rotina, só acontecem quando necessário, devido à ocorrência de algum problema na propriedade, fato também mencionando pelo gestor, como demonstra a Tabela 3.

Para Pereira, Do Vale e Mancio (2004), pequenos problemas passavam despercebidos e causavam prejuízos, além de não ser possível identificar a insatisfação dos funcionários, essa situação foi parcialmente superada por 79% das propriedades de bovinos de corte no Triângulo Mineiro, onde os gestores procuraram realizar reuniões com os funcionários ao longo do ano, para debater problemas internos.

Ao analisar se os funcionários já participaram de algum tipo de treinamento, 54% dos entrevistados disseram que sim, como mostra a Tabela 7. A diferença de percentual deve-se por uma fazenda ter mais funcionários que as outras. Eles participaram de pelo menos um treinamento durante seu tempo de trabalho na propriedade. Os treinamentos mencionados foram técnicas de descorna, manejo de ordenha e inseminação artificial, que não são treinamentos rotineiros, e isso faz com que os funcionários possuam poucas habilidades em determinada função.

Tabela 7 – Distribuição de funcionários que já participaram de um tipo de treinamento na propriedade

Treinamento	n	%
Sim	22	54
Não	19	46
Total	41	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Para Malanski, Hostiou e Ingrand (2016), funcionários sem qualificações ou com poucas habilidades técnicas são comumente atribuídos para tarefas rotineiras, não possuindo habilidades para resolução de problemas. Através do treinamento, pode-se perceber as habilidades individuais e as aptidões para orientar com mais assertividade, o importante é nunca deixar o funcionário à margem das informações, e sim considerá-los como um fator produtivo que precisa ser reciclado para melhor execução de suas tarefas.

Quanto à remuneração, esta varia de acordo com a função dos colaboradores, como demonstra a Tabela 8. Foi possível observar que, a depender do cargo, a remuneração média varia de R\$ 490,00 a R\$1.600,00.

Tabela 8 – Variação da remuneração dos funcionários por cargo

Cargos	Remuneração
Trabalhador rural	R\$ 800 a R\$ 1.600
Tratorista	R\$ 950 a R\$ 980
Ordenhador	R\$ 918 a R\$ 1.600
Secretária	R\$ 490
Técnico	R\$ 1.300
Outros	R\$ 980

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A informalidade é um dos desafios enfrentados pelo trabalhador rural. Segundo estudo publicado em 2014 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a informalidade no campo está entre as mais altas do mercado de trabalho. Só no estado de Pernambuco, a informalidade chegou a 62% em 2014 (Tabela 9).

Tabela 9 – Porcentagem de funcionários que trabalham de carteira e recebem por produção

	Trabalham de carteira assinada	Recebem por produção
	(%)	(%)
Sim	39	10
Não	61	90
Total	100	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Os dados obtidos corroboram os dados apresentados pelo (DIEESE). Esta pesquisa mostrou que, dos 41 funcionários entrevistados, 61% não trabalham de carteira assinada e, em se tratando do pagamento por produção, apenas 10% afirmaram receber algum tipo de remuneração a mais pelo rendimento do trabalho ou pela qualidade sanitária dos animais. Conforme Fischer, Marini e Filippim (2016), a informalidade é um fator que contribui para a insatisfação dos funcionários.

Considerações finais

Nesta pesquisa, foi possível observar a baixa incidência de práticas de gestão de pessoas na pecuária leiteira da região do Agreste de Pernambuco, sobretudo as baixas gestão e capacitação da mão de obra do setor. Avaliar elementos de gestão, controle, rentabilidade, qualidade e bem-estar dos colaboradores é fundamental para a eficiência e o desenvolvimento das propriedades, pois a eficiência produtiva está intimamente ligada à qualidade da mão de obra da propriedade. Observamos, ainda, ausência de *feedback* entre gestores e funcionários, ausência de treinamento e muita informalidade, fatores estes que cada vez mais são exigidos pelo mercado e não devem ser negligenciados.

People management in the milk proprieties: an analysis in the Agreste of Pernambuco

Abstract

The objective of the article is to evaluate people management practices among the training, remuneration and performance evaluation techniques in the harsh region of the State of Pernambuco. Implementing people management strategies is fundamental to the success of organizations, since the necessary changes in the company will only be effective and legitimate based on the involvement of people. To this end, 41 employees and 30 managers from cities located in the dairy basin of the state of Pernambuco were interviewed. The results pointed out the inexistence of people management techniques in the study region, low training rate, dissatisfaction of employees and high level of informality. The absence of feedback between managers and employees, which resulted in 85% employee dissatisfaction. However, it is important to emphasize that focusing on people management, stimulating the commitment of the workforce to the properties, generating motivation and training, are key factors for the growth of dairy farming.

Keywords: Manpower. Management. Human resources. Dairy farming.

Gestión de personas en propiedades lácteas: un análisis en el Pernambuco Agreste

Resumen

El objetivo del artículo es evaluar las prácticas de gestión de personas entre las técnicas de capacitación, remuneración y evaluación del desempeño en la dura región del estado de Pernambuco. Implementar estrategias de gestión de personas es fundamental para el éxito de las organizaciones, ya que los cambios necesarios en la empresa solo serán efectivos y legítimos en base a la implicación de las personas. Para ello, se entrevistaron 41 empleados y 30 gerentes de ciudades ubicadas en la cuenca lechera del estado de Pernambuco. Los resultados señalaron la inexistencia de técnicas de gestión de personas en la región de estudio, baja tasa de capacitación, insatisfacción de los empleados y alto nivel de informalidad. La ausencia de retroalimentación entre gerentes y empleados, lo que resultó en un 85% de insatisfacción de los empleados. Sin embargo, es importante resaltar que enfocarse en la gestión de personas, estimular el compromiso de la fuerza laboral con las propiedades, generar motivación y capacitación, son factores clave para el crecimiento de la ganadería lechera.

Palabras clave: Mano de obra. Gestión. Recursos humanos. Ganadería lechera.

Referências

- ABRANTES, R. S. X. *et al.* A bovinocultura no sistema agrossilvopastoril. *Informativo Técnico do Semiárido*, Pombal, PB, v. 10, n. 2, p. 69-75, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/download/4573/3935>. Acesso em: 19 set. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO – ABIA. *Números do Setor – Faturamento 2018*. São Paulo, SP, 2019. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/anejos/faturamento2018.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 03 dez. 2019.
- BRASIL. Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Dispõe de Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10605.htm. Acesso em: 03 dez. 2019.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/kujrw0tzc2mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2. Acesso em: 19 out. 2019.
- CLEOCY, Jr. *Pelo desenvolvimento da Pecuária Leiteira*. 2019. Disponível em: <http://www.baldebranco.com.br/artigo-pelo-desenvolvimento-da-pecuaria-leiteira/>. Acesso em: 20 set. 2019.
- CNAE; IBGE. *Classificação nacional das atividades econômicas*. 2019. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-cnae-2-0/>. Acesso em: 19 out. 2019.
- DA SILVA, A. A. O.; BORDIN, R. D. A.; MACHRY, M.; BUENO, R.; DA SILVA, C. A. Gestão do conhecimento e treinamento do trabalhador na pecuária Leiteira. *Revista Eletrônica Thesis*, São Paulo, ano XIII, n. 25, p. 103-114, 1º. 2016. Disponível em: http://www.cantareira.br/thesis2/ed_25/materia6.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.
- DE CAMARGO, A. C. *Desafios da produção de leite*. Embrapa Pecuária Sudeste-Capítulo em livro científico (ALICE), 2018. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1092917/1/DesafiosnaProducaodeLeite.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- FISCHER, A.; MARINI, D.; FILIPPIM, E. S. Perspectivas de agricultores familiares para a permanência na atividade rural. *Revista Espacios*, v. 37, n. 7, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n07/16370710.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- GONÇALVES, M. F.; STEFANO, S. R.; BACCARO, T. A. Sustentabilidade Organizacional e suas relações com a Gestão Estratégica de Pessoas: um estudo de caso em uma cooperativa agroindustrial. *Revista de Administração da Unimep*, v. 15, n. 3, p. 51-73. 2017. Disponível em: <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/download/1228/733>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- MALANSKI, P. D.; HOSTIOU, N.; INGRAND, S. *Evolution pathways of employees' work on dairy farms according to task content, specialization, and autonomy*. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321828157_Evolution_pathways_of_employees_work_on_dairy_farms_according_to_task_content_specialization_and_autonomy. Acesso em: 12 dez. 2019.
- MONTEIRO, A. A. *et al.* Características da produção leiteira da região do Agreste do estado de Pernambuco, Brasil. *Semina: Ciências Agrárias*, v. 28, n. 4, p. 665-674, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semagrarias/article/download/2901/2459>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PEREIRA, M. A.; DO VALE, S. M. L. R.; MANCIO, A. B. Gestão de recursos humanos em empresas de bovinos de corte no Triângulo Mineiro. *Organizações Rurais e Agroindustriais / Rural and Agro-Industrial Organizations*, v. 6, n. 1511-2016-131238, p. 61-74. 2004.

RUSSI, L. S.; COSTA E SILVA, E. V.; ZÚCCARI, C. E. S. N. Importância da capacitação de recursos humanos em programas de inseminação artificial. *Revista Brasileira de Reprodução Animal*, Belo Horizonte, v. 33, n. 1, p. 20-25, 2009. Disponível em: [https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/revista-brasileira-de-reproducao-animal/33-\(2009\)-1/importancia-da-capacitacao-de-recursos-humanos-em-programas-de-insemin/](https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/revista-brasileira-de-reproducao-animal/33-(2009)-1/importancia-da-capacitacao-de-recursos-humanos-em-programas-de-insemin/).

SANTOS, L. M. dos. *Impacto do transporte a granel na contagem Bacteriana*. 2019. Monografia (Bacharelado em Zootecnia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Garanhuns, 2019. Disponível em: <http://repository.ufrpe.br/handle/123456789/1090>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ULLAH, A.; ZHENG, C. The impact of strategic human resource management practices on Australian dairy farm performance. *Work Organization and Human Resource Management*, p. 55-72, Springer, Cham, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/300582307_The_Impact_of_Strategic_Human_Resource_Management_Practices_on_Australian_Dairy_Farm_Performance.

YAMAUCHI, F. *A gestão de pessoas no setor do Agronegócio: um estudo sobre produtores de amendoim na região da Alta Paulista*. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Tupã, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151079>.

Gestão em uma empresa vitivinícola, uma análise embasada nas Teorias da Administração

*Luciane Rosa de Oliveira**

*Elisângela Schmitz***

*Karoline Hartwig Barres****

Resumo

A gestão de uma empresa rural é essencial para o sucesso. O presente estudo de caso é de uma vitivinícola localizada no município de Bagé, RS. Analisou-se a gestão atual com base nas escolas da administração, buscou-se obter informações sobre a classificação da empresa, a quantidade de tributação presente no preço do produto e o desenvolvimento na gestão de pessoas, examinar se há o cumprimento das legislações trabalhistas, bem como verificar a importância dada a um sistema de informação. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico e descritivo, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado entre os meses julho e outubro de 2018. Os resultados são apresentados de forma textual discursiva e evidenciam que a escola predominante é a estruturalista, de modo que a teoria que prepondera na empresa é a teoria estruturalista. Nota-se que não é dada a devida importância ao sistema de informação, o que pode prejudicar a tomada de decisões, a formação de preços e os registros no tempo certo.

Palavras-chave: gestão; teorias da administração; capital humano.

* Bacharela em Administração de Empresas (UFN), bacharela em Ciências Contábeis (Urcamp), mestre em Administração (UFSM) e doutoranda (UFRGS). E-mail: lucianearh@yahoo.com.br

** Graduanda em Ciências Sociais Aplicadas (Unideau), Bagé. E-mail: elisangelaschmitz@yahoo.com.br

*** Graduanda em Ciências Sociais Aplicadas (Unideau), Bagé. E-mail: karolinehartwigbarres@gmail.com

Introdução

A administração é alvo de estudos cada vez mais constantes. Qualquer negócio que obteve ou vem obtendo sucesso o atinge por meio de uma boa administração e do seu capital humano. Porém, a administração não é levada ao sucesso e à excelência apenas por seus produtos, serviços, competências e recursos, mas também pela forma como conecta tudo à sua volta e aproveita suas oportunidades. Ao criar resultados tangíveis, a gestão mostra sua eficácia.

Vivendo em um mundo de acelerado movimento e transformação, as constantes mudanças tecnológicas aumentam as expectativas dos consumidores em relação aos produtos e serviços, como consequência, aumentam-se também os desafios e as complexidades do ambiente corporativo no qual a empresa está inserida. Sendo assim, as empresas precisam avaliar o tempo todo cada linha de produção, buscando eliminar qualquer procedimento desnecessário e que cause desperdício, além de tomar decisões de qualidade frente ao seu negócio.

Com relação ao ramo de empresa, a cultura da uva se destaca no Rio Grande do Sul, sendo que o estado concentrou, em 2016, mais de 60,3% da área vitícola nacional (MELLO, 2017). A região conhecida geograficamente por Campanha vem se destacando por apresentar fatores edafoclimáticos favoráveis ao seu cultivo. De acordo com Lindote (2016), essa região possui o privilégio de ter menos chuvas durante a colheita em comparação à Serra Gaúcha. Porém, um dos grandes desafios da Campanha são as grandes distâncias entre produtores e consumidores.

Portanto, todo empreendimento necessita de administração. Esta administração pode basear-se em conhecimentos divididos em escolas, que são constituídas por teorias distintas. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é descobrir qual a teoria da administração que mais se encaixa na gestão de uma vitivinícola localizada na cidade de Bagé, RS. Além disso, buscou-se descobrir a classificação da empresa e a quantidade de tributação que compõe o preço do produto, analisar como é o desenvolvimento e a manutenção do capital humano da organização e se há a presença de normas legais que orientam para o cumprimento da saúde do trabalhador no processo de fabricação de vinho, bem como conferir, junto à administração da organização, a importância de um sistema de informações.

Referencial teórico

Nesta sessão, serão apresentadas as principais escolas, suas respectivas teorias e características, para facilitar o entendimento da análise e da conclusão deste trabalho.

Escola Clássica – Teoria da Administração Científica e Teoria Clássica

A história da administração iniciou há muito tempo, desde que os bens e serviços começaram a ser comercializados pelos sumerianos em 5.000 a.C. e concomitantemente com a necessidade de resolver problemas práticos. Porém, a administração como ciência surgiu com os estudos de Frederick Winslow Taylor, a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial (CHIAVENATO, 2004). Com a criação da máquina a vapor, conseguiu-se fabricar produtos em grandes escalas, houve uma grande transformação econômica e social, em que ocorreu um crescimento exponencial e desorganizado das empresas, tendo a necessidade de planejamento. Assim, Taylor passou a analisar, observar e cronometrar os processos operacionais, fazendo testes com os quais buscava a melhoria da produtividade. Ele buscou encontrar uma melhoria através de métodos científicos, pois, anteriormente, os métodos eram observados apenas pelas experiências passadas. Assim, ele analisava as tarefas que eram executadas e procurava encontrar formas de produzir mais em menos tempo, diminuir o desperdício, excluir movimentos desnecessários e padronizar o trabalho (SANTANA, 2018). Segundo Ribeiro (2016), a teoria de Taylor apresenta ênfase na divisão do trabalho, sendo que seu foco era o trabalho dos operários e, por esse motivo, procurou dividir as tarefas a fim de aumentar a produtividade e a eficiência no nível operacional.

Também se teve uma contribuição muito importante de Henry Ford para a Teoria da Administração Científica. Ele desenvolveu um sistema de trabalho organizacional, chamado de Fordismo, no qual foi criada a linha de produção em que cada trabalhador exercia uma função específica e eram as máquinas que determinavam o ritmo de trabalho (SANTANA, 2018). Mas, segundo Chiavenato (2003), para alcançar um esquema caracterizado pela aceleração da produção por meio de um trabalho com ritmo, coordenação e economia, Ford adotou três princípios

básicos para a produção em massa, que foram os princípios da intensificação, com enfoque em diminuir o tempo entre fabricação e entrega do resultado, da economia, que visa reduzir ao mínimo o estoque, e da produtividade, em que busca aumentar a capacidade de produção do homem no mesmo período por meio da especialização e da linha de montagem.

Enquanto Taylor desenvolvia a Teoria da Administração Científica nos Estados Unidos, surgia na França, rapidamente se espalhando pela Europa, a Teoria Clássica de Jules Henri Fayol. Na Teoria Clássica da Administração, Fayol se preocupava com o todo organizacional e com a estrutura da empresa para garantir a eficiência (CHIAVENATO, 2003). Sendo assim, Taylor considerava que a empresa possuía seis funções básicas: a financeira, a técnica, a comercial, a contábil, a de segurança e a administrativa, considerando a função administrativa aquela que coordena e integra todas as demais (CHIVENATO, 2004).

Ainda, de acordo com Chiavenato (2004), ao citar Fayol, o trabalho do administrador deve ser regido por quatorze princípios gerais. Mas, nota-se que, dentre eles, há quatro que possuem uma ênfase maior em relação às outras escolas, sendo: a divisão do trabalho (a especialização aumenta os resultados e torna os empregados mais eficientes); a autoridade (gerente tem o direito de dar ordens e é dever do empregado cumpri-las); a disciplina (obedecer e respeitar as regras); a unidade de comando (cada empregado possui apenas um superior).

Escola Humanística – Teoria das Relações Humanas

A Teoria das Relações Humanas tem como principal precursor George Elton Mayo (CHIAVENATO, 2003) e sua abordagem surgiu com os resultados da experiência de Hawthorne, que acabou colocando em evidência o mecanicismo e a rigidez da Escola Clássica. Com a experiência de Hawthorne, constatou-se a necessidade de humanizar a administração. A experiência tentou mensurar os efeitos das condições ambientais sobre a produtividade. Esta experiência permitiu o delineamento dos princípios que ficaram conhecidos como básicos na Escola Humanística, considerando a importância dos grupos informais, sendo que o ser humano possui necessidades de reconhecimento, segurança e pertencimento. Para o indivíduo, as relações e o pensar coletivo são imprescindíveis, assim como analisar o funcionário como indivíduo em seus aspectos emocionais (ALFAYA, 2007).

Segundo Ribeiro (2016, p. 75), a “Escola Humanística enfatizava a autonomia do empregado, com maior delegação de autoridade e maior preocupação quanto ao conteúdo e à natureza do cargo e, portanto, maior liberdade e atenção à organização informal”. Contudo, conforme Chiavenato (2007), a teoria apresenta conclusões parciais, o que levou a Escola das Relações Humanas ao descrédito, pois o conceito foi mais usado de fachada para a manipulação dos empregados do que para uma administração sadia e justa.

Escola Comportamental

A Escola das Relações Humanas e a Escola Comportamental apresentam diferenças em seus princípios, tais como:

Na Escola das Relações Humanas, os indivíduos possuem atitudes, valores e objetivos que precisam ser estimulados para que se obtenha deles a eficiência; já na do Comportamento Humano, os indivíduos participam e defendem essa participação como pessoas capazes de tomar decisões e solucionar problemas (RIBEIRO, 2016, p. 79).

A Escola Comportamental marcou a era da administração por apresentar administradores que começaram a pensar com profundidade no bem-estar físico e emocional dos seus colaboradores. Criada por Maslow, a partir da década de 1950, a Teoria Comportamental consiste na ideia de que o comportamento humano reflete na forma em que a organização se encontra; esta só pode prosperar se a sua força de trabalho humano tiver acesso a fatores básicos para sanar suas necessidades, desenvolver-se e se autorrealizar (CHIAVENATO, 2003). Tais necessidades foram classificadas e colocadas em uma pirâmide que decreta a ordem prioritária para que o indivíduo se satisfaça por completo e, assim, reflita no trabalho a sua ânsia pelo sucesso, sua realização profissional e pessoal.

Segundo Chiavenato (2003), a partir de Maslow, propôs-se que os seres humanos possuem necessidades que poderiam ser medidas em uma pirâmide hierárquica com cinco níveis, tendo-se as necessidades fisiológicas na base e as necessidades de autorrealização no topo da pirâmide. Conforme o autor, na pirâmide de Maslow, as necessidades fisiológicas são as mais triviais para a sobrevivência, tais como: alimentação, repouso, sono, abrigo, desejo sexual, etc. Logo, quando sanadas as necessidades fisiológicas, as pessoas anseiam por segurança e estabilidade. Depois de o básico ter sido suprido, as questões social e de estima se apresentam. Social, pela necessidade de ser aceito, benquisto e respeitado; estima, pela concepção

que temos sobre nós mesmos, como nos vemos e nos avaliamos. Ao final, a autor-realização, no topo da hierarquia, diz respeito à capacidade de desenvolvimento, mutação e exploração do potencial de cada um.

Outro representante desta escola é Frederick Herzberg, que foi o criador da teoria dos dois fatores. Nessa teoria, estuda-se a relação entre a satisfação dos colaboradores e o seu estado de motivação. Herzberg defendia que os fatores eram classificados como fatores higiênicos e fatores motivacionais, estes sendo capazes de motivar ou desmotivar, logo, lidava com os parâmetros de satisfação, insatisfação e não satisfação (neutralidade) (LONGO, 2014).

Portanto, o indivíduo seria motivado por fatores higiênicos e fatores motivacionais – Os fatores higiênicos ou extrínsecos estão fora do controle das pessoas e abrangem as condições dentro das quais elas desempenham seu trabalho. Fatores motivacionais ou intrínsecos estão sob o controle do indivíduo, pois estão relacionados com aquilo que ele faz e desempenha (CHIAVENATO, 2003).

Há a existência de mais uma teoria comportamental, a qual foi obra de McGregor, conhecida como teoria X e Y. Segundo Ribeiro (2016), na teoria X, o homem é visto como um ser preguiçoso e, geralmente, as recompensas que procura são salariais ou materiais, e não de satisfação pessoal. Para as pessoas da teoria X realizarem as suas tarefas, elas necessitam ser supervisionadas, conduzidas e convencidas a realizar o que a organização deseja, usando os artifícios da remuneração e da punição. Já na teoria Y, os trabalhadores são opostos à teoria X, pois o trabalho vem como fonte de satisfação e estão presentes a motivação, o potencial e a capacidade de assumir responsabilidades. É necessário, assim, que a organização crie circunstâncias para que eles desenvolvam essas características.

Escola Estruturalista – Teoria da Burocracia e Teoria Estruturalista

Observando a falta de uma teoria abrangente e adequada que servisse de orientação ao trabalho do administrador, Max Weber, um sociólogo alemão, teve como base a fragilidade e a parcialidade das teorias anteriores, o modelo de organização mais racional, o tamanho e a complexidade das empresas e o ressurgimento da sociologia na burocracia, fazendo com que ele seja considerado o responsável por criar a Teoria da Burocracia (CHIAVENATO, 2003). Segundo Ribeiro (2016,

p. 104), as principais características da escola são: legalidade, formalidade, racionalidade, impessoalidade, hierarquia, rotinas e meritocracia. Ainda de acordo com Ribeiro (2016, p. 97), a teoria burocrática “é uma forma de organização baseada na racionalidade, que procura atingir metas com a maior eficiência possível por meio da melhor adequação dos meios aos objetivos estabelecidos”.

Conforme Chiavenato (2003), podemos considerar que a burocracia, para Max Weber, é a organização eficiente por excelência. Para que se chegue ao resultado, a burocracia explica detalhadamente como deverão ser realizadas as atividades. Logo, Weber, segundo Chiavenato (2003), destacou algumas vantagens da burocracia, tais como racionalidade, precisão na definição do cargo e na operação, rapidez nas decisões, interpretações sem ambiguidade, uniformidade de rotinas e procedimentos, continuidade da organização, redução do atrito entre as pessoas, constância, confiabilidade e benefícios para as pessoas.

Com o desdobramento da Teoria Burocrática e uma leve aproximação da Teoria das Relações Humanas, surgiu a Teoria Estruturalista, a qual representa uma visão crítica da organização formal (CHIAVENATO, 2003). Com a necessidade de considerar a organização como uma integração social grande e complicada, em que há interação de pessoas, e também com a influência do estruturalismo nas ciências sociais e seu efeito no estudo das organizações, surgiu um novo conceito de estrutura. “Estrutura é o conjunto formal de dois ou mais elementos e que parece inalterado seja na mudança, seja diversidade de conteúdo, isto é, a estrutura mantém-se mesmo com a alteração de um dos seus elementos ou relações” (CHIAVENATO, 2003, p. 289).

A Escola Estruturalista procura unir todas as teorias anteriores em sua análise, fazendo a análise organizacional por meio de uma abordagem múltipla que envolve tanto a organização formal (Escola Clássica) quanto a organização informal (ERH), analisando também o resultado da adoção de recompensas materiais (Escola Clássica) e de recompensas sociais (ERH) (RIBEIRO, 2016, p. 107).

Portanto, a Escola Estruturalista possui características de outras teorias já existentes, com algumas peculiaridades. Segundo Ribeiro (2016), conforme as outras teorias apresentadas anteriormente, via-se a organização como um sistema fechado, já a teoria do estruturalismo possui uma percepção diferente, vendo a sociedade moderna como uma sociedade de organizações que possuem interações entre si.

Ainda de acordo com Ribeiro (2016, p. 105), “a Escola Estruturalista se preocupa com o todo, com a interdependência entre as partes e que faz com que esse todo seja maior do que simplesmente a soma das partes”. Conforme Chiavenato (2003), as organizações apresentam muitas diferenças entre si. Contudo, é possível analisar e comparar as organizações por meio de um fator em comum ou de uma variável relevante. Para isso, foram desenvolvidas tipologias de organizações para classificá-las de acordo com algumas características distintivas. Conforme o autor, há duas tipologias, que são a de Etzioni e a de Blau e Scott.

Na tipologia de Etzioni, as características são: divisão do trabalho e atribuição de poder e responsabilidades, que são dadas através do planejamento de intensificar a realização de objetivos; centros de poder, em que há o controle dos esforços da organização com foco na eficiência; e a substituição do pessoal, em que a organização pode demitir, transferir ou promover as pessoas. Conforme Chiavenato (2003, p. 298), “nas organizações, o controle informal não é adequado, pois não se pode confiar na identificação dos seus participantes com as tarefas que devem realizar”. Para tanto, é necessário que a organização utilize meios de controles, que podem ser físicos (que se baseiam em ameaças e punições), materiais (em que as recompensas são materiais) ou de controle normativo (é o controle moral e ético por excelência). “Cada tipo de controle provoca um padrão de obediência em função do tipo de interesse em obedecer ao controle. Assim, existem três tipos de interesse ou de envolvimento dos participantes da organização” (CHIAVENATO, 2003, p. 298), que são o alenatório (o indivíduo é coagido a participar da organização); o calculista (o indivíduo fica interessado quando possui vantagem econômica); e o moral (o indivíduo atribui valor à organização e ao trabalho que executa dentro dela).

Segundo Chiavenato (2003), a tipologia de organizações de Etzioni classifica as organizações com base no uso e no significado da obediência, a saber: organizações coercitivas (o poder é imposto pela força física), organizações utilitárias (o poder é baseado nos incentivos econômicos) e organizações normativas (objetivos e métodos da organização). Essa tipologia enfatiza os sistemas psicossociais das organizações e é simples, unidimensional e baseada exclusivamente nos tipos de controle.

De acordo com Chiavenato (2003), na tipologia de Blau e Scott, há quatro categorias de participantes que se beneficiam de uma organização formal: os próprios membros da organização, os proprietários, dirigentes ou acionistas, os clientes e o público em geral da organização, em função dessas categorias, existem quatro

tipos básicos de organizações: associação de benefícios mútuos (beneficiários são os próprios membros como cooperativas), organizações de interesses comerciais (proprietários e acionistas são os principais beneficiários, exemplos são as empresas familiares), organizações de serviços (beneficiários são os clientes, como os hospitais) e organizações do estado (em que o principal beneficiário é o público em geral, tem-se como exemplo os correios) (CHIAVENATO, 2003).

Escola Sistêmica – Teoria Matemática e Teoria dos Sistemas

A Escola Sistêmica apresenta a proposta de que é necessária a conjuntura de conceito das outras escolas apresentadas até então. De acordo com Chiavenato (2003), esta escola acaba por completar as deficiências apresentadas pelas demais. A Teoria Matemática preocupa-se mais com a decisão feita do que na ação para atingir determinado resultado. Obviamente, procura-se atingir metas e eficácia, mas estas não se mostram tão importantes no primeiro momento, já que a única medida capaz de alcançá-las é pelo processo de decisão. Conforme Chiavenato (2003), o processo decisório é essencial dentro das organizações, sendo que existem modelos matemáticos como o da teoria da decisão, que propõe de forma quantitativa como a tomada de decisão deve ser realizada.

Já a Teoria Sistêmica da administração surgiu acreditando que tudo faz parte de um sistema. Notando as lacunas não solucionadas pelas teorias anteriores referentes às suas jurisdições, a Teoria Geral de Sistemas busca conectar todos os detalhes que fazem cada pensamento (teoria) único e transformá-los em um sistema que seja abrangente e que possa ser aplicado com excelência. O responsável pela criação desta teoria foi Ludwig Von Bertalanffy (CHIAVENATO, 2003). Com essa teoria, as organizações passam a ser vistas com duas características sistêmicas: que são a totalidade e o propósito. “Totalidade. As organizações devem ser visualizadas globalmente. A visão do conjunto (globalismo) deve prevalecer sobre a visão analítica [...] significa que o todo é diferente da soma das suas partes” (CHIAVENATO, 2004, p. 52). “Propósito. Toda organização, como todo sistema, tem um propósito ou objetivo a alcançar. A visão do propósito (visão teleológica) mostra que é a função, e não a sua estrutura, que produz a organização” (CHIAVENATO, 2004, p. 52). A Escola Sistêmica simplifica e colhe qualidades provadas como eficazes e

aplicáveis nas anteriores, buscando ter sempre a melhor possibilidade para tomada de decisão e administração.

Escola Neoclássica – Teoria Neoclássica da Administração e Decorrências

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento exagerado das organizações e uma complexidade muito grande a fim de acompanhar as mudanças que estavam ocorrendo. Em meio a tudo isso, surgiu a Teoria Neoclássica, tendo como principal destaque Peter Ferdinand Drucker, conhecido como o pai da Administração Moderna. Segundo Abrantes (2012), na Teoria Neoclássica, o trabalhador é entendido como “homem organizacional”, em que o ser humano cumpre papéis em várias organizações, e “homem administrativo”, que faz de forma satisfatória e de melhor forma, sendo assim considerado eficiente e eficaz. Essa teoria também evidencia a departamentalização de setores.

Na Teoria Neoclássica, a divisão do trabalho se dá a partir de três níveis: o institucional, que é conhecido por estratégico, no qual ficam os diretores e dirigentes; o intermediário, atualmente chamado de tático, no qual se encontram os gerentes; e o operacional, composto por supervisores e trabalhadores da parte operacional que executam as tarefas da organização. Decorrente da divisão, se dá a especialização do trabalho, para que cada indivíduo execute uma pequena tarefa, reduzindo assim o tempo de aprendizado. A hierarquia também é decorrente da divisão do trabalho, na qual as organizações são divididas em níveis de autoridade (MUNIZ; FARIA, 2001).

Peter Drucker foi considerado o autor da Administração por Objetivos (APO), tendo uma ênfase na declaração de objetivos comuns entre os gestores de grau superior e subordinados, determinando as áreas de comprometimento de cada funcionário em termos de resultados esperados. APO envolve objetivos interligados, cada chefe deve participar, tendo uma adoção de sistemas de mensuração e de revisão que fazem a comparação dos resultados com os objetivos almejados (MUNIZ; FARIA, 2001), os objetivos individuais e gerais devem estar interligados para que se consiga atingir o máximo de eficiência na organização, segundo Ribeiro (2016). Independentemente do nível organizacional, a escola mostra uma grande preocupação com o planejamento. No entanto, pode-se observar que a Teoria Neoclássica

complementou teorias já existentes e, por isso, é conhecida como eclética, mas também inovou com a administração por objetivos. Já, por conseguinte, a escola a seguir tempensamentos diferentes das demais.

Escola Contingencial – Teoria da Contingência

A Teoria Contingencial surge como a mais relativa das teorias até então. Nada é absoluto e nada gera conclusão e tomada de atitude se não houver fatos (CHIAVENATO, 2003). Essa teoria trabalha a partir da ideia de que nada é dado como certo até que aconteça e que as circunstâncias decretam o que deve ser feito. Contingência significa incerto ou eventual, ou seja, essa teoria defende que é preciso moldar-se ao que está acontecendo em determinado ambiente, com determinado grupo de pessoas ou outros diversos fatores e, a partir da evidência, tomar decisões.

A visão contingencial procura analisar as relações dentro e entre os subsistemas, bem como entre a organização e seu ambiente e definir padrões de relações ou configurações de variáveis. Ela enfatiza a natureza multivariada das organizações e procura verificar como as organizações operam sob condições variáveis e em circunstâncias específicas (CHIAVENATO, 2003, p. 501).

Essa teoria se mostra como a mais flexível, pois trabalha com bases a partir da concretividade, do que de fato acontece. Caso não haja fato, não há ação com maior possibilidade de sucesso.

Perspectivas atuais da administração

As rápidas colocações das mudanças gradativas da Teoria Geral da Administração fazem com que percebamos que cada teoria surge para sanar algum problema mais relevante em cada época. Nesse sentido, todas elas foram bem-sucedidas ao exibirem soluções específicas de cada problema. E, assim, Chiavenato (2007) informa que, na conjuntura atual, pode-se afirmar que todas as teorias são aplicáveis, e o administrador precisa conhecer bem essas teorias, a fim de ter à sua disposição opções interessantes para cada circunstância. Na situação atual, a Teoria Geral da Administração estuda seis variáveis básicas das organizações, que são tarefas, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade, as quais visam a interação e a interdependência entre elas. Segundo Chiavenato (2004),

a administração tem uma grande complexidade, tornando-se assim uma ciência desigual das outras ciências. A administração é a chave para o sucesso da organização. O administrador deve estar sempre buscando novas oportunidades de negócios, tendo entusiasmo para apreender novos conhecimentos e adquirir novas habilidades e competências.

Procedimentos metodológicos

Procurando encontrar quais teorias da administração estão presentes atualmente nas práticas empresariais, definiu-se a realização deste estudo em uma vitivinícola. Assim, desenvolveu-se o presente estudo de caso em etapas distintas, que envolveram levantamentos bibliográficos, entrevista com o administrador da empresa e processamento das informações.

Com relação à natureza do estudo, este artigo é uma pesquisa bibliográfica, pois, conforme Cartoni (2009), é assim classificada porque se procura analisar as contribuições já existentes; também é categorizada como uma pesquisa descritiva, porque analisa e correlaciona fatos, sem a interferência do pesquisador em manipular as variáveis. Já em relação à abordagem, de acordo com Cartoni (2009), a pesquisa é classificada como qualitativa, pois se preocupa em descrever a atividade sem mediações ou métodos estatísticos. A entrevista se deu de maneira não estruturada. A escolha do setor de vinhos deu-se pelo fato de o estado do Rio Grande do Sul concentrar a maior produção nacional, além disso, tem-se o fato de o vinho apresentar propriedades benéficas à saúde humana, quando não consumido em excesso. A coleta das informações deu-se através de entrevista realizada no mês de outubro de 2018.

Resultados e discussões

Os dados apresentados, de forma textual e discursiva, emergiram da entrevista realizada com o gestor da empresa. Esses dados serão confrontados com as características das teorias da administração, com o intuito de alcançar o objetivo geral deste trabalho. Ainda, para atingir os objetivos específicos, serão apresentadas, de forma sucinta, informações sobre classificação da empresa, quantidade de tributação inserida no preço do produto, como é o desenvolvimento na gestão de

peças, se há o cumprimento das legislações da saúde do trabalhador e informações sobre diretrizes adotadas em um sistema de informação.

Conforme o gestor, ao ser indagado sobre a interação dos níveis organizacionais e da forma que são transmitidas as informações, a produção do vinho é dividida em etapas distintas e realiza-se a divisão do trabalho em subtarefas, trazendo à tona a presença da Teoria da Administração Científica, já que, conforme Alfaya (2007) e Ribeiro (2016), essa divisão do trabalho é característica dessa teoria. Ainda, para que cada fase seja concluída, há a necessidade da interação de informações, e, neste estudo de caso, as informações não possuem uma hierarquia bem definida.

No período de safra, o trabalho é bastante intenso e repetitivo. Para diminuir o esgotamento físico nesse período, é adotada a rotatividade das tarefas. Ao verificar essa preocupação, pode-se afirmar que, nesse período, tem-se a presença da Escola Comportamental, já que se percebe essa necessidade de humanizar os processos, a fim de beneficiar a produtividade, como relata Chiavenato (2003). Porém, como a maioria da mão de obra é terceirizada, a organização não realiza treinamentos para o setor operacional. Seus funcionários próprios já aprenderam na prática os métodos. Caso algum integrante não corresponda aos anseios da vinícola, ou seja, não siga o padrão de obediência, ele é punido, podendo ser solicitado seu afastamento. Essa característica, de acordo com Chiavenato (2004), pertence à Teoria Burocrática, e, segundo Ribeiro (2016), a punição também está presente na Teoria Comportamental.

Já em relação aos métodos de produção e ao alcance dos objetivos, para a empresa é mais importante que o colaborador siga à risca os métodos, pois somente desta forma conseguem alcançar a qualidade no produto. Percebe-se, neste caso, que a eficiência e a eficácia são almejadas e devem andar juntas. Na empresa, o cumprimento da norma garante a excelência no resultado final, o que é característica das Teorias Burocrática, Estruturalista e Neoclássica, já que se busca atingir a qualidade no produto final, com ações sobre o meio (CHIAVENATO, 2003; RIBEIRO, 2016).

Partindo para o campo voltado à gestão das pessoas, reportou-se que há uma preocupação com o bem-estar psicológico e físico do colaborador, que são identificados na Teoria Comportamental. Para alcançar esses efeitos, é adotada a rotatividade nas tarefas, conforme descrito anteriormente, e são permitidas folgas, quando justificadas, para buscar conhecimento, além de cumprir a legislação e os acordos

com o sindicato. Ainda, ao menos uma vez por ano, é realizada uma confraternização com todos os colaboradores e seus familiares, para manter a motivação dos colaboradores. Oferecer algo além do que a legislação prega, mantendo a preocupação com as pessoas e o ambiente em que elas estão inseridas, é característica da Teoria Estruturalista.

Conforme o gestor, a empresa remunera mais e melhor o colaborador quando ele propõe algo que agregue valor ao produto, ou seja, de maneira meritocrática, sendo identificada, desta forma, a Teoria Burocrática, de acordo com Ribeiro (2016). Porém, nota-se que o setor estratégico imagina que o fator salarial seja um fator motivacional, o que acaba confrontando e divergindo da teoria dos dois fatores de Herzberg da Escola Comportamental. Percebe-se que a cúpula acredita que possui, em sua organização, o “*Homo economicus*”, pois, de acordo com Alfaya (2007, p. 24), “toda pessoa é profundamente influenciada por recompensas salariais, econômicas e materiais”. Essa característica de “*Homo economicus*” é encontrada na Teoria da Administração Científica. Outros benefícios, como vale transporte e cesta básica, por exemplo, não são oferecidos diretamente, mas o preço destes é incrementado no valor salarial, de acordo com a preferência da maioria dos colaboradores. Nesse aspecto, percebe-se que o setor estratégico busca manter uma qualidade da relação dos colaboradores com a organização, tendo, portanto, a presença da Teoria Comportamental, e, ao mesmo tempo, busca cumprir as normas da legislação e procura oferecer algo além disso, o que acaba caracterizando também a presença da Teoria Estruturalista.

Pelo motivo de a empresa ser composta por um grupo pequeno de colaboradores, a gerência informou que não é notável a formação de grupos informais, o qual viria ser característica da Teoria das Relações Humanas, segundo Chiavenato (2003). Porém, mesmo não possuindo grupos informais, os grupos existentes se subordinam a um líder, que possui o poder delegado pela administração da vitivinícola. De acordo com Ribeiro (2016), a delegação de autoridade está presente na Teoria das Relações Humanas. Para que haja o avanço nas etapas dos processos, são necessários o empenho e a interação de todos os departamentos (estratégico, tático e operacional). Busca-se atingir tal interação para manter um bom clima organizacional, característica da Teoria Estruturalista (CHIAVENATO, 2004).

A organização deste estudo de caso tem como ramo primário a fabricação de vinhos. É uma empresa que possui apenas sete funcionários trabalhando de maneira direta, mas que, no período de maior necessidade de mão de obra, isto é, na

colheita, acaba terceirizando a maior parte da mão de obra. A empresa deste estudo é do regime tributário optante pelo Simples Nacional. O vinho não é considerado alimento, já que ele é líquido e apresenta álcool na sua composição. Logo, classificado como bebida, recebe tributação considerada alta pelos produtores. Além disso, grande parte da constituição do preço do produto é composta por impostos, que correspondem a aproximadamente 54,73% (GELMINI, 2017). Por consequência disso, uma visão desanimadora para quem produz vinho e tem de aumentar o custo do produto para compensar a taxa tributária pode se tornar recorrente e impactar tanto quem vende quanto quem consome. Além disso, pela região da Campanha estar inserida em uma fronteira, a entrada de vinhos de países adjacentes é inevitável, e eles entram com valor, na maioria das vezes, mais baixo do que o produzido no próprio país, garantindo às produções estrangeiras certa vantagem e não propiciando competitividade ao produto interno. A vitivinícola deste estudo é responsável pela produção da matéria-prima utilizada, mas, da mesma forma, a tributação é alta sobre o produto final. Conforme o gestor da empresa, é notável que não há a aplicação dos recursos recolhidos pelo governo, o que fragiliza o setor.

De acordo com o proprietário da vitivinícola, não houve demora ou atraso por parte dos órgãos públicos em providenciar as licenças e autorizações necessárias para que a empresa iniciasse seu funcionamento. Uma vez que as exigências foram acatadas, o processo de regularização e conformidade com os padrões de segurança e preservação ambiental ocorre em tempo hábil, sem atrasos, dentro do esperado. No entanto, ele ressaltou que, não raro, há má comunicação entre os órgãos avaliativos, que, por hora, quando não entram em consenso, podem prejudicar e tornar o processo de liberação de licenças mais moroso.

De acordo com o gestor, a empresa conta com um livro que relata como cada processo deve ser realizado e como é esperado que o funcionário aja em caso de constatação de irregularidades. Segundo o administrador, o primor ao cumprimento das normas garante a segurança e a eficiência na realização dos processos, o que é, conforme Chiavenato (2003) e Ribeiro (2016), caracterizado na Teoria Burocrática,

As empresas que apresentarem ações e produtos revolucionários têm maior chance de se consagrarem no mercado competitivo. Em relação a isso, a empresa acredita que visar à qualidade ao invés de quantidade garante o cliente e a sua lealdade à empresa, que é característica da Teoria Neoclássica. Ademais, o investimento em produtos novos, o trabalho com matéria-prima diferenciada, a criação e a concretização de vinhos originais trazem um diferencial para a organização.

Apesar de a empresa contar com um sistema de controle de estoque, SAP (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados), ela não possui grande afinidade com os recursos tecnológicos. O *software* SAP possibilita a integração de todos os departamentos da empresa, desde o RH até a emissão de nota fiscal. Logo, essa ferramenta torna-se relevante para a contemplação da empresa como um todo. A justificativa de não informar constantemente as alterações ocorridas no processo de produção é dada por a vitivinícola não possuir fabricação de grande escala, e o “Excel”, ferramenta de fácil acesso e uso, supre suas necessidades. Portanto, podemos afirmar que, na maioria das vezes, há apenas uma visão bidimensional da organização e sua produção, e, quando utilizado seu *software* de controle, pode-se não possuir dados condizentes com a realidade da empresa, já que seu uso não é uma regra e não é constante.

A visão da empresa baseia-se em ser reconhecida pela produção de vinhos de qualidade, reconhecimento da região da Campanha como potencial produtora de espumantes e demais produtos no Brasil e em tornar-se referência na área do enoturismo no Rio Grande do Sul. Visar a qualidade no produto é característica da Teoria Neoclássica. Já a missão consiste no trabalho correto, visando compromisso social e respeito ao meio ambiente; ética e transparência em todos os relacionamentos; qualidade para fundamento da credibilidade; sustentabilidade para garantia da perpetuação.

Conclusões

Não existem organizações iguais. As empresas apresentam muitas diversidades, como, por exemplo, as formas de trabalhar, de produzir, mas, para percorrer o caminho do sucesso, elas necessitam de um ponto em comum: pessoas qualificadas, que saibam como agir em determinadas situações, buscando sempre resultados mais assertivos, com eficiência e eficácia (CHIAVENATO, 2007). Com o surgimento das Teorias Científica e Clássica, notam-se críticas comuns relacionadas ao mecanicismo e ao não tratamento do colaborador como ser humano, mas como um fator de produção, sendo muitas vezes entendido como exploração. Atualmente, não se percebe existir com frequência esse tipo de escola, já que devem ser adotadas medidas como a rotatividade na execução das tarefas, por exemplo, para buscar assegurar a saúde do colaborador, conforme exigências da legislação.

A empresa possui inúmeras peculiaridades, cada uma estando de acordo com uma escola ou teoria. É uma organização na qual existe a divisão do trabalho operacional, a autoridade de responsabilidade, assemelhando-se à Escola Clássica. Já as características de rotatividade na execução de tarefas, folgas, confraternizações, pensamento voltado ao bem-estar do funcionário para aumentar a sua produtividade, por conseguinte, os gestores da organização também fazem acordos pensando nas necessidades dos funcionários, encaixando-se na Teoria Comportamental. Por fim, as demais características se enquadram nas Teorias Neoclássica, Burocrática e Estruturalista, em que a visão da empresa é a busca da qualidade dos produtos, vindo, através do seguimento das normas, para garantirem a segurança dos processos, do ambiente, das pessoas, e o alcance do sucesso através da qualidade. Caso não cumpram com as normas, os funcionários sofrem punições, evidenciando-se a Teoria Comportamental e mostrando a grande rigidez presente na Teoria Burocrática.

No presente estudo, percebeu-se a falta de um sistema com informações bem alinhadas e automatizadas quanto à realização de seus procedimentos, não dando, desta forma, à gerência informações precisas. Observou-se a carência da utilização deste importante meio com o qual se consegue uma qualidade na tomada de decisão, bem como outros benefícios, como o auxílio na eliminação de retrabalho, na eliminação de dados redundantes, na diminuição de custos operacionais, na integração de diferentes departamentos de uma organização, além de manter registros no tempo certo. Ou seja, caso não seja adotado o uso constante, por via de regra, pode-se atrair grandes prejuízos futuros, principalmente devido à falta dessa visibilidade quando realizada uma tomada de decisão.

Percebe-se a busca de um bom clima organizacional, bem como o cumprimento da legislação com relação ao capital humano e ao funcionamento da empresa. Dessa forma, conclui-se que a principal escola identificada é a Estruturalista, por apresentar essa fiel busca na qualidade do resultado, e a teoria que mais se enquadra é a Teoria Estruturalista, já que segue a rigor os métodos, possui preocupação com o ambiente e as pessoas que fazem parte da organização, como também possui recompensas salariais e sociais. A Teoria Estruturalista, conforme Ribeiro (2016), unificou algumas características de outras teorias já existentes, tendo assim uma abordagem múltipla.

Management in a wine company, na analysis based on ManagementTheories

Abstract

The management of a rural company is essential for its success. The present case study is of a wine producer located in the municipality of Bagé, RS. The current management was analyzed based on the administration schools, we sought to obtain information on the classification of the company, the amount of taxation present in the product price, the development in people management, if there is compliance with labor laws, and verify the importance given to na information system. The methodology used is bibliographic and descriptive, with a qualitative approach. The study was carried out between July and October 2018. The results are presented in a textual discursive way, and, they show that the predominant School is the Structuralist and the theory that prevails in the companyis the Structuralist Theory. It shouldbenoted that the information system is not given due importance, which can hinder decision-making, price formation and records at the right time.

Keywords: management; management theories; human capital.

La gestión en una empresa vinícola, un análisis basado en las teorías de la gestión

Resumen

La gestión de una empresa rural es fundamental para su éxito. El presente estudio de caso es de un productor de vino ubicado en el municipio de Bagé, RS. Se analizó la gestión actual con base en las escuelas de administración, se buscó obtener información sobre la clasificación de la empresa, el monto de la tributación presente en el precio del producto, el desarrollo en la gestión de personas, si se cumple con las leyes laborales, y verificar la importancia que se le da a un sistema de información. La metodología utilizada es bibliográfica y descriptiva, con un enfoque cualitativo. El estudio se realizó entre los meses de julio y octubre de 2018. Los resultados se presentan de manera textual discursiva, y, muestran que la Escuela predominante es la Estructuralista y la teoría que prevalece en la empresa es la Teoría Estructuralista, Nótese que no Se le da la debida importancia al sistema de información, que puede dificultar la toma de decisiones, la formación de precios y el registro oportuno.

Palabras clave: gestión; teorías de gestión; capital humano.

Referências

- ABRANTES, J. *Teoria Geral da Administração – TGA: a antropologia empresarial e problemática ambiental*. Rio de Janeiro: Interciência, 2012. 408p. Disponível em: http://unimestre.ideal.com.br/projetos/portal_online/?&tid=0&lid=0&pid=24&sid=c34aa5aa823. Acesso em: 23 ago. 2018.
- ALFAYA, T. V. *Teoria Geral da Administração*. John Casais, Faculdade de Tecnologia e Ciências – Ensino a Distância, 2007, p. 77. Disponível em: <http://www2.unifap.br/glauberpereira/files/2015/12/TGA-EBOOK2.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.
- CARTONI, D. M. *Anuário da Produção Acadêmica Docente*. v. III, n. 5, Anhanguera, 2009. p. 09-34.
- CHIAVENATO, I. *Administração nos novos tempos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 610p.
- CHIAVENATO, I. *Administração: teoria, processo e prática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 411p.
- CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 634p.
- GELMINI, A. B. *Aumento do ICMS para as vinícolas deve afetar o preço do vinho*. Hartmann Burmeister Advocacia, 2017. Disponível em: <http://hartmannburmeister.com.br/tributos/aumento-icms-vinho/>. Acesso em: 10 out. 2018.
- LINDOTE, I. *Vinhos da Campanha gaúcha conquistam público*. O Globo, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-gastronomia/2016/vinhos-da-campanha-gaucha-conquistam-publico-20451003>. Acesso em: 09 out. 2018.
- LONGO, R. *O livro dos negócios*. São Paulo: Globo Livros, 2014. 352p.
- MELLO, L. M. R. *Comunicado técnico 199*. Vitivinicultura brasileira: panorama 2016. Embrapa Uva e Vinho, Bento Gonçalves, RS, outubro, 2017, p. 1-7. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/179393/1/Comunicado-Tecnico-199-versao-2018-06-21.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.
- MUNIZ, A. J. O.; FARIA, H. A. *Teoria Geral da Administração: Noções Básicas*. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2001. 165p.
- RIBEIRO, Antonio de Lima. *Teorias da Administração*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 166p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-02-63539-5/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- SANTANA, D. *Teoria da administração científica*. YouTube, 10 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L9SuKjRCP8A&feature=youtu.be>. Acesso em: 21 ago. 2018.

Influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas decisões de investimentos de acadêmicos de Administração do norte do Rio Grande do Sul

*Denize Grzybowski**
*Greici Teresinha Matte***
*Talita Bernardi Goettems****

Resumo

O objetivo foi investigar a influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas decisões de investimentos dos acadêmicos em Administração. Especificamente, foram descritos os perfis dos acadêmicos, dados socioeconômicos, conhecimentos sobre finanças pessoais, noções sobre investimentos e endividamento. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa dos dados, realizada com 261 estudantes numa universidade comunitária. Os resultados indicaram que os acadêmicos possuem conhecimentos e habilidades necessários para gerir suas finanças, apontam suas experiências e a família como principais fontes de conhecimento sobre o tema. A influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas finanças dos pessoais é baixa e a maioria dos conhecimentos são obtidos fora do universo acadêmico.

Palavras-chave: administração financeira; finanças pessoais; estudantes universitários.

* Administradora. Mestre em Dirección y Organización de Empresas (Universidad Museo Social Argentino/UMSA – 2000). Doutora em Administração (UFLA – 2007) com tese em empresa familiar. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Feac) na Universidade de Passo Fundo (UPF). Líder do grupo de pesquisa GMEORG/UPF. Temas de interesse: Empresa familiar, Teorias organizacionais, aprendizagem organizacional, aprendizagem transgeracional, empreendedorismo transgeracional, gestão do conhecimento, ciclo de vida organizacional, capacidades dinâmicas no nível individual. E-mail: gdenize@upf.br

** Administradora. Bancária. E-mail: greicimatte@hotmail.com

*** Administradora. Especialista em Gestão de Pessoas. Mestre em Administração. Professora, consultora e assessora empresarial. Membro do grupo de pesquisa GMEORG/Feac/UPF. Temas de interesse: políticas de gestão de pessoas, aprendizagem organizacional, gestão de pequenas empresas, empresa familiar, empreendedorismo e educação empreendedora. E-mail: 119478@upf.br

Introdução

O tema finanças pessoais tem recebido atenção de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que saber gerir ganhos para poder adequá-los aos gastos está diretamente ligado à qualidade de vida das pessoas (PICCINI; PINZETTA 2014). No campo das ciências sociais aplicadas, o tema tem sido discutido pela ótica da Economia, Contabilidade e Administração, para abordar questões relacionadas a comportamento financeiro pessoal (MARQUES; TAKAMATSU; AVELINO, 2018; LIMA FILHO; SILVA; LEVINO, 2020), aspectos psicológicos do tomador de decisão (HAUBERT; LIMA; LIMA, 2014), comprometimento da renda pessoal e influência do gênero (JUSTEN; TEIXEIRA, 2020), racionalidade na decisão (SANTOS *et al.*, 2019), planejamento financeiro (AMORIM; XAVIER FILHO, 2018) e educação financeira (ANDRADE; LUCENA, 2018), entre outros.

A administração das finanças pessoais é uma forma de planejar os ganhos e os gastos de um indivíduo, ou seja, é mais do que aprender a economizar, reduzir/eliminar gastos, poupar e acumular recursos financeiros (AMORIM; XAVIER FILHO, 2018; LIMA FILHO; SILVA; LEVINO, 2020). Envolve diversos aspectos do cotidiano da vida dos indivíduos e de suas famílias, como a influência dos juros, o consumo consciente, a utilização responsável do crédito, a realização e o cumprimento do orçamento pessoal/familiar e os conhecimentos técnicos de gestão de recursos financeiros (ANDRADE; LUCENA, 2018).

Há estudos que indicam não existir uma relação direta entre conhecimento das ferramentas técnicas de gestão financeira dos estudantes com educação financeira, como verificado por Andrade e Lucena (2018), mas os conhecimentos financeiros dão mais confiança nas decisões financeiras. Amorim e Xavier Filho (2018) constataram que há influência maior dos conhecimentos anteriores na educação financeira, em especial as experiências adquiridas no seio familiar.

Tais pesquisas sugerem que os conteúdos apreendidos pelos acadêmicos nos seus cursos de formação podem não ter influência significativa nas decisões sobre finanças pessoais. Por essa razão, o presente artigo se propõe a investigar a influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas decisões de investimentos dos acadêmicos de Administração em uma universidade comunitária no norte do estado do Rio Grande do Sul.

Metade dos brasileiros não faz controle do orçamento pessoal, seis em cada dez consumidores têm dificuldades para fazer o controle de ganhos e gastos mensais.

Observa-se que 49% pagam todas as contas com sobra de dinheiro no mês, mas 33% usam empréstimos, cheque especial e cartão para pagar contas (SPC BRASIL, 2017).

A gestão financeira pessoal está diretamente ligada ao bem-estar dos indivíduos, e o orçamento pessoal pode auxiliar a entender hábitos de consumo das pessoas (AMORIM; XAVIER FILHO, 2018). A elaboração do planejamento financeiro pessoal é necessária para atingir objetivos pessoais e pode ser considerada como um instrumento de qualidade de vida (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008), o qual contempla um orçamento financeiro, a análise dos ganhos e dos gastos, para que os indivíduos percebam sua situação financeira atual e futura, possibilitando administrar os recursos, aproveitar as oportunidades de negócios e/ou de investimentos, alcançar a satisfação pessoal, promover o equilíbrio e controlar as finanças.

Este artigo está estruturado em seções temáticas. Na seção 2, consta o referencial teórico usado como orientador da elaboração da metodologia (seção 3) e da análise dos dados (seção 4). Na seção 5, são apresentadas as conclusões e as limitações do estudo, bem como sugestões para estudos futuros.

Fundamentação teórica

As seções a seguir têm por propósito apresentar a fundamentação teórica em relação ao tema proposto. Essa fundamentação será apresentada nas etapas seguintes do estudo, que se dará em três partes, sendo elas finanças pessoais, crédito e investimento.

Finanças pessoais

Conforme Santos (2014), a regra básica para conquistar o sucesso financeiro é ganhar muito mais do que gasta ou, ao contrário, gastar muito menos do que ganha. Para Gitman e Joehnk (2005), quando as pessoas compreendem o conteúdo de finanças, beneficiam-se desses conhecimentos teóricos para a vida prática, pois tomam decisões melhores. A vida é cheia de escolhas, escolhas essas que também envolvem o dinheiro; saber usá-lo de forma correta trará benefícios e segurança material necessária para se aproveitar os prazeres da vida e, ao mesmo tempo, obter uma garantia para eventuais imprevistos, mas, para que isso ocorra, o fator determinante é o conhecimento.

No que diz respeito à educação financeira, o Banco Central do Brasil (Bacen) (2013, p. 7) define:

O meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países.

Segundo Silva (2013, p. 6), planejar significa pensar “antes de agir, considerando as possibilidades de atingir objetivos e as metas, acompanhando e avaliando sempre”, bem como entender quais são as necessidades essenciais. Com tal entendimento, é possível elaborar controles e adotar ferramentas de gestão que permitem realizar controles e tomar decisões financeiras (investimentos, poupança, gastos) com menor grau de risco (PICCINI; PINZETTA, 2014; MARQUES; TAKAMATSU; AVELINO, 2018). É por meio do planejamento financeiro que se adequa rendimento pessoal/familiar com necessidades, eliminam-se gastos supérfluos, planejam-se compras com vistas a evitar pagamento de juros, realizam-se objetivos de vida e faz-se poupança para enfrentar acontecimentos/problemas eventuais (SANTOS, 2014; DIETRICH; BRAIDO, 2016).

A construção de um planejamento financeiro pessoal é uma ferramenta de grande importância na vida das pessoas. Uma forma fácil de realizar o planejamento financeiro é a metodologia criada por Silva (2013), que pode ser encontrada na “Cartilha educação financeira para pessoa física: planejamento e controle financeiro pessoal”. Esta cartilha demonstra o passo a passo do controle orçamentário, bem como faz o planejamento de investimentos e de fonte de recursos, caso seja necessário crédito em instituições financeiras. Na Figura 1, tem-se um exemplo de controle sugerido por Silva (2013), cujo primeiro passo é definir os principais gastos mensais.

Figura 1 – Relação de gastos

Gastos fixos mensais	Gastos variáveis e esporádicos
Água	Lazer
Luz	Cuidados pessoais
Telefone	Vestuário
Alimentação	Veículo
Aluguel	Financiamento
Transporte	

Fonte: Silva (2013).

O segundo passo está demonstrado no Quadro 1. Trata-se da demonstração da relação das receitas e das despesas. A renda da família é medida pela entrada de dinheiro de diferentes fontes, enquanto a saída do dinheiro refere-se aos gastos e às despesas pessoais/familiares, como moradia, transporte, etc. A comparação desses dois fatores deve resultar numa soma positiva para realizar investimentos ou, no mínimo, para atingir um equilíbrio.

Quadro 1 – Relação de receitas e despesas

(continua...)

Renda da família – entrada de dinheiro	R\$
Salário de	
Salário de	
Outras receitas	
Soma das entradas (renda)	
Despesas – saída de dinheiro	R\$
Moradia	
Transporte	

Alimentação	
Vestuário	
Saúde	
Educação	
Cuidados pessoais	
Lazer	
Despesas financeiras	
Soma das saídas de dinheiro	
Resultado mês = entradas - saídas	R\$

Fonte: Silva (2013).

Além dessa metodologia de Silva (2013), existem outros autores que se dedicam à pesquisa nesta área; assim, pode-se encontrar outras ferramentas de planejamento. Existem, também, empresas especializadas na área de finanças que disponibilizam em seus endereços eletrônicos aplicativos e *softwares*, alguns pagos e outros gratuitos, com o propósito de auxiliar os indivíduos a planejar e controlar suas finanças pessoais.

Crédito

As pessoas, diariamente, deparam-se com inúmeras opções de financiamentos e empréstimos e com os mais variados tipos de créditos disponíveis no mercado. Para as pessoas que se encontram em uma situação de descontrole financeiro, muitas vezes fica difícil resistir a tantas ofertas. Conforme Hoji (2014), são diversas as alternativas de créditos oferecidas pelas instituições financeiras e, quando necessário usá-las, deve-se escolher a melhor entre as disponíveis com base em critérios técnicos de administração financeira, como taxa de juros, prazo e método de amortização.

Segundo o Bacen (2013), o que tem guiado as pessoas ao endividamento, além da inexistência de educação financeira, são as facilidades de acesso ao crédito no mercado financeiro. Ressalta-se, ainda, que cabe aos indivíduos compreenderem que o crédito é uma fonte de recursos vinda de terceiros e a sua contratação requer conhecimento aprofundado de todos os custos envolvidos, pois, para cada situação distinta, é necessário saber qual é a melhor oferta de crédito disponível.

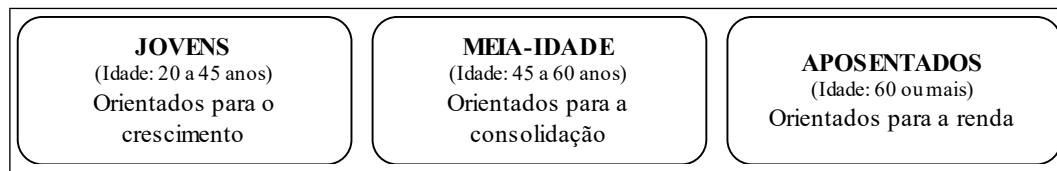
Santos (2014, p. 142) recomenda ao tomador de um empréstimo adotar um comportamento de cautela na contratação, para evitar concordância com cláusulas duvidosas e que representam “armadilhas” geradoras de custos adicionais. Com base nos dados apresentados pelo relatório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e divulgados na Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) (2017), as pessoas não educadas financeiramente acumulam dívidas. Das famílias entrevistadas na referida pesquisa, 57,9% relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro; 23,7% possuem dívidas ou contas em atraso e 9,9% declaram que não terão condições de pagá-las. Quanto ao nível de endividamento, em que se analisou o percentual sobre o total de famílias entrevistadas, 14,2% das famílias consideram-se muito endividadas, com o cartão de crédito apresentando um percentual de 76,6%, apontado como um dos principais tipos de dívida.

Investimento

Investimento é um tipo de aplicação realizada no mercado (HOJI, 2014), que pode ser em espécie (títulos, ações), bens imóveis, maquinário, participação societária em empresas/*startups*, com o propósito de obter ganho/rendimento. Em termos de finanças pessoais, configura-se num tipo de poupança por representar acumulação de capital. Nesse sentido, Halfeld (2001, p. 15) afirma: “saber investir os recursos poupados é essencial tanto para o indivíduo, quanto para a Economia de um país”.

As pessoas com perfil investidor adotam racionalidades diferentes de investimento em cada fase de suas vidas (GITMAN; JOEHNK, 2005), como consta na Figura 2. Quando jovens, demonstram maior tendência ao risco (perfil “agressivo”); quando mais velhos, tornam-se mais conservadores e inclinados a correr menos riscos. Contudo, é na fase da aposentadoria que se observam mais comportamentos orientados para a renda. Independente do ciclo de vida em que o indivíduo se encontra, poupar e investir não significa abrir mão de aproveitar de viver o momento; significa, sim, adotar práticas para realizar sonhos e atingir objetivos (pessoais, profissionais, familiares) traçados para determinada fase de sua vida.

Figura 2 – Perfil do investidor por faixa etária



Fonte: adaptado de Gitman e Joehnk (2005).

Independente do perfil do investidor, para ser bem-sucedido nos seus investimentos, é indispensável saber utilizar o dinheiro:

[...] de forma produtiva e enriquecedora. Do ponto de vista produtivo, considera-se a realização de investimentos que tragam, em contrapartida, o aumento do conhecimento e a ascensão na carreira profissional. Do ponto de vista do enriquecimento, relaciona-se a agregação de riqueza, ou seja, recebimento de retorno ou remuneração superior ao custo do capital investido para aquisição de conhecimento nas diferentes etapas do desenvolvimento humano (SANTOS, 2014, p. 1).

Nesse sentido, Halfeld (2001) argumenta que realizar poupança torna-se uma “batalha”, pois envolve decisões de investimentos assertivas no sentido de ganhar dinheiro e acumular riquezas. Porém, há de se considerar o perfil investidor e os inúmeros produtos de investimentos disponíveis no mercado. Analisar as características de cada produto financeiro é essencial para escolhas mais assertivas (BACEN, 2013) e capazes de satisfazer as necessidades e os objetivos de cada investidor.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida no nível exploratório, que permitiu uma visão geral acerca das finanças pessoais dos universitários (GIL, 2016). Para tanto, foi aplicada a técnica de *survey*, que tomou como participantes do estudo uma amostra da população de universitários brasileiros do curso de graduação em Administração. Quanto à abordagem dos dados, trata-se de uma pesquisa quantitativa, cujos dados foram coletados por meio de um questionário com diferentes escalas sociais, o que permitiu tratamento estatístico dos resultados (GIL, 2016).

O estudo teve como população os 1.295 acadêmicos do curso de Administração de uma universidade comunitária no norte do estado do Rio Grande do Sul nos seus

diferentes *campi* universitários, matriculados nos níveis I ao VIII, no primeiro semestre de 2017. A amostra está representada por 306 acadêmicos, considerada do tipo probabilística – aleatória simples, na qual os respondentes foram selecionados ao acaso. A sua determinação deu-se por meio da fórmula apresentada por Barbetta (2012), admitindo-se um erro amostral de 5%.

Na Tabela 1, consta a distribuição espacial da população e da amostra, calculada de acordo com os critérios anteriormente apresentados.

Tabela 1 – População e amostra

Campus	Turno	População	Amostra
Casca	Noite	174	306
Carazinho	Noite	179	
Lagoa Vermelha	Noite	86	
Passo Fundo	Manhã	189	
Passo Fundo	Noite	319	
Sarandi	Noite	164	
Soledade	Noite	184	
Total		1.295	

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O grupo pesquisado é composto por 261 alunos, sendo 52,87% do gênero feminino e 88,51% na faixa etária até 30 anos, com predominância de respondentes na faixa de 21 a 30 anos (61,69%), que é considerada faixa etária predominante em todas as universidades brasileiras. Quanto ao estado civil, 73,95% são solteiros, mas 23,37% dos respondentes já vivem uma união afetiva, seja formal (casamento) ou informal (união estável). A maioria (76,24%) está cursando os dois últimos anos do curso de Administração, conforme consta na Tabela 2, o que pode gerar um viés nos resultados sobre finanças pessoais, tendo em vista que possuem maior conteúdo aprendido no seu curso de formação profissional.

Tabela 2 – Ano cursado na faculdade

Ano da faculdade	N	%
1º	27	10,34
2º	35	13,41
3º	61	23,37
4º	138	52,87
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Para identificação dos alunos respondentes, o Coordenador do curso de Administração da referida universidade forneceu uma lista contendo o número de alunos matriculados no curso em todos os *campi* no primeiro semestre de 2017. Os dados foram coletados por meio do questionário elaborado por Cintia Retz Lucci, Sabrina Arruda Zerrenner, Marco Antônio Guimarães Verrone e Sérgio Cipriano dos Santos, o qual serviu de ferramenta para a coleta dos dados e a elaboração do artigo “A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos”, publicado no evento científico Seminários em Administração FEA/USP (SEMEAD), organizado pela Universidade de São Paulo, em 2006.¹

O questionário é composto por 23 perguntas fechadas, versando sobre conceitos de finanças, nível de conhecimento, perfil do respondente e decisões de consumo e investimento dos respondentes. Para adequação aos objetivos e ao contexto do presente estudo, foi necessário realizar adaptações no questionário original, elaborado por Lucci *et al.* (2006). As adaptações foram apenas quanto à ordem das questões.

A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário estruturado, não disfarçado. Criou-se um questionário eletrônico através da ferramenta Survey Monkey, o *link* obtido na ferramenta, após a formatação do questionário, foi enviado por e-mail a todos os alunos matriculados no curso de Administração no primeiro semestre de 2017. O período de coleta dos dados compreendeu as datas entre 7 e 20 de maio de 2017. Conforme a Tabela 3, pode-se observar que a taxa de resposta obtida nesta pesquisa foi de 57,48%.

Tabela 3 – Taxa de resposta dos alunos

Total de alunos	Questionários entregues	Questionários respondidos	Taxa de resposta
1.295	454	261	57,48%

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A tabulação dos dados coletados foi realizada em planilhas eletrônicas usando o *software* Excel® e o formato linha x coluna. Os dados foram submetidos à análise estatística descritiva simples, considerando as seguintes variáveis analíticas:

- grau de conhecimento sobre finanças pessoais – o conhecimento sobre finanças permite aos indivíduos possuírem autonomia sobre suas decisões e, assim, alcançarem o equilíbrio financeiro pessoal, evitando juros elevados e sabendo onde e como investir suas sobras para aumentar seu patrimônio pessoal;
- comportamento dos acadêmicos em relação às decisões financeiras – o comportamento dos indivíduos frente às decisões financeiras pode levá-los para duas direções distintas, a da vida saudável financeiramente ou a da vida de endividamentos.

Apresentação e discussão dos resultados

Caracterização socioeconômica

Quanto à faixa de renda mensal líquida pessoal, há predominância dos respondentes entre duas faixas de renda, as quais são acima de R\$ 1.000,00 e abaixo de R\$ 2.500,00; e quando questionados a respeito da renda líquida familiar, a faixa de renda predominante está acima de R\$ 2.500,00 (66,28%), conforme os dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Faixa de renda líquida pessoal e familiar

Faixa de renda	N	%
Até R\$ 500,00	22	8,43
De R\$ 500,01 até R\$ 1.000,00	40	15,33
De R\$ 1.000,01 até R\$ 1.500,00	109	41,76
De R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00	58	22,22
Acima de R\$ 2.500,00	32	12,26
Faixa de renda líquida familiar	N	%
Até R\$ 500,00	1	0,38
De R\$ 500,01 até R\$ 1.000,00	9	3,45
De R\$ 1.000,01 até R\$ 1.500,00	28	10,73
De R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00	50	19,16
De R\$ 2.500,01 até R\$ 4.000,00	93	35,63
Acima de R\$ 4.000,00	80	30,65

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Conforme consta na Tabela 5, sobre o destino de seus rendimentos, constatou-se que 35% dos respondentes indicaram que a maior parte dos rendimentos é gasta para custear as despesas gerais, alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde e outros; e 7,74% dos pesquisados apontaram que destinam parte de seus rendimentos para complementar o orçamento familiar.

Tabela 5 – Destino da renda pessoal

Destino da renda pessoal	N	%
Despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde, etc.)	93	35,43
Despesas pessoais (lazer, vestuário, etc.)	69	26,40
Poupança e investimento	37	14,18
Financiamento e prestações para aquisição de bens	42	16,25
Complemento do orçamento familiar (se não é a principal fonte de renda, mas ajuda em casa)	20	7,74
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Do grupo de universitários pesquisados, constatou-se que 85,06% obtêm renda por meio de emprego formal, e a maioria reside com os pais (63,22%). Apenas 3,45% não exercem nenhuma atividade remunerada, como consta na Tabela 6, e 10,73% têm filhos.

Tabela 6 – Fonte principal de renda e local de residência

Fonte principal de renda	N	%
Emprego formal	222	85,06
Emprego informal	22	8,43
Não trabalha	9	3,45
Outros	8	3,07
Com quem reside	N	%
Pais	165	63,22
Cônjuge/Companheiro(a)	69	26,44
Filhos	28	10,73
Outros	70	26,82

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quanto à escolaridade dos pais, 33,33% são filhos de pais que possuem o ensino fundamental incompleto, enquanto 22,98% são filhos de pais que possuem curso superior e pós-graduação, completos ou incompletos (Tabela 7).

Tabela 7 – Escolaridade dos pais

Escolaridade dos pais	N	%
Ensino fundamental incompleto	87	33,33
Ensino fundamental completo	28	10,73
Ensino médio incompleto	13	4,98
Ensino médio completo	73	27,97
Ensino superior incompleto	13	4,98
Ensino superior completo	30	11,49
Pós-graduação completa ou incompleta	17	6,51
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre as suas dívidas, o comportamento observado foi que a maioria declara não possuir dívidas pessoais e sempre fazem o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto, conforme se observa na Tabela 8.

Tabela 8 – Dívidas

Dívidas	N	%
Sim, tenho, mas se trata de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia.	83	31,80
Sim, tenho, mas não sei bem quando nem como irei pagá-las.	5	1,92
Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo, já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las.	56	21,46
Não, não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.	117	44,83
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os dados coletados mostram que a maioria dos pesquisados residem com os pais, estão inseridos no mercado de trabalho por meio de emprego formal, recebendo rendimentos líquidos pessoais de até R\$ 1.500,00 mensais, conforme apresentado na Tabela 4. Quando questionados quanto à participação na complementação do orçamento familiar, apenas 20 pesquisados responderam que destinam a maior parte de seus rendimentos para este fim, o que justifica a maioria declarar não possuir dívidas pessoais, entende-se, assim, que recebam dos pais o suporte necessário para as despesas básicas.

Conhecimentos financeiros

Quando questionados sobre como se sentiam a respeito de seus conhecimentos financeiros para gerir seu próprio dinheiro, a maioria dos respondentes se declarou razoavelmente segura para tomar decisões sobre o assunto, pode-se observar esse comportamento conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 – Segurança para gerir o próprio dinheiro

Segurança para gerir o próprio dinheiro	N	%
Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira.	8	3,07
Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças.	42	16,09
Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto.	162	62,07
Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças.	49	18,77
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre onde adquiriram a maior parte dos conhecimentos para gerir o próprio dinheiro, os respondentes apresentaram comportamento conforme detalhado na Tabela 10.

Tabela 10 – Fonte de conhecimento para gerir o dinheiro

Fonte de conhecimento para gerir o dinheiro	Grau de importância					N	%	Pontuação
	1	2	3	4	5			
Em casa com a família	31,80% 83	20,69% 54	16,86% 44	16,09% 42	14,56% 38	261	100	3,39
De conversas com amigos	16,48% 43	17,24% 45	13,79% 36	23,37% 61	29,12% 76	261	100	2,69
Em aulas na faculdade	16,86% 44	23,75% 62	27,20% 71	16,09% 42	16,09% 42	261	100	3,09
De revistas, livros, TV e rádio	11,88% 31	17,24% 45	19,92% 52	25,67% 67	25,29% 66	261	100	2,65
Da experiência prática	22,99% 60	21,07% 55	22,22% 58	18,77% 49	14,94% 39	261	100	3,18

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando solicitados a resolver uma situação real, que buscava determinar se o pesquisado tinha noção de planejamento financeiro e poupança, o comportamento observado foi de conhecimento específico em 82,76% dos respondentes, conforme resultados apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 – Noção de planejamento financeiro e poupança

Noção de planejamento financeiro e poupança	N	%
2 meses	5	1,92
4 meses	216	82,76
6 meses	12	4,60
8 meses	28	10,73
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Em relação aos conhecimentos financeiros, pode-se afirmar, com base nos dados apresentados, que a grande maioria possui segurança para tomar decisões sobre o assunto, apresentando habilidades e conhecimentos suficientes para serem assertivos nas decisões de como gerir o próprio dinheiro. Conforme apontado, tais conhecimentos foram adquiridos, em sua maioria, em casa com a família ou em experiências próprias.

Investimento

Quando questionados sobre guardar dinheiro para despesas inesperadas, questão que buscava observar se os respondentes tinham conhecimento de que investimentos possuem níveis de liquidez diferenciados, em que a resposta esperada era a que indicava os bens móveis e imóveis como sendo os de menor liquidez. O comportamento observado foi que a maioria possui esse conhecimento, conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 12 – Noção de liquidez

Noção de liquidez	N	%
Poupança ou fundos de investimento	45	17,24
Ações ou dólares	44	16,86
Conta corrente	25	9,58
Bens (carro, moto, imóvel, etc.)	147	56,32
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre a propensão a correr riscos na hora de investir, observa-se que o comportamento dos pesquisados tende a ser mais conservador, pois 39,85% preferem investir na poupança, priorizando a segurança em relação aos rendimentos, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 – Propensão ao risco

Propensão ao risco	N	%
Ações, pois me agrada a possibilidade de altos ganhos, mesmo sabendo do risco elevado de perdas.	39	14,94
Fundos de investimento de risco médio, pois quero um rendimento razoável, ainda que com algum risco.	87	33,33
Poupança, pois priorizo a segurança em relação ao rendimento.	104	39,85
Bens (carro, moto, imóvel, etc.), pois a segurança é a coisa mais importante.	31	11,88
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre o valor do dinheiro no tempo, questão que tinha por objetivo mostrar ao pesquisado que montantes iguais de dinheiro aplicados em momentos diferentes geram resultados diferentes. A resposta correta era a alternativa que indicava que o dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos. Na Tabela 14, pode-se observar tal comportamento.

Tabela 14 – Valor do dinheiro no tempo

Valor do dinheiro no tempo	N	%
Eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas.	67	25,67
Ronaldo*, porque poupou mais a cada ano.	15	5,75
Daniela*, porque seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos.	179	68,58
Total	261	100,00

Nota: Ronaldo e Daniela são personagens apresentados aos respondentes.

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre planejamento para a aposentadoria, 49,04% dos respondentes têm planos de começar a poupar para isso, conforme dados apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 – Planejamento para a aposentadoria

Planejamento para a aposentadoria	N	%
Não me preocupei com isso ainda.	57	21,84
Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo.	10	3,83
Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria.	63	24,14
Tenho planos de começar a poupar para isso.	128	49,04
Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria.	3	1,15
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre qual investimento poderia oferecer maior segurança em uma situação de desemprego, questão que tinha por objetivo identificar a noção do pesquisado sobre investimento, observou-se que 203 pesquisados (77,78%) acreditam que uma aplicação financeira, como, por exemplo, um fundo de investimentos, seria a melhor alternativa para essa situação, como observado na Tabela 16.

Tabela 16 – Melhor investimento em caso de desemprego

Melhor investimento em caso de desemprego	N	%
Depósito em conta corrente.	27	10,34
Uma aplicação financeira, como, por exemplo, um fundo de investimentos.	203	77,78
Aplicações em bens como carro ou imóvel.	31	11,88
Total	261	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os dados coletados mostram que os respondentes, em sua maioria, possuem os conhecimentos necessários para identificar as melhores alternativas de poupança de acordo com a situação ou o contexto. Assim, reconhecem que investimentos possuem níveis de liquidez diferenciados, que existem tendências quanto aos riscos na hora de escolher entre um tipo de aplicação ou outro, e que o dinheiro possui valor diferente quanto ao tempo de aplicação. A grande maioria também reconhece

a importância de começar a poupar para a aposentadoria, mesmo que isso pareça algo distante e que não necessite atenção neste período da vida.

Endividamento

Quando questionados sobre os gastos utilizando o cartão de crédito e as despesas financeiras geradas quando não há o pagamento total da fatura, a maioria dos respondentes acertou a resposta, conforme consta na Tabela 17. Assim, indicam que quem mais terá despesas financeiras são aqueles que sempre pagam somente o mínimo do valor da fatura, e quando questionados sobre qual seria sua atitude se estivesse na mesma situação, o pesquisado demonstrou que teria como atitude pagar sempre o saldo devedor total.

Tabela 17 – Despesas financeiras com cartão de crédito e atitude do respondente

Despesas financeiras geradas pelo cartão de crédito	N	%
Ellen*, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento.	51	19,54
Pedro*, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro.	9	3,45
Luís*, que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga.	20	7,66
Nanci*, que sempre paga o mínimo.	181	69,35
Atitude do respondente quanto ao pagamento da fatura do cartão de crédito	N	%
Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Ellen*.	215	82,38
Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Pedro*.	28	10,73
Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Luís*.	11	4,21
Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Nanci*.	7	2,68

Nota: *Ellen, Pedro, Luís e Nanci são personagens apresentados aos respondentes.

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre a antecipação de aquisição de um bem, ou seja, realizar um empréstimo/financiamento, ao invés de poupar o dinheiro e comprar esse mesmo bem à vista, questão que tinha por objetivo identificar se o respondente possuía o entendimento de que a antecipação de consumo está associada

a um ônus (juros), o comportamento ocorreu conforme esperado: 71,65% dos respondentes acertaram a questão, cuja resposta correta seria: “Dirceu, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses”, indicando que a antecipação de consumo gera ônus; e quando questionados sobre qual seria sua atitude se estivesse na mesma situação, o pesquisado demonstrou que teria como atitude poupar o dinheiro necessário para aquisição do bem à vista. Tais dados são apresentados na Tabela 18.

Tabela 18 – Antecipação de consumo gera ônus e atitude do respondente

Antecipação de consumo gera ônus	N	%
Dirceu*, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses.	187	71,65
Roberto*, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprou o carro à vista.	74	28,35
Atitude do respondente quanto à aquisição de bens	N	%
Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses, como fez Dirceu*.	10	3,83
Poupar por 15 meses para comprá-lo à vista, sem dívida, como fez Roberto*.	183	70,11
Ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8 prestações.	68	26,05

Nota: *Dirceu e Roberto são personagens apresentados aos respondentes.

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Entre todas as alternativas de créditos disponíveis no mercado financeiro, a melhor alternativa é não precisar delas (HOJI, 2014). Os dados comprovam essa afirmação, pois a maioria dos respondentes reconhece as despesas financeiras geradas quando não há o pagamento total da fatura do cartão de crédito e também reconhece que quando se faz a antecipação da aquisição de um bem através de um financiamento, tendo em vista que tal operação gera ônus.

Conclusões

O contexto econômico nacional de incertezas indica a necessidade de planejar e controlar as finanças pessoais, usar controles de gastos com vistas a orientar decisões. Há diferentes opções de crédito e de investimentos disponibilizadas pelas instituições financeiras, que exigem atenção e cuidado do investidor. Entretanto,

os conhecimentos necessários para compreender as cláusulas dos contratos são muito específicos e apenas os conhecimentos teóricos ofertados pelas escolas/universidades nos cursos de graduação não são suficientes. A experiência e a educação financeira na família são tomadas como principais fontes de informação para a decisão nas finanças pessoais dos acadêmicos em Administração pesquisados.

O perfil apresentado pelos acadêmicos do curso de Administração é de jovens com idades até 30 anos, em sua maioria do gênero feminino, solteiros que residem com os pais, cursando os últimos anos da graduação e já inseridos no mercado de trabalho. Esse perfil sinaliza a necessidade de esses jovens possuírem conhecimentos sobre finanças pessoais para poderem gerir seus próprios recursos financeiros.

Quando questionados sobre seus conhecimentos em relação às finanças pessoais, os respondentes declararam-se conhecedores do tema e afirmaram possuir habilidades para gerir suas finanças pessoais e as aplicar nas decisões do cotidiano. A maioria dos respondentes apontou a família e as experiências pessoais como sendo as duas principais fontes de conhecimento sobre o tema. A universidade ficou na terceira posição, comprovando que os universitários possuem conhecimentos de administração financeira, contudo, esses conhecimentos não foram obtidos no curso de Administração, indicando a deficiência de informações sobre esse tema nas escolas e universidades.

Quando investigado sobre a influência da administração financeira sobre as tomadas de decisões de investimentos dos alunos, eles demonstraram, em suas respostas, comportamentos compatíveis perante cada situação a que foram expostos, apenas se notou que, quando questionados sobre seus perfis como aplicadores, a grande maioria demonstrou possuir comportamento conservador, o que leva a concluir que, apesar de afirmarem possuir domínio sobre o tema, ainda não dispõem de segurança suficiente para correr mais riscos na hora de escolher o tipo de aplicação, levando-os a aplicar em modalidades menos arriscadas e, consequentemente, menos rentáveis. Sobre o assunto endividamento, constatou-se que a maioria dos alunos não possui dívidas pessoais, apenas uma minoria (1,92%) dos respondentes declarou estar endividada, não saber qual é o valor da dívida e como a pagará.

A maioria dos alunos também percebeu a importância de se fazer um planejamento financeiro para a aposentadoria, porém afirmaram apenas ter planos para começar a poupar, ou seja, efetivamente, somente a minoria se preocupa com isso.

Conclui-se que a influência dos conhecimentos sobre administração financeira nas decisões de investimento dos acadêmicos de Administração é baixa, pois a maioria afirma obter tais conhecimentos fora do universo acadêmico.

Influence of knowledge about financial management in the investment decisions of Administration academics from the north of Rio Grande do Sul

Abstract

The objective was to investigate the influence of knowledge about financial management in investment decisions of academics in management. Specifically, the academic profile, socioeconomic data, knowledge of personal finances, notions about investments and indebtedness were described. This is an exploratory research, with a quantitative approach to the data, carried out with 261 students at a community university. The results indicate that academics have the necessary knowledge and skills to manage their finances, point out their experiences and the family as the main sources of knowledge on the subject. The influence of financial management knowledge on personnel finances is low and most knowledge is obtained outside the academic universe.

Keywords: financial administration; personal finances; college students.

Influencia del conocimiento sobre gestión financiera en las decisiones de inversión de académicos de la Administración del norte de Rio Grande do Sul

Resumen

El objetivo fue investigar la influencia del conocimiento sobre gestión financiera en las decisiones de inversión de los académicos en gestión. En concreto, se describió el perfil académico, los datos socioeconómicos, el conocimiento de las finanzas personales, las nociones sobre inversiones y endeudamiento. Se trata de una investigación exploratoria, con enfoque cuantitativo de los datos, realizada con 261 estudiantes de una universidad comunitaria. Los resultados indican que los académicos tienen los conocimientos y habilidades necesarios para administrar sus finanzas, señalan sus experiencias y la familia como las principales fuentes de conocimiento sobre el tema. La influencia del conocimiento en gestión financiera sobre las finanzas del personal es baja y la mayor parte del conocimiento se obtiene fuera del universo académico.

Palabras clave: administración financiera; finanzas personales; estudiantes universitarios.

Nota

¹ Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/an_resumo.asp?cod_trabalho=266.

Referências

- AMORIM, E. R.; XAVIER FILHO, J. L. J. Quem forma gestores? Evidências da formação coletiva do gestor a partir das finanças pessoais e a concepção de “habitus” em Bourdieu. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, v. 9, n. 3, p. 64-77, 2018.
- ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. *Revista Economia & Gestão*, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais* (conteúdo básico). Brasília, DF: Bacen, 2013. 74 f. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.
- BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 8. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2012.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. *Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor (PEIC)*. Março, 2017. Disponível em: http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_marco_2017.pdf. Acesso em: 09 abr. 2017.
- DIETRICH, J.; BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal para aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma instituição de ensino superior. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 11, n. 2, p. 29-52, 2016.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- GITMAN, L. J.; JOEHNK, M. D. *Princípios de investimentos*. Maria Lúcia Leite Rosa (tradução), Elias Pereira (revisão técnica). 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.
- HALFELD, M. *Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001.
- HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG. O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ, 1, 2018, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Escola do Governo e Universidades Estaduais, 2008.
- HAUBERT, F. L. C.; LIMA, C. R. M.; LIMA, M. V. A. Finanças comportamentais: uma investigação com base na teoria do prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu portugueses. *Revista de Ciências da Administração*, v. 16, n. 38, p. 183-195, 2014.
- HOJI, M. *Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- JUSTEN, C. F.; TEIXEIRA, B. M. O nível de comprometimento da renda com compras parceladas de estudantes universitários do RS: análise da influência do gênero. *Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS*, v. 20, n. 46, p. 69-85, 2020.
- LIMA FILHO, W. A.; SILVA, C. T. C.; LEVINO, N. A. Comportamento financeiro pessoal: uma análise dos docentes da Universidade Federal de Alagoas. *Sinergia*, v. 24, n. 2, p. 23-36, 2020.

LUCCI, C. R. *et al.* A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO da FEA/USP, 9, 2006, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2006.

MARQUES, M. F. S.; TAKAMATSU, R. T.; AVELINO, B. C. Finanças pessoais: uma análise do comportamento de estudantes de ciências contábeis. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 17, n. 3, p. 819-840, 2018.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA, G. Planejamento financeiro pessoal e familiar. *Unoesc & Ciência*, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

SANTOS, J. O. *Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático*. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, A. C. D.; GARCIA, E. L. M.; FAIA, V. S.; SANTOS, A. M. F. D. Finanças pessoais: um estudo com acadêmicos sob a abordagem da teoria da contabilidade mental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 24, n. 1, p. 90-111, 2019.

SILVA, M. B. L. *Educação financeira para pessoa física*. Salvador: Sebrae/BA, 2013.

SPC BRASIL. *Quatro em cada dez jovens brasileiros não se preparam para a aposentadoria, mostram SPC Brasil e CNDL*. Pesquisas, 02 fev. 2017. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/2499>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento do agronegócio

*Andressa Michels**

*Joice Coletti Luna***

*Daniela Rinaldi****

Resumo

Buscou-se identificar a relevância dos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas de crédito para o setor de agronegócios no desenvolvimento das propriedades, além de identificar os efeitos gerados após a injeção de créditos específicos no desenvolvimento das propriedades rurais, os processos e a visão da cooperativa em relação aos agricultores. Os dados coletados evidenciaram que o cooperativismo de crédito se apresenta como uma alternativa considerável para o desenvolvimento das propriedades rurais e, consequentemente, para o desenvolvimento regional. Maior procura se dá pelos financiamentos e empréstimos pelos agricultores para a continuidade ao desenvolvimento de suas propriedades, investindo nas culturas e nos implementos.

Palavras-chave: cooperativas de crédito; agricultores; desenvolvimento regional; propriedades rurais.

* Bacharela em Ciências Contábeis pela Faculdade de Itapiranga (FAI) (Atual UCEFF) e mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). E-mail: andressamichels91@gmail.com

** Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). E-mail: joicecoletti001@hotmail.com

*** Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). E-mail: daanirinaldi@gmail.com

Introdução

Desde seus primeiros movimentos, é visível que cooperativas sempre mantiveram uma relação próxima com os agricultores. Essa harmonia proporcionou muitas vantagens para ambos os lados. É notável a participação das instituições no movimento da economia, essencialmente em pequenos municípios, como é o caso do extremo oeste catarinense, no qual se observa que o cooperativismo e a agricultura familiar têm grande expressão, e essa união resultou em mais desenvolvimento. Trabalhando coletivamente e com cooperação, os agricultores tiveram acesso a um crédito menos evasivo, trazendo a oportunidade de crescimento. Com isso, as cooperativas de crédito também conquistaram seu lugar ao tratar seus cooperados de forma especial, aproximando-os da instituição e mostrando a importância de cada sócio, conseguiram trilhar um caminho com espaço para muitos anos de crescimento.

Em pequenos e firmes passos, as cooperativas estão ganhando cada vez mais espaço. A disponibilidade de taxas mais acessíveis, ponto forte desse ramo, um amplo portfólio de produtos e serviços, a preocupação com seus associados, somados a um atendimento próximo e personalizado, fazem com que as instituições tenham base para suprir as necessidades dos seus sócios e concorrer com os bancos já consolidados.

Uma das bases para o crescimento das cooperativas de crédito foi a grande aceitação, pois, no início, trazia em suas ações a proteção para grupos menos valorizados. Staub, Fuhrmann e Staub (2016) definiram o cooperativismo como uma iniciativa que reúne pessoas, entidades ou empresas que têm um objetivo em comum, unindo forças para defender os interesses do grupo e estimular a melhoria técnica, profissional e social de seus cooperados, e a agricultura apresenta os mesmos traços. Prova disso é a criação das associações de agricultores que surgiram no extremo oeste catarinense, no ano de 1970, com o intuito de defender a classe do trabalhador rural frente a todas as dificuldades da época, os agricultores uniram-se por objetivos em comum, principalmente por melhores condições de vida e uma sociedade mais igualitária, acreditando na força coletiva (FARIAS, 2010).

Um dos principais pontos positivos da agricultura familiar é a produção de alimentos totalmente naturais. Sua contribuição mais importante é na geração de alimentos básicos para as famílias brasileiras, com isso, surgiram muitas estratégias com os objetivos de estabelecer a segurança alimentar e impulsionar a

produção agrícola, setor que ainda enfrenta algumas adversidades, mas que resiste (SERENINI; MALYSZ, 2015). A produção de uma família de agricultores não representa grandes números para os índices nacionais, mas o movimento de todos os integrantes desse setor tem relevância significativa para a economia, principalmente em caráter municipal, onde a força dos movimentos dessa divisão tem maior expressão.

O associativismo vem crescendo de mãos dadas com o agronegócio desde muito tempo. Memic, Aguiar e Livramento (2016) definem as cooperativas como a união de pessoas, de forma voluntária, para alcançar um objetivo de interesse coletivo. Nesse sistema, os associados possuem direitos e deveres iguais.

Com base na concentração de cooperativas de crédito no município de São Miguel do Oeste e no sistema praticado pelas instituições, em que se destaca as acessíveis taxas de crédito, levanta-se o questionamento: qual a influência e a relevância, levando em conta produtos e serviços, das cooperativas de crédito para os agricultores e as propriedades rurais?

Dessa forma, o objetivo geral é identificar a relevância dos produtos e serviços, oferecidos pelas cooperativas de crédito, para o setor de agronegócios, no desenvolvimento das propriedades. Para o desenvolvimento deste trabalho, têm-se os seguintes objetivos específicos: a) realizar a caracterização da amostra pesquisada; b) verificar quais os créditos específicos mais utilizados; c) identificar os efeitos gerados após a injeção do crédito no desenvolvimento das propriedades; d) demonstrar a importância das cooperativas de crédito no cenário do agronegócio.

A literatura aponta estudos que buscaram verificar a importância da existência de crédito para o desenvolvimento local e regional (GUIO; SAPIENZA; ZINGALES, 2004; MISSIO; JAYME JR.; OLIVEIRA, 2010; OÑATE; LIMA, 2012), a evolução das cooperativas no setor financeiro e o impacto sobre a renda dos municípios (PORTO; FERREIRA, 2014). De modo geral, os achados reforçam a máxima de que essas entidades são de fundamental importância para o desenvolvimento do ambiente em que se inserem.

Não se observam, no entanto, estudos que tenham analisado aspectos envolvendo as cooperativas de créditos e os tomadores de empréstimos do agronegócio, especificamente. Justifica-se, portanto, a realização do presente estudo, uma vez que viabiliza a comparação de desenvolvimento de pequenos e grandes agricultores com o auxílio de créditos concedidos, específicos para a agricultura, visando captar a importância desse ramo para os beneficiados.

Cooperativismo – história no Brasil e no mundo

Hoje, as instituições cooperativas possuem maior visibilidade e importância no Brasil e no mundo, mas sua história tem uma longa caminhada. O cooperativismo iniciou após a Revolução Industrial, no século XVIII, na Inglaterra, como uma doutrina que pregava a colaboração e a associação de pessoas com interesses para obter vantagens em suas atividades econômicas. Diante da situação econômica daquela época, com baixos salários, longa jornada de trabalho e dificuldades que a sociedade enfrentava, começaram a surgir lideranças e associações que cresceram e ganharam força com o passar dos anos, amenizando assim os efeitos do capitalismo (STAUB; FUHRMANN; STAUB, 2016).

Vinte e sete homens e uma mulher uniram-se com o objetivo de construir seu próprio armazém para fazer a compra de alimentos em grandes quantidades para conseguir melhores preços, com o acordo de divisão igualitária entre todos os cooperados (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016b). Ali surgiu a Sociedade dos Probos de Rochdale, conforme dados do *site* da Organização das Cooperativas do Brasil, essa foi a primeira cooperativa moderna do mundo. Nesse momento, foram definidos os princípios morais e de conduta, considerados até hoje a base do cooperativismo. Em 1848, possuía 140 sócios; 12 anos depois, atingiu a marca de 3.450 sócios, totalizando o capital de 152 mil libras (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016b).

[...] em 1844, com o exemplo que se tornou famoso e mundialmente conhecido – a cooperativa dos pobres tecelões de Rochdale. Era na realidade o início da cooperação de consumidores que buscavam melhor qualidade de vida e solução para seus próprios problemas de desemprego e fome. Tentativas anteriores já haviam ocorrido sem sucesso devido a vários fatores ligados à falta de experiência gestonária das várias associações de auxílio mútuo, mas sobretudo, devido oposição governamental e empresarial, temerosa de qualquer atividade que pudesse levar a união dos trabalhadores e a protesto quanto às graves condições de trabalho no início do século XIX (PINHO; PALHARES, 2004, p. 33).

A Alemanha recebeu suas duas primeiras cooperativas em 1862, nas cidades de Renânia e Palatinado. Em um primeiro momento, não foram bem aceitas pela população local, mas, em 1900, as cooperativas de crédito já totalizavam 2.083, com 265 mil sócios, naquela região. Já no Brasil, a primeira cooperativa de crédito surgiu em 1902, fundada pelo padre Theodor Amstad, chamou-se Sicredi Pioneira, com sua sede em Nova Petrópolis e continua até hoje em atividade (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016a).

Também na Alemanha, **Friedrich Wilhelm Raiffeisen** constituiu em 1862, em Anhausen, e em 1864, em Heddesdorf, ambas na região da Renânia Palatinado, as **cooperativas de crédito rural**, à época chamadas de **Loan Societies**. Após um período inicial de baixa adesão, em 1900, já havia 2.083 cooperativas de crédito na região, que seguiam o modelo Raiffeisen, totalizando 265 mil associados (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016a).

Vê-se que a essência do cooperativismo traz um cunho social. Ele teve início entre a população oprimida, entre uma tentativa e outra de mudar sua condição de vida, de todos os esforços envolvidos, chega-se a um fim proveitoso de todas as partes envolvidas (ULHARUZO, 2014).

As raízes das ideias de cooperativismos surgiram bem antes da colonização do Brasil, mas foi em 1889 que a primeira cooperativa do país foi criada. Uma cooperativa de consumo na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Já no século XX, em 1902 surgia a primeira cooperativa de crédito do país no Rio Grande do Sul, região onde há um grande número destas; no ano de 1906, começaram a surgir no país as primeiras cooperativas agropecuárias (SICOOB CECREMEF, 2019).

Em 1971, a Lei nº 5.764/1971 disciplinou a criação de cooperativas no Brasil. Entretanto, a legislação limitou a autonomia dos cooperados, interferindo na criação, no funcionamento e na fiscalização dessas instituições. Porém, esse problema só foi resolvido com a Constituição Federal de 1988, que coibiu a interferência do Estado e deu às cooperativas o poder de autogestão (BRASIL, 1971).

Muitas entidades relacionadas ao cooperativismo ocupam espaço no mercado, com o objetivo de apoiar, prestar serviços e estimular o desenvolvimento, algumas delas estão em atividade há décadas, como é o caso do Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (*World Council of Credit Unions* – WOCCU), criado em 1971, contando com filiadas em 84 países, que representam mais de 40 mil cooperativas de crédito. Suas ações envolvem divulgação de matérias direcionadas às cooperativas, apoio à criação de novas instituições, formulação e debate de normas, regimentos, apoio ao desenvolvimento, entre muitos outros movimentos (PINHEIRO, 2008).

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) também tem grande expressão, foi criada em 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, passando a defender os interesses do cooperativismo no Brasil. Essa organização é sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa, alinhada aos ideais históricos do cooperativismo. Com a filiação da OCB com a Aliança Cooperativa Internacional, a área cooperativa começou a trocar experiências em

parâmetros internacionais, trazendo objetividade, transparência e foco, buscando evidenciar os pontos fortes do cooperativismo (OCB, 2019).

Cooperativas de crédito

A cooperação é um ato que se observa nas diversas relações entre os seres humanos, é uma característica comum o ato de cooperar a fim de desenvolver alguma atividade específica, otimizar processos que são mais complexos ou que demandam um maior gasto de recursos, sejam eles energéticos ou temporais.

Conforme Ulharuzo (2014, p. 18),

[...] as cooperativas são então uma forma elaborada de cooperação, onde seus membros buscam um fim determinado através da troca de recurso diversos. Oriunda de movimentos sociais das classes mais flageladas, hoje seus preceitos estão disseminados nos diversos níveis culturais e econômicos, e tem como escopo final as mais diversas finalidades.

A política nacional do cooperativismo classificou as cooperativas de crédito em três principais grupos: cooperativas singulares, que são constituídas por no mínimo vinte pessoas e aceitam pessoas jurídicas sem fins lucrativos ou com atividades relacionadas às de pessoas físicas; cooperativas constituídas por no mínimo três singulares são definidas como centrais ou federações de cooperativas; e, por fim, as confederações das cooperativas centrais são formadas por no mínimo três cooperativas centrais iguais ou de diferentes modalidades (BACEN, 2019).

Um dos principais recursos utilizados pelas cooperativas para se estabelecerem e crescerem é o capital social, sendo um pré-requisito para ingressar na instituição. Fortunato (2017) aborda que o capital social, ou cota de participação, possibilita a geração de serviços para os associados, seu montante impulsiona as operações de crédito e proporciona independência, com isso, a instituição depende cada vez menos de recursos vindos de terceiros e oferece taxa de juros mais atrativas. Os cooperados tornam-se donos e usuários, recebendo espaço para opinar na gestão e usufruir dos produtos. Cada associado leva consigo o poder de um voto, e isso independe do valor em sua cota capital.

As entidades cooperativas não visam lucros, então, as sobras são divididas entre os seus associados, geralmente o critério de divisão envolve as movimentações registradas em cada conta corrente durante o ano. Além das sobras, os sócios devem receber também uma remuneração pelo seu montante em cota capital, a

legislação diz que a remuneração é limitada ao máximo de 12% ao ano (STAUB; FUHRMANN; STAUB, 2016).

De acordo com o *site* do Banco Central do Brasil (2019), todos os depósitos são protegidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). O fundo tem o objetivo de proteger os valores depositados em contas correntes, o valor máximo que o FGCoop assegura é o valor de duzentos e cinquenta mil reais por CPF, em casos de intervenção ou liquidação extrajudicial nessas instituições.

Em 2017, existiam 1.006 cooperativas de crédito em funcionamento, sendo 967 cooperativas singulares, 37 cooperativas centrais e 2 bancos cooperativos. Todas movimentaram 2,97% do saldo das operações de crédito, resultando em R\$92,25 bilhões no final do mesmo ano. O Sul se destaca com a maior participação das instituições e também pelo maior crescimento referente aos movimentos das pessoas jurídicas, de 2,1% de participação de mercado, em 2005, para 16,7% em 2017 (BACEN, 2018).

A importância da cooperativa de crédito na sociedade

Juntamente com a cooperação vem o progresso, suportado por alguns pilares, o preparo da população somado com o potencial da região, assistida pela instituição. A cooperativa é vista como um grande apoio no núcleo social, incentivando o empreendedorismo e apoiando o meio onde está inserida, auxiliando na melhora da qualidade de vida dos habitantes, sendo eles associados ou não.

Meinen (2016) aborda o cooperativismo como nada mais que uma organização democrática com o objetivo de solucionar os problemas compartilhados pelos envolvidos, o próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado como forma de mensuração para evidenciar os benefícios de uma cooperativa no lugar onde está inserida, é comprovado que onde há cooperativas o IDH é superior às demais áreas.

As cooperativas possuem como característica a participação em vários projetos sociais, por ter sua formação entre as massas menos favorecidas, o apoio direcionado aos pequenos grupos continua sendo uma preocupação, esses movimentos vem beneficiando milhares de pessoas, um exemplo de projeto é o dia C de Cooperar, que surgiu em 2009, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). O projeto acontece todos os anos e tem o objetivo de incentivar ações sociais e voluntárias, no dia C, são registrados vários movimentos e

doações por parte das cooperativas cadastradas, que se localizam em várias regiões do país (SESCOOP, 2015).

As cooperativas são movidas por ações diferenciadas, a proposta sempre foi voltada para a sociedade. Suas atitudes são formadas com base na união e no compartilhamento direcionados para o benefício da sociedade, esbanjando coletividade e força em prol do desenvolvimento econômico social. Costa e Valdisser (2017) destacam o atendimento personalizado oferecido pelas instituições, que tem como objetivo encaixar-se com cada perfil de associados e, também, as tarifas reduzidas como diferenciais positivos em relação às demais instituições financeiras.

As formas de trabalho e apresentação já foram bem acolhidas pela sociedade, trabalhar com uma instituição que oferece atendimento que aproxime e simplifique para o sócio os processos cheios de burocracias, com uma grande cartela de produtos personalizados e de boa qualidade e que faz questão de prezar a união, atrai os futuros associados e faz permanecer os já sócios.

As instituições foram abraçadas pela sociedade, elas estão presentes em grande parte dos eventos promovidos pela cidade onde se localizam, o apoio vai muito além do financeiro, percebe-se uma mobilização de sócios, dirigentes e colaboradores, que resulta em maior engajamento (MEINEN, 2016).

Agricultura familiar

Segundo a Lei nº 11.326, é considerada agricultura familiar a área do empreendedorismo rural que não passe de quatro módulos fiscais, a mão de obra precisa necessariamente ser da própria família, a renda predominante origina-se das atividades desenvolvidas na propriedade e a gestão provém do próprio núcleo familiar (BRASIL, 2006).

Buainain (2006) relata que as atividades agrícolas no Brasil começaram desde seu descobrimento em 1500, com a ação dos colonizadores que, em seus navios, trouxeram animais e vegetais e desenvolveram a atividade de produção agrícola. Nos anos 1960 e 1970, houve uma grande transformação no setor com a inclusão de máquinas, adubos e defensivos químicos, marcando a modernização da agricultura brasileira. Hoje, a agricultura tem grande força em nível de mundo e tornou-se a fonte de matéria-prima e alimento de muitos países.

A agricultura familiar encontra-se espalhada em todo o território nacional. Nos municípios do país, a participação dos estabelecimentos familiares no total de

estabelecimentos é superior a 60%. Nas Regiões Sul e Nordeste, os estabelecimentos familiares superam 80% do total. É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado dos pontos de vista econômico, tecnológico e social, voltado fundamentalmente para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência (BUAINAIN, 2006).

Para Andrade e Alves (2013), a agricultura é extremamente diversificada no Brasil, incluindo tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio, que logram gerar renda superior. A diferenciação da agricultura familiar está associada com a própria formação dos grupos ao longo da história, a cultura que cada uma vive e a experiência profissional e de vida. Essa diferença está associada também à inserção desses grupos nos diversos tipos de paisagens agrárias existentes e à atividade econômica desenvolvida. Grande parte dessa diferença se dá em relação às potencialidades e às restrições associadas à disponibilidade de recursos e de aprendizados adquiridos.

Conforme Buainain (2006, p. 17),

[...] a agricultura familiar pode e deve se integrar às cadeias agroindustriais mais dinâmicas do País. Em alguns casos ela poderia se constituir na base principal da dinamização de subsistemas agroindustriais já existentes ou na criação de novos subsistemas, neste último caso pensando-se especialmente em nichos de mercado ou em canais alternativos de comercialização.

Na agricultura familiar, encontram-se vários obstáculos, entre eles: desenvolvimento e repasse de tecnologias adequadas para os agricultores, capacitação, financiamento, políticas públicas voltadas para a transformação estrutural do setor, entre outros que serão abordados adiante. O futuro depende da capacidade e da possibilidade do aproveitamento das oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção (ANDRADE; ALVES, 2013). Hoje, ela ocupa um importantíssimo espaço no desenvolvimento sustentável do país, pela sua contribuição econômica. No Brasil, há mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares rurais. A renda do setor responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e por 74% da mão de obra empregada no campo (BUAINAIN, 2006).

Recursos voltados para a agricultura

Ribeiro, Nascimento e Silva (2013) ressaltaram a relação entre os agricultores e o cooperativismo. O ato de cooperação tem raízes na solidariedade entre os agricultores em simples trocas de favores, como, por exemplo, nas colheitas, para ultrapassar dificuldades como eventos naturais e as precárias condições. A agricultura é uma das principais atividades econômicas do país, e o governo, sabendo disso, criou várias formas de estimular e fomentar essa área, privilegiando desde os grandes produtores até o pequeno agricultor familiar.

O crédito rural surgiu no país em 1935, e sua gestão ficou por conta do Banco do Brasil por 30 anos, por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1965, a competência passou para o Banco Central, com a prática do Sistema Nacional de Crédito Rural. Atualmente, as normas que regem esse segmento são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (BACEN, 2019).

Conforme Menezes e Lajus (2015), o cooperativismo de crédito pode ser usado como um meio de apoio, promovendo a disponibilização de recursos a custos mais baixos em negócios com maior identificação do seu local de abrangência. O crédito como desenvolvimento apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de toda sociedade.

Segundo o plano Safra da agricultura familiar, desenvolvido pela Secretaria Especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário (2017), o plano Safra 2017/2020 é a junção de dez eixos para dar mais força ao pequeno produtor. Dentre os eixos, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), essa modalidade de empréstimo fornece juros mais baixos do mercado, intercalando de 0,5% a 5,5% ao ano. É destinado, principalmente, para o custeio de alimentos que fazem parte da cesta básica brasileira – arroz, feijão, laranja, entre outros. Conforme Carneiro (1997), o Pronaf tem raízes europeias, principalmente da França, que, no pós-guerra, voltou seus cuidados para a agricultura familiar, buscando modernizar a produção agrícola e a sociedade rural.

O projeto resultou em bons frutos, segundo dados do Banco Central do Brasil (2018), a procura maior no crédito rural e agroindustrial e empréstimos não consignados em cooperativas de crédito teve um aumento significativo. Em 2005, registrou-se 6,35% de participação das instituições no mercado de pessoas físicas, em 2017 aumentou para 14,15%, evidenciando a aprovação e a aderência por parte dos agricultores.

Desenvolvido em 1996, o Pronaf foi um divisor de águas para a agricultura familiar. Moraes, Medeiros e Matte Junior (2018) consideram o Pronaf como uma vitória dos agricultores e uma união com os sindicatos, beneficiando principalmente a classe da agricultura familiar, tendo como objetivo incentivar a competitividade nesse meio.

Além do crédito mais barato, o governo também garantiu a segurança dos agricultores, oferecendo seguros para as plantações e contra a queda brusca de preços no mercado, como o Garantia-Safra e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar. No ano de 2017, foi regulamentada a lei voltada para a agricultura familiar, Lei nº 9.064, instituindo o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que promove a identificação desses agricultores por meio de requisitos estabelecidos, criando um controle mais rígido, destinando ao público certo os estímulos e apoios já citados (BRASIL, 2017).

Conforme a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (2014), para os grandes agricultores, o governo criou o Plano Agrícola e Pecuário, implantado entre 2013 e 2014, esse plano amplia a disponibilidade ao crédito agrícola para o incentivo da produção, apoia a comercialização dos produtos, estimulando e assegurando o produtor, incentivando a inovação tecnológica, fomentando o aumento de produção.

Estudos correlatos

Para aprofundamentos da pesquisa, utilizou-se as bases de dados da Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio das palavras-chave: “cooperativismo”, “agricultura familiar”, “cooperativas de crédito”, “desenvolvimento e crédito rural”. Artigos estes que apresentam estudos já realizados envolvendo tais temáticas; a seguir, no Quadro 1, relatam-se os três estudos que abordam o tema objeto da pesquisa.

Quadro 1 – Estudos correlatos

Autor/Ano	Objetivo geral	Principais resultados
Andrade e Alves (2013)	Tem como objetivo identificar e analisar as principais práticas, dificuldades e oportunidades encontradas pelos cooperados de uma cooperativa de agricultores familiar da cidade de Rubiataba, estado de Goiás, denominada Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (COOMAFAR).	O estudo concluiu que os princípios cooperativistas da cooperativa que foi analisada precisam estar mais presentes, colocados em prática para com os seus membros. Notou-se que, por parte da diretoria administrativa da cooperativa, faltam iniciativas em proporcionar aos agricultores cursos de qualificação, nas áreas administrativas e técnicas, com vistas a superar as dificuldades encontradas por eles, a fim de obter um melhor desempenho nas atividades produtivas, desenvolvendo as propriedades rurais que fazem parte dela. Os autores chegaram à conclusão de que os cooperados estão dispostos a produzir mais e se aperfeiçoar, buscando recursos e iniciativas vindos da cooperativa.
Ulharuzo (2014)	Analisar a contribuição das cooperativas de crédito do sistema Sicredi, em especial a Sicredi Pioneira RS, para o desenvolvimento endógeno dos locais onde atuam.	O estudo verificou que as cooperativas de crédito atuam no desenvolvimento das regiões em que estão inseridas, principalmente por seu viés cooperativista. Elas colaboram para o bem comum de seus associados, gerando um benefício para o local onde estes estão inseridos. Concluíram que as vantagens na escolha de uma cooperativa de crédito como agente financeiro em relação a instituições financeiras normais para a localidade em que seus associados residem são diversas, dentre elas, a facilidade ao crédito, principalmente para a agricultura, pela diferenciação de taxas no momento de captação de empréstimos e financiamentos. Além das sobras líquidas anuais, que são divididas entre seus associados. Outro fator de destaque descrito no estudo é que nas cooperativas seus associados devem atuar e residir somente na região de ação da sua cooperativa, dessa maneira, as riquezas produzidas são utilizadas no financiamento de mais investimentos na região. Na análise da região da Sicredi Pioneira RS, os autores relatam que ela passa por um desenvolvimento que se sustenta pela diversidade em seus setores econômicos atendidos e pela maior autonomia econômica que os pequenos municípios apresentam.
Menezes e Lajus (2015)	Compreender o cooperativismo no século atual e a sua relação com o desenvolvimento; discutir o ganho social que a Unicred Oeste e Serra traz para a cidade de Chapecó.	Os autores concluíram que a Unicred, por meio de suas ações, contribui para o desenvolvimento local e regional, já que os recursos são utilizados na própria comunidade, agregando melhorias para os indivíduos, mesmo os que não são cooperados beneficiam-se indiretamente. A pesquisa mostrou também que o caráter social do cooperativismo se expressa por demonstrar que os financiamentos buscados pela maioria dos associados se destinam a melhorias das suas condições de vida e de trabalho, tanto pessoas físicas como jurídicas. Conforme os dados encontrados pelos autores, tal fato está relacionado com a possibilidade de obter menores taxas em comparação às praticadas pelo mercado, a realização de operações entre seus pares e a garantia de que o resultado financeiro (sobras) retorna para o próprio cooperado e não para acionistas, como é feito no sistema bancário tradicional. Também se destacou como importante a prática de oferta de taxas mais baixas que as do mercado possibilitada pelo baixo custo da gestão, a pulverização da concessão de empréstimos e a baixa inadimplência em comparação com o sistema bancário.
Costa e Valdisser (2017)	Estabelecer as principais diferenças entre cooperativas de crédito e os bancos comerciais, ampliando a visão e o conhecimento sobre os tipos de instituições financeiras da cidade de Monte Carmelo, MG.	A pesquisa abordou as principais diferenças dos bancos convencionais e o cooperativismo de crédito na cidade de Monte Carmelo, MG. Conforme dados apresentados, a grande maioria da amostra da pesquisa é associada em alguma cooperativa de crédito, sendo a principal a SICOOP ARACOOB, na qual se deu a análise. Levou-se em consideração ainda que essas pessoas, além de serem clientes da cooperativa, recomendam às demais pessoas do município o serviço oferecido. A conclusão é que as cooperativas apresentam menos serviços que os bancos convencionais, porém, oferecendo taxas, juros e tarifas menores, além do atendimento diferenciado que elas prestam.

Fonte: elaboração das autoras.

Os estudos correlatos analisaram a importância das cooperativas de crédito e a contribuição no desenvolvimento dos locais onde elas atuam. Nesses estudos, os autores chegaram à conclusão de que as cooperativas de crédito são peças fundamentais para o desenvolvimento das regiões onde atuam. Diante disso, acredita-se que verificar a influência da utilização dos créditos específicos para o setor de agronegócios, oferecidos pelas cooperativas de crédito, no desenvolvimento das propriedades com maior ênfase, poderá trazer maiores conclusões sobre como elas atuam no desenvolvimento de pequenos municípios e no agronegócio local.

Discorrida a revisão de literatura utilizada para realização deste estudo, na seção seguinte, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para alcançar o objetivo proposto.

Procedimentos metodológicos

Gil (1999, p. 64) menciona que o delineamento da pesquisa “[...] considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas”. Quanto à abordagem do problema, o presente estudo terá abordagem quali-quantitativa no desenvolvimento, o objetivo é mensurar o progresso das propriedades rurais após a procura do crédito, levando em conta o valor concedido pela cooperativa, os custos da propriedade, seus recebimentos e sua produção. Buscaram-se dados fornecidos pela instituição, como relatórios, demonstrações e dados do período, em que se evidenciam as movimentações dos trabalhadores da área rural dentro da entidade cooperativa.

Por isso, foi utilizado o método quantitativo, que, segundo Diehl e Tatim (2004), diferencia-se pela utilização da quantificação na coleta e também no tratamento das informações por meio de procedimentos estatísticos, com os objetivos de apresentar resultados e minimizar distorções ao efetuar a análise e a interpretação, assegurando as interpretações com base nas informações expostas. A partir da análise de documentos e controles internos, evidenciam-se as variações encontradas.

Em seguida, investigaram-se quais fatores podem ter auxiliado ou dificultado o processo de desenvolvimento dos negócios dos agricultores, levando em conta as opiniões e os relatos de suas ações como gestores e proprietários, identificar se houve algum fator determinante que possa interferir nos resultados da pesquisa, como, por exemplo, os fenômenos naturais. Tais informações foram buscadas na

cooperativa, reunindo relatos de seus gestores referentes aos produtos e serviços disponibilizados para os agricultores. Para Richardson (1999), uma abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se também, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória e explicativa. No desenvolvimento, foi necessária a coleta de dados referentes aos trabalhos realizados pelos trabalhadores, buscando informações sobre o proprietário, sua família e sua propriedade. Outrossim, efetuou-se a coleta de dados na instituição, a fim de fazer comparações e levantamentos, buscando compreender e apresentar em dados a participação dos agricultores dentro de uma cooperativa de crédito. Devido a isso, esse projeto tem caráter exploratório, que, conforme Diehl e Tatim (2004, p. 53), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Já Richardson (1999) diz que a pesquisa exploratória geralmente envolve a aplicação de questionário pouco estruturado, com o objetivo de rever o plano de pesquisa para continuar em um estudo mais aprofundado em relação ao tema.

Pesquisas explicativas preocupam-se, principalmente, em reconhecer os fatores que influenciam a ocorrência de determinadas situações (GIL, 1999). Para entender a participação das instituições em uma propriedade rural, é necessário analisar vários resultados vindos antes e depois do fato gerador, que é a liberação do crédito, de forma detalhada. Apesar de ser mais voltado à pesquisa exploratória, o projeto possui traços de pesquisa explicativa, por exigir profundidade em alguns assuntos abordados para fortalecer o desenvolvimento e as conclusões. É caracterizada como exploratória por não possuir materiais tratando dessa veia na relação entre agricultura e cooperativismo.

No que se refere aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de levantamento e pesquisa documental. A pesquisa documental tem como principal característica a coleta de dados unicamente em documentos, escritos ou não, definidos como fonte primária, que podem ser analisados no momento ou depois que ocorre o fato (MARCONI; LAKATOS, 1999). Isso posto, realizou-se a observação e o estudo de documentos que relatem um histórico de movimentações realizadas na propriedade, antes e depois da aplicação do(s) crédito(s) concedido(s) pela instituição e solicitado pelo agricultor, além de relatórios, possíveis de liberação por parte da instituição,

em que salienta a representatividade da classe rural nos seus resultados diários, mensais ou anuais.

Por sua vez, o levantamento, ou *surveys*, é definido pela interrogação direta das pessoas que entram nas delimitações definidas pelos pesquisadores, resultando em um censo. A maioria dos levantamentos não contempla todos os participantes da população estudada (GIL, 1999). A coleta de dados deu-se efetivamente pela aplicação de questionários a associados, que, de forma voluntária, participaram da pesquisa. Ademais, entrevistou-se o auditor da cooperativa participante da amostra. O roteiro de entrevista era composto por perguntas abertas e fechadas, elaboradas com base na revisão literária efetuada.

A fim de alcançar o objetivo proposto por esta pesquisa, o qual é discutir a importância das cooperativas de crédito para a produção agrícola, os estudos serão realizados em uma cooperativa de crédito da região que abrange e atende agricultores de diversos portes das cidades de Flor do Sertão, São Miguel do Oeste, Guaciaraba, São José do Cedro e região. A escolha da cooperativa deve-se ao fato de ser uma instituição com raízes na agricultura e por nortear suas ações em prol dos agricultores da região onde se encontra, trabalhando para desenvolver produtos e serviços voltados tanto às pequenas quanto às grandes propriedades rurais.

A escolha da região em que a pesquisa será desenvolvida com os agricultores deu-se por serem pequenos municípios da região que possuem concentração de diferentes atividades e de várias intensidades no meio rural, contribuindo significativamente para a economia do local, e por possuírem em seu território no mínimo uma instituição de crédito operante.

Neste trabalho, o estudo está direcionado para duas áreas em específico, rural e cooperativo, devido à grande concentração de cooperativas com produtos e serviços direcionados ao meio rural e às propriedades rurais de vários tamanhos e com produções variadas, apresentando um grande campo para pesquisa, desenvolvimento e conclusão.

Análise e interpretação dos dados

Nesta seção, serão apresentados dados referentes à pesquisa feita para identificar a influência da utilização dos créditos específicos para o setor de agronegócios, oferecidos pelas cooperativas de crédito, no desenvolvimento das propriedades, esta efetuada com agricultores e uma cooperativa de crédito.

Caracterização da amostra pesquisada

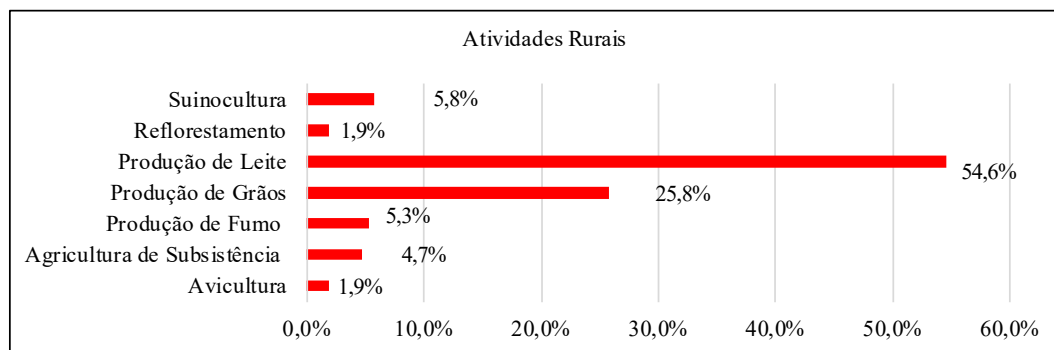
O presente estudo se deu através de pesquisa realizada entre agricultores de pequeno, médio e grande porte de municípios do extremo oeste de Santa Catarina, onde a agricultura é significativa para o desenvolvimento. Além disso, foram aplicados questionários aos responsáveis pela liberação do crédito rural de duas cooperativas de crédito que atuam na região que abrange e atende agricultores de diversos portes das cidades de Flor do Sertão, São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro e região. E, complementando, foi efetuada entrevista ao auditor de uma das cooperativas de crédito. Com as devidas informações, foram identificadas a importância e a influência do cooperativismo de crédito para com o setor agrícola, bem como os benefícios que estas trazem no desenvolvimento da agricultura local.

A pesquisa foi aplicada em forma de questionário a 104 agricultores dos municípios da região do extremo oeste catarinense. Nessa amostra, a faixa etária das pessoas que vivem da agricultura deu-se pela grande quantidade de agricultores entre 20 e 30 anos de idade, cerca de 65% do total, estes já sendo sucessores das propriedades. Dos quais, 41,3% possuem curso superior completo e 33,7% ainda estão na graduação. Percebe-se que mais de 70% da amostra pesquisada são proprietários rurais com ensino superior, buscando o desenvolvimento próprio e incentivo. Uma pequena parcela ainda é dos que não tiveram tantas oportunidades e não possuem a conclusão do ensino fundamental, perfazendo 10,6% da amostra total.

Na região onde ocorreu a aplicação do estudo, o percentual de propriedades de grande porte, com mais de 15 hectares, é bem maior do que as consideradas pequenas propriedades, inferiores a 15 hectares, 48% do total. Na maioria delas, há 3 a 4 pessoas compondo o grupo familiar. É notório que o desenvolvimento vem ocorrendo cada vez mais, principalmente nos pequenos agricultores familiares.

Buainain (2006) salienta a importância da agricultura familiar, que ocupa um vultoso espaço no desenvolvimento sustentável do país, pela sua contribuição econômica. No Brasil, há mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares rurais. A renda do setor responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e por 74% da mão de obra empregada no campo. O desenvolvimento vem ocorrendo cada vez mais, principalmente nos pequenos agricultores familiares. No Gráfico 1, apresenta-se quais as principais atividades rurais desenvolvidas pela amostra.

Gráfico 1 – Principal atividade desenvolvida na propriedade



Fonte: dados da pesquisa.

Com o desenvolvimento da agricultura, pequenos produtores vêm investindo no crescimento de suas propriedades. Conforme Gráfico 1, vê-se que a região onde se deu a pesquisa tem como atividade principal a produção de leite. Observa-se que mais de 50% do total trabalham com a produção leiteira, além claro, na maioria dos casos, da agricultura, que vai além de apenas uma atividade. Muitos agricultores desenvolvem diversas culturas de vegetais e grãos, criação de animais e agricultura de subsistência. Os achados de Porto e Ferreira (2014) apresentam que cerca de 44% dos cooperados possuem apenas uma atividade principal de sustento, visto que para a maioria a atividade principal não é suficiente para subsidiar econômica e financeiramente a família.

De acordo com dados da pesquisa, 83,7% desses agricultores são associados em alguma cooperativa de crédito que atua na região, muitos deles buscando o crescimento de sua propriedade e novas oportunidades no cenário em que se encontram. Diante da amostra apresentada, foram coletados dados em que esses agricultores relatam a participação e a importância das cooperativas de crédito na liberação de financiamentos e empréstimos, auxiliando na expansão de suas propriedades e em melhores condições de vida.

Créditos específicos mais utilizados pela área rural

Conforme relatório da OCB (2018), de forma nacional, as cooperativas totalizavam 6.828 organizações em 2018, sendo que, destas, 909 cooperativas pertencem ao ramo do crédito. Destaca-se, ainda, que 34% do total de operações realizadas

abarcam o ramo de crédito. Tal fato evidencia a importância dessas organizações no que se referem ao acesso a recursos que buscam fomentar as atividades rurais.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2019), existem quatro modelos de incentivos oferecidos para o agricultor: de custeio, que são destinados às despesas relacionadas à produção até a fase da colheita; de investimento, voltados para bens e serviços com longa durabilidade; de comercialização, que têm a finalidade de garantir ao agricultor e às cooperativas recursos e condições que auxiliem na comercialização dos produtos no mercado; e de industrialização, que vêm com finalidade de valorizar a produção e gerar mais renda aos seus beneficiários. As quatro modalidades beneficiam pessoas físicas, jurídicas e também as cooperativas rurais que intermediam a disponibilidade do crédito.

Os investimentos contam com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), poupança rural, Letras de crédito do agronegócio e depósitos à vista. E são oferecidos por cooperativas de crédito, bancos e instituições financeiras autorizadas a operar com essa modalidade. O crédito rural possui normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (BACEN, 2019).

A Secretaria Política Agrícola (SPA) é o órgão que acompanha os movimentos dos incentivos rurais oferecidos, realizando a divulgação de relatórios mensais, classificados por safra, oferecendo dados sobre a utilização dos incentivos por todo o país. Segundo o último relatório, referente à safra 2018/2019, a modalidade de custeio foi a mais contratada, registrando 99.095 milhões, um aumento de 7% em relação à safra de 2017/2018 (BRASIL, 2019).

Segundo o relatório de desempenho do crédito rural, emitido em 2019, o montante de incentivos liberados na safra 2018/2019 foi de 99.095 milhões; e, em todas as modalidades, o Sul registra a maior porcentagem de contratações de incentivos. Salienta-se que 83% dos custeios pecuários liberados no país, na última safra, foram destinados a produção e compra de bovinos, já nas contratações de custeio agrícola, a soja se sobressai, recebendo 44% do valor liberado para esse segmento (BRASIL, 2019). De acordo com o Gráfico 1, 54,8% dos pesquisados relatam que sua atividade principal é a produção de leite, seguida dos grãos com 26,9%, percentuais que refletem os dados evidenciados pelo relatório de desempenho do crédito rural.

Efeitos gerados após a injeção do crédito no desenvolvimento das propriedades

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017), o governo federal vem garantindo a segurança dos agricultores, além da liberação de crédito mais barato através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para a ampliação e a modernização das estruturas de produção das propriedades rurais, em trabalho conjunto com as cooperativas de crédito, visando geração de renda, desenvolvimento e melhora do uso da mão de obra familiar.

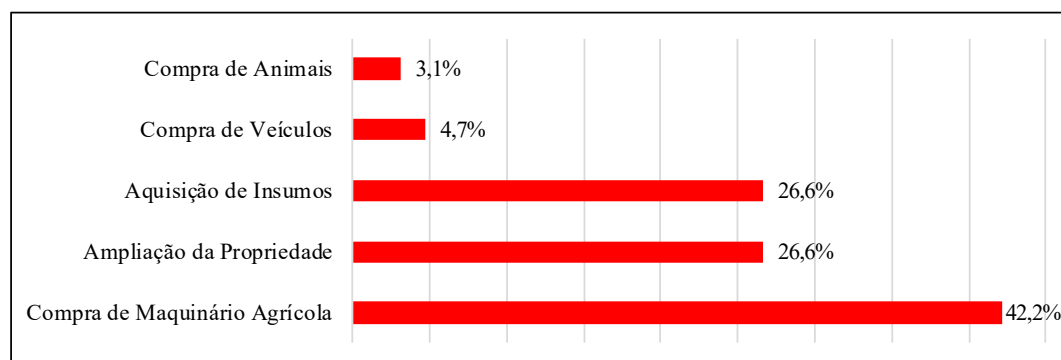
O Banco Central do Brasil (Bacen) determina algumas linhas de crédito já definidas, além de taxas, prazos, formas de pagamento e documentos obrigatórios para a concessão de empréstimos, tais determinações estão descritas no Manual de Crédito Rural (MCR), o qual é seguido para todas as instituições que trabalham com crédito rural, mais especificamente com recursos controlados. Dessa forma, as cooperativas de crédito entram no cenário, intermediando o acesso à liberação de crédito para os agricultores associados. Na pesquisa, entre mais de 100 agricultores de diversos municípios do extremo oeste catarinense, o percentual daqueles que são adeptos ao cooperativismo de crédito ultrapassa 80%; destes, mais de 50% já adquiriu algum modelo de empréstimo ou financiamento intermediado pelas cooperativas de crédito.

No que se refere às cooperativas de crédito, elas são movidas por ações diferenciadas voltadas à sociedade, trabalham disponibilizando um atendimento que simplifique os processos burocráticos, com qualidade e comprometimento para com seus associados, buscando sempre o melhor acesso a melhores linhas de crédito para o desenvolvimento das atividades de seus cooperados. Segundo Menezes e Lajus (2015), o cooperativismo de crédito pode ser usado como um meio de apoio, promovendo a disponibilização de recursos a custos mais baixos em negócios com maior identificação do seu local de abrangência.

Relatos de agricultores que responderam à pesquisa apontam que o cooperativismo de crédito é indispensável na agricultura, quando dado a agricultores que necessitam de empréstimos e financiamentos para colocar sua propriedade à frente, melhorando seus rendimentos e suas condições de vida, possibilitando taxas de juros menores que as de bancos convencionais, melhores prazos para pagamento da dívida. Sabe-se que a aquisição de maquinário e implementos para

uso na agricultura é de custo alto, mas necessário, e poucos agricultores possuem capital próprio para adquiri-los, dessa maneira, o cooperativismo de crédito entra para intermediar e auxiliar a aquisição dos bens de seus associados. A finalidade do recurso captado junto à instituição financeira é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Destinação dos recursos liberados pelas cooperativas



Fonte: dados da pesquisa.

Conforme Gráfico 2, denota-se que há grande destinação dos créditos rurais para a aquisição de maquinários agrícolas e de insumos e, conseqüentemente, a ampliação da propriedade. Produtores rurais sofrem no desempenho de suas atividades, visto que há períodos em que o preço de venda dos produtos despenca de maneira exorbitante, e também períodos em que o clima não colabora no desenvolvimento da produção, sendo no plantio ou na colheita, afetando o desenvolvimento e o sustento dos agricultores, independentemente da cultura que cultivada ou da atividade que desempenha.

Segundo os achados de Andrade e Alves (2013), na agricultura familiar, encontram-se vários obstáculos, entre eles a questão do desenvolvimento e do repasse de tecnologias adequadas para os agricultores, capacitação, financiamento, políticas públicas voltadas para a transformação estrutural do setor, entre outros.

Diante dos dados da pesquisa efetuada, percebe-se que o agricultor vem buscando cada vez mais o desenvolvimento da propriedade, a aquisição de maquinários, na maioria das vezes, dotados de tecnologia, pois, nos dias de hoje, há maquinários para tudo, desde o preparo da terra para o plantio até a colheita do produto. Com isso, depois da injeção de investimento na agricultura, é muito mais evidente o desenvolvimento que vem ocorrendo nas propriedades rurais, não só da região de abrangência desta pesquisa, mas de todo o país.

A importância das cooperativas de crédito no cenário do agronegócio

O meio rural se destaca pela longa história e pela estabilidade dos produtores, 54,8% dos pesquisados declararam que possuem o seu negócio há mais de vinte anos. Mesmo com todas as adversidades que afetam as propriedades, houve resistência e inovação, com a implementação de novas tecnologias, principalmente com maquinários e novos produtos desenvolvidos pelo mercado. As cooperativas sempre buscaram acompanhar esse processo de desenvolvimento constante vivido pelos cultivadores, procurando desenvolver e oferecer produtos que supriam as necessidades identificadas no ramo, como, por exemplo, seguros para plantações, animais, entre outros.

A especialização foi apontada pelos pesquisados como meio fundamental para a continuidade das propriedades. Com o crescimento do agronegócio, tornou-se cada dia mais necessário conhecimento apurado sobre gestão, fluxo de caixa, noções econômicas, comerciais, agrícolas, entre muitos outros pontos que fazem a diferença quando inseridos no desenvolvimento do agronegócio, visto que a agricultura é cercada por créditos facilitados, que podem ser tanto um auxílio quanto uma má escolha. Sem o planejamento, a tendência é de que se tenha dívidas maiores que os lucros, reduzindo a atividade até tornar-se insustentável.

A predominância da atividade leiteira, na região pesquisada, revela que os produtores passam por muitas variações, pois o valor pago mensalmente pelo litro de leite é afetado diretamente pelas movimentações do mercado. A redução mais expressiva registrada no ano de 2019 foi em Santa Catarina, decaindo 13% em julho, comparado ao mês anterior (SANTOS, 2019). Levando em conta essa variação constante, uma das cooperativas pesquisadas, que hoje conta com aproximadamente 50% de associados agricultores no seu quadro social, evidenciou que os maiores montantes de custeios agrícolas liberados são destinados à pecuária.

Quanto à contribuição das instituições para o meio rural, foram registrados vários pontos de vista. Segundo o questionário aplicado, 83,7% possuem contas correntes ativas em alguma cooperativa de crédito da região; ainda, 55,8% dos pesquisados revelam que possuem empréstimos, crédito concedido sem vinculação com a aquisição de algum bem, e 50% possuem financiamentos, crédito liberado para a compra de algo específico, evidenciando a continuidade da produção no meio rural, buscando o melhoramento com maquinário e investimentos.

Mesmo com esses dados, que ressaltam o lado positivo da relação entre cooperativa e agricultor, o questionário registrou vários relatos expondo as diferentes opiniões sobre a concessão de crédito pelas cooperativas. Alguns veem o crédito como uma forma de viabilizar as aquisições para o desenvolvimento, outros acreditam que o crédito é, sim, algo positivo, porém deve ser utilizado com cautela, com planejamento; por fim, alguns relatam ver desvantagem por conta dos juros praticados e que preferem buscar a autossustentabilidade, sem subsídios. O auditor entrevistado, salienta que se deve levar em conta o fato de que muitos incentivos de créditos facilitados, oferecidos pelas cooperativas, já possuem predefinição regulamentada pelo governo no momento da criação das leis que regem os custeios agrícolas, algumas leis definem filtros para a liberação do crédito, impossibilitando que a cooperativa tenha maior flexibilidade com esse produto. Todas as liberações de créditos agrícolas, subsidiados pelo governo, possuem o Manual de Crédito Rural, que reúne as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil (BACEN, 2019).

Por meio de questionário aplicado, uma das cooperativas destaca a flexibilidade e a variedade oferecidas pelos seguros agrícolas. Esse produto conta com uma ampla variedade de coberturas e valores que tem o objetivo de atender as preocupações dos produtores, as cooperativas realçam o forte companheirismo desde o início de suas atividades, e o tratamento interpessoal, em que priorizam os associados. Destacam, também, a participação de todos os associados nas sobras anuais das cooperativas, que, conforme Staub, Fuhrmann e Staub (2016), são distribuídas levando em consideração as movimentações registradas em cada conta corrente.

Conclusões e recomendações

O trabalho teve como propósito identificar qual a influência e a relevância, levando em conta produtos e serviços, das cooperativas de crédito para os agricultores e as propriedades rurais, de modo que o objetivo geral e os objetivos específicos foram atingidos, visto que foi possível identificar e ressaltar pontos importantes que evidenciam a relação entre as cooperativas de crédito e os produtores rurais da região estudada. Diante disso, foi analisada a história das cooperativas e reconhecida a conexão firmada há tempos entre cooperativas de crédito e a área rural, além de ressaltar a visão dos agricultores quanto às suas atividades junto às instituições e compreender a origem, o processo e a normatização dos incentivos agrícolas.

Quanto ao primeiro objetivo, que consistia em evidenciar a caracterização da amostra pesquisada, houve uma pesquisa abrangendo 104 propriedades rurais da região do extremo oeste catarinense. Com esta pesquisa, observou-se que grande parte dos pesquisados, 65% especificamente, possui idade entre 20 e 30 anos, evidenciando a intensão de continuidade no meio rural. Também se evidenciou a busca por desenvolvimento e investimento em novas tecnologias pelos pesquisados.

As instituições, nas quais também foram aplicados questionários, disponibilizaram informações que evidenciaram os créditos mais utilizados por seus associados, enfatizaram a relação com a área rural, que possui uma longa e sólida história. Todas as cooperativas pesquisadas salientaram algumas vantagens disponibilizadas aos agricultores, como seguros, créditos específicos e o direito ao recebimento das sobras anuais. Realçam o fato de possuírem em seu quadro social um número expressivo de colaboradores rurais, destacando o atendimento personalizado como um dos diferenciais no mercado.

O segundo objetivo buscava salientar os créditos específicos mais utilizados, com isso, o questionário aplicado aos agricultores apresentou dados que, comparados às pesquisas realizadas em nível nacional, por órgãos governamentais, refletem resultados parecidos. A região possui maior produção pecuária, principalmente na área leiteira, seguida dos grãos, mesma ordem de produtividade apontada no relatório de desempenho do crédito rural, que expõe dados em nível de país. Conclui-se que o subsídio que apresenta maior liberação é o pecuário, seguido do custeio agrícola, que é destinado, por exemplo, ao cultivo de milho e soja. O relatório também aponta o estado de Santa Catarina como um dos que mais efetua contratações de subsídios.

Em seguida, com o intuito de analisar os efeitos gerados após a injeção do crédito no desenvolvimento de propriedades, foi possível perceber que há a participação direta do governo na regulamentação e fiscalização das cooperativas e, principalmente, dos incentivos rurais que estão dispostas no Manual de Crédito Rural. As instituições atuam como intermediadoras da liberação do crédito subsidiado pelo governo, além disso, procuram expandir e incluir em seu portfólio produtos e serviços destinados a auxiliar e mitigar as necessidades identificadas no meio rural ao longo do tempo, sem deixar de desenvolver produtos e serviços direcionados também aos associados de diferentes áreas.

Tornou-se evidente a procura dos cultivadores por desenvolvimento, capacitação e tecnologia, a fim de dar continuidade e desenvolver suas atividades. A aceitação e a procura pelas cooperativas foram outro ponto salientado na análise, 83,7% dos

pesquisados informaram possuir conta em alguma cooperativa de crédito da região, e 50% destes declararam já ter adquirido algum financiamento ou empréstimo.

Com o propósito de demonstrar a importância das cooperativas de crédito no cenário do agronegócio, o questionário revelou a estabilidade dos produtores, pois 54,8% dos produtores possuem sua propriedade há mais de vinte anos. Além disso, a pesquisa reuniu a opinião dos agricultores sobre a relevância das cooperativas em suas propriedades e foram registrados muitos pontos de vista. Alguns agricultores reconhecem a importância dos produtos e serviços oferecidos e relatam perceber o desenvolvimento de suas atividades com a busca pelo crédito nas instituições, outros salientam a importância de uma boa gestão e de planejamento para transformar o crédito contratado em lucros para o negócio, por fim, alguns pesquisados relataram que preferem não utilizar subsídios por verem como dívidas inviáveis e buscam desenvolver uma atividade autossustentável. Conclui-se que a cooperativa pode desempenhar um papel positivo, assim como pode tornar-se o antagonista em relação à continuidade e à prosperidade das atividades rurais, o que pode definir esse papel é as escolhas feitas, posteriormente às contratações, pelo gestor da atividade.

Como sugestão, para maior entendimento da área estudada, torna-se interessante a análise profunda em uma propriedade rural em que o agricultor utiliza os subsídios disponibilizados pelas cooperativas, avaliando seu histórico de atividades, custos, despesas, valores de vendas praticados, identificando os controles utilizados e o direcionamento dos créditos adquiridos com terceiros. Ainda, a verificação e a comparação do PIB entre regiões que possuem uma cooperativa de crédito e regiões que não são atendidas por essas instituições podem acentuar a importância das atividades cooperativas para a economia de uma região. Por fim, outro ponto possível de avaliação é a real aderência dos associados às cooperativas, segregando por número de movimentações, definindo qual o percentual de associados ativos, com movimentação constante, e associados neutros, com movimentações mínimas, buscando compreender os motivos das variações resultantes.

Em síntese, conclui-se que, com a junção de dados e relatos de ambos os lados abordados, o trabalho auxiliou na identificação de pontos que explicam a proximidade e a união de duas áreas que possuem grande influência na região e seguem prosperando. As duas atividades seguiram se desenvolvendo, o setor rural movido pelo próprio comércio e pela economia, e o setor cooperativo, também, pelas variações econômicas, para atender as necessidades de seus associados, buscando auxiliar

no desenvolvimento das atividades. Criadas por agricultores, as cooperativas registram um número significativo de movimentações e negociações nessa área. Essa parceria, como consequência, traz benefícios à região que a instituição abrange, lucrando indiretamente, promovendo o desenvolvimento econômico e social do local.

Importance of credit cooperativism for the development of agribusiness

Abstract

The aim of this paper is to identify the relevance of products and services offered by credit unions to the agribusiness sector in the development of properties, in addition to identifying the effects generated after the injection of specific credits in the development of rural properties, processes and the cooperative view of farmers. The collected data evidenced that the credit cooperative presents itself as a considerable alternative for the development of the rural properties and consequently the regional development. Greater demand is given for financing and loans by farmers to continue the development of their properties, investing in crops and implements.

Keywords: credit unions; farmers; regional development; rural properties.

Importancia del cooperativismo de crédito para el desarrollo de la agronegocios

Resumen

Se buscó identificar la relevancia de los productos y servicios que ofrecen las cooperativas de ahorro y crédito al sector agroindustrial en el desarrollo de predios, además de identificar los efectos que se generan luego de la inyección de créditos específicos en el desarrollo de predios rurales, procesos y visión cooperativa de agricultores. Los datos recolectados evidenciaron que la cooperativa de crédito se presenta como una alternativa considerable para el desarrollo de las propiedades rurales y consecuentemente el desarrollo regional. Se da mayor demanda de financiamiento y préstamos por parte de los agricultores para continuar el desarrollo de sus propiedades, invirtiendo en cultivos e implementos.

Palabras clave: las cooperativas de crédito; agricultores; desarrollo regional; finca rústica.

Referências

- ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. *Revista de Administração IMED*, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Participação das cooperativas no mercado de crédito*. 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Participacao_cooperativas_mercado_credito.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Cooperativas de crédito e seus impactos sociais*. 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_50.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Participação das cooperativas no mercado de crédito*. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 15 set. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual de crédito rural*. 2019. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 maio 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 21 maio 2019.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília, DF: IICA, 2006.
- CARNEIRO, Maria José. *Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf*. p. 70-82, abril 1997.
- COSTA, Leonardo Ferreira da; VALDISSER, Cássio Raimundo. *Análise do diferencial de uma cooperativa de crédito em relação a um banco comercial na cidade de Monte Carmelo –MG*. Minas Gerais, 2017.
- DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. Pearson Brasil, 2004.
- FARIAS, Greice. *Sindicato dos trabalhadores rurais 40 anos de lutas e conquistas*. São Miguel do Oeste: Edição Da Autora, 2010.
- FORTUNATO, João Paulo. *A importância do capital social e sua remuneração nas cooperativas de crédito*. 2017. Disponível em: <https://www.blogicoobcredpit.com.br/cooperativismo/a-importancia-do-capital-social-e-sua-remuneracao-nas-cooperativas-de-credito/>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999.
- GUIO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. Does local financial development matter? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 119, n. 3, p. 929-969, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.

MEINEN, Ênio. *Cooperativismo financeiro: virtudes e oportunidades*. Brasília, DF: Editora Confebras, 2016.

MENEZES, Celso Marque; LAJUS, Maria Luiza de Souza. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano Safra da agricultura familiar 2017/2020*. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Desempenho do crédito rural*. 2019. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/copy_of_arquivos/Safra20192020JulhoaAgosto.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

MORAES, J. L. de. A.; MEDEIROS, A. M. de; MATTE JUNIOR, A. A. Resultados do uso do crédito rural (PRONAF) pelos agricultores familiares de Santo Antônio da Patrulha-RS. *Estudos do CEPE*, p. 64-80, 2018.

MISSIO, F. J.; JAYME JR., F. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C. *Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: teoria e evidência empírica para os estados brasileiros (1995-2004)*. Belo Horizonte: Cedeplar, 2010. (Textos para Discussão, n. 379). Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/Pesquisas/Td/Td%20379.Pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

MUMIC, Bianca; AGUIAR, Karoline Aparecida Pimenta; LIVRAMENTO, Darlan Einsten do. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. *Revista de Iniciação Científica da Libertas*, v. 5, n. 1, 2016.

OÑATE, Carlos Andrés; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Importância das cooperativas de crédito para fornecedores de cana-de-açúcar: um estudo de caso. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 2, p. 301-318, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *História do sistema OCB*. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-sistema-ocb>. Acesso em: 22 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019*. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>. Acesso em: 15 maio 2019.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. Brasília, DF: BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manuel Affonso. *O cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI*. Santo André: ESETEC Editores Associados, 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. *História do cooperativismo de crédito no Brasil*. 2016a. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. *Os pioneiros de Rochdale*. 2016b. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>. Acesso em: 25 abr. 2019.

PORTO, Selomi Bermeguy; FERREIRA, Marinilde Verçosa. Cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico: uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária – Solicred. *Cadernos Gestão Social*, v. 5, n. 2, p. 337, 2014.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane do; SILVA, Joelma Fabiana Barros da. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, v. 19, n. 40, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry (col.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. v. 3. 1999.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERTATIVISMO. *Plano agrícola e pecuário 2013/2014*. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2013-2014.pdf/view>. Acesso em: 22 out. 2019.

SANTOS, Juliana. *LEITE/CEPEA*: após seis meses de altas consecutivas, preço recua quase 8% em julho. 2019. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/leite-cepea-apos-seis-meses-de-altas-consecutivas-preco-recua-quase-8-em-julho.aspx>. Acesso em: 07 out. 2019.

SERENINI, Márcio José; MALYSZ, Sandra Terezinha. *A importância da agricultura familiar na produção de alimentos*. Governo do Estado. Curitiba: Cadernos PDE, 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. *Dia C*. Disponível em: <http://diac.somoscooperativismo.coop.br/dia-c>. Acesso em: 15 maio 2019.

SICCOB CECREMEF. *História do cooperativismo*. Disponível em: <http://www.siccoobcecremef.com.br/historia-do-cooperativismo/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

STAUB, Euclides; FUHRMANN, Edson; STAUB, Lotário. *Cooperativismo & associativismo: a força coletiva em prol do bem comum*. São Miguel do Oeste: Gráfica e Editora São Miguel, 2016.

ULHARUZO, Daniel Nozaki. *As cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento local endógeno: um estudo de caso na Sicredi Pioneira RS*. Porto Alegre, 2014.

Uma análise da distribuição espacial da produção de cana-de-açúcar no Paraná (1975-2018)

*Leonardo Bresolin Galafassi**
*Romano Augusto Bebber***
*Pery Francisco Assis Shikida****

Resumo

Este artigo analisa as modificações espaciais da produção de cana-de-açúcar no Paraná (1975-2018), a partir do Quociente Locacional (QL) de cada microrregião do estado. Como resultado, as concentrações geográficas iniciais se deram nas microrregiões mais próximas do estado de São Paulo (principal produtor). Posteriormente, com o advento da mecanização da produção agrícola e a consequente possibilidade de se produzir em grande escala, os produtores dessas microrregiões optaram por produzir culturas mais rentáveis e estáveis economicamente, como a soja, o trigo e o milho, marginalizando a cultura da cana-de-açúcar. Com isso, a produção canavieira passou a se concentrar nas microrregiões de Astorga, Cianorte, Paranavaí e Umuarama, onde as condições ambientais são menos favoráveis ao cultivo de grãos.

Palavras-chave: cana-de-açúcar; distribuição espacial; Quociente Locacional; Paraná.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduado em Engenharia Agrônoma pela ESALQ/USP. E-mail: leonardo.galafassi@hotmail.com

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Toledo. E-mail: romano.bebber@gmail.com

*** Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Toledo. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PGE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: peryshikida@hotmail.com

Introdução

A fim de expressar a importância econômica da cana-de-açúcar, bem como fundamentar a relevância deste estudo, convém apresentar ao leitor alguns dados interessantes a respeito dessa cultura que vincula distintos encadeamentos produtivos no Brasil e no mundo.

O Brasil figurou em 2018 como o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, segundo maior produtor de etanol e o maior produtor de açúcar refinado, sendo São Paulo o estado brasileiro com o maior destaque no setor, tendo produzido 349,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, seguido por Goiás (70,6 milhões ton.), Minas Gerais (65 milhões ton.), Mato Grosso do Sul (46,9 milhões ton.) e Paraná (37,47 milhões ton.) (BRASIL, 2020). Contudo, esse cenário já foi diferente. Em 2008, o Paraná chegou a ser o segundo maior produtor nacional de cana-de-açúcar, ficando atrás de São Paulo. Ainda assim, o setor canavieiro paranaense detém grande relevância na estrutura produtiva e econômica estadual, sendo responsável por 6,16% de todo o valor da produção agrícola no Paraná e 5,87% de toda a área colhida em 2018, figurando como a quarta cultura com maior área colhida, atrás da soja, do milho e do trigo (IPARDES, 2020).

Para entender a importância econômica da cana-de-açúcar, convém destacar que, além de açúcar e etanol, também é possível produzir outros derivados a partir dessa cultura, como melaço, aguardente, bagaço da cana (utilizado para alimentação animal e, sobretudo, cogeração de energia elétrica, por meio de sua queima), dentre outros. O setor exerce importantes encadeamentos econômicos e ambientais: econômicos pelo fato de criar cadeias produtivas diversificadas, considerando as variedades de seus derivados; e ambientais pelo fato de gerar fonte de energia alternativa ao uso de combustíveis fósseis, como a gasolina (derivada do petróleo), para a combustão gerada nos veículos automotores (SANTOS, 2016).

As dinamizações espaciais de uma cultura podem ser reflexos de diversos fatores, como condições edafoclimáticas, estrutura fundiária, preferência por determinada *commodity*, infraestrutura local, influência de políticas públicas, até interesses econômicos internacionais. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fazer uma análise das modificações espaciais da produção de cana-de-açúcar no Paraná (1975-2018), a fim de entender quais foram os fatores determinantes para tais dinamizações. Para tanto, com o intuito de corroborar as análises, utiliza-se

o Quociente Locacional (QL) da área colhida, em hectares (ha), da cana-de-açúcar nas microrregiões no estado, calculando também sua participação percentual.

Além dessa introdução, o artigo está estruturado com as respectivas seções: revisão de literatura (2), em que é feito um levantamento geral sobre os fatores pertinentes à distribuição espacial canavieira; metodologia (3), em que é apresentado os procedimentos utilizados no desenvolvimento deste estudo; resultados e discussões (4); e considerações finais, nas quais são expostas as percepções conclusivas deste trabalho.

Revisão de literatura

Esta seção tem como finalidade apresentar quais fatores podem influenciar as modificações espaciais de um setor produtivo da agricultura, enfatizando os aspectos econômicos e evidenciando os fatores pertinentes ao setor canavieiro, objeto do presente estudo.

A cana-de-açúcar é originária do Sudeste da África e é cientificamente chamada de *Saccharum officinarum*. Trazida ao Brasil no século XVI, ainda no período colonial, tornou-se uma importante fonte de renda e geração de empregos, destacando-se como uma das principais culturas produzidas no país. Além de ser considerada um produto de importante apreciação na Europa, também foi utilizada como forma de ocupar e defender as terras brasileiras, além de produzir divisas para a Coroa Portuguesa (SZMRECSÁNYI, 1979).

Os primeiros aspectos a serem comentados são relacionados às peculiaridades do ambiente na produção agrícola, a qual se diferencia de outros bens manufaturados devido a fatores como: “(i) sazonalidade da produção; (ii) influência de fatores biológicos, como doenças e pragas; e (iii) perecibilidade rápida” (ARAÚJO, 2007, p. 18-19).

Em relação à sazonalidade da produção, ou seja, condições climáticas intrínsecas a cada período e região, destaca-se que esta exerce grande influência no produto agrícola, sendo este o motivo de existir a safra e a entressafra, períodos de abundância e períodos em que a produção é insuficiente, respectivamente. Por esse motivo, são escolhidas culturas que se adaptam melhor às adversidades de cada estação do ano, permitindo que as terras sejam fruídas economicamente da melhor maneira possível. Dessa forma, a sazonalidade pode implicar em alguns efeitos para o produtor e o consumidor, como: (i) variações de preços (lei da oferta

e demanda – preços mais elevados no período de entressafra e mais baixos nos períodos de safra); (ii) necessidade de infraestrutura de estocagem e conservação; (iii) períodos de maior utilização de insumos e fatores de produção; (iv) características próprias de processamento e transformação das matérias-primas; e (v) logística mais exigente e definida (ARAÚJO, 2007).

O segundo fator a ser discorrido diz respeito às condições biológicas das espécies. Tanto no campo quanto após a colheita, os produtos agrícolas estão sujeitos ao ataque de pragas e doenças, o que pode acarretar a diminuição da quantidade produzida e, conseqüentemente, a diminuição da quantidade ofertada, além de comprometer a qualidade dos produtos (SPERS, 2002).

O terceiro fator diz respeito à perecibilidade natural. Mesmo após todos os cuidados necessários na produção e no manejo do produto, a atividade biológica continua em ação e, dependendo do produto, sua vida útil pode variar de algumas horas para algumas semanas. Esses são alguns dos fatores que tornam o agronegócio tão complexo, passando a necessitar de uma visão holística, a qual envolve desenvolvimento tecnológico, colheita cuidadosa, classificação e tratamento dos produtos, estruturas apropriadas para armazenagem e conservação, embalagens adequadas, logística, entre outros (ARAÚJO, 2007).

Como qualquer espécie, a cana-de-açúcar possui peculiaridades a serem consideradas no momento de seu cultivo. Em relação aos fatores ambientais, Meneguetti, Mezaroba e Groff (2010) salientam que o clima ideal é aquele que apresenta duas estações distintas, uma quente e úmida, para proporcionar a germinação, o perfilamento e o desenvolvimento vegetativo, seguida de outra fria e seca, para promover a maturação e o conseqüente acúmulo de sacarose nos colmos. Costa *et al.* (2005) comentam que os melhores tipos de solos para cultivo são os planos, profundos, porosos e férteis, argilosos ou arenosos. Solos propensos ao encharcamento podem provocar o apodrecimento da planta, e solos muito secos podem provocar a sua morte.

Em relação à localização, algumas regiões podem parecer mais atrativas que outras. Além dos fatores ambientais, as concentrações geográficas também podem ser explicadas por: (i) fatores econômicos, como o crescimento da demanda regional de seus bens, devido ao aumento da renda na área de mercado; (ii) por algum fator estrutural que acarrete uma diminuição do custo de produção; (iii) ou pela distância geográfica de pontos importantes, seja para exportação ou processamento do produto agrícola.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2010), as interações rurais-urbanas também exercem influência na escolha da região que receberá um investimento. Ou seja, a existência de infraestrutura viária que conecte diferentes regiões em conjunto com interesses regionais, além de aglomerações urbanas, é um fator preponderante na escolha do local.

Segundo Marsden *et al.* (1993), o processo de reestruturação rural é intrínseco aos seguintes fatores: (i) mobilidade do capital; (ii) adoção de um regime de produção mais flexível; (iii) complexidade das relações entre tecnologia e ambiente; (iv) regime de desregulamentação e regulamentação da economia; e (v) novas estruturas políticas. Ou seja, é preciso combinar os efeitos das tendências globais com as ações locais. Quando se considera o setor canavieiro, Guimarães (2009) comenta que um dos principais fatores considerados no momento de escolher a localização das usinas de cana-de-açúcar está ligado à logística de transporte.

Segundo Szmrecsányi (1979), as primeiras unidades produtivas canavieiras no Brasil se instalaram na Região Nordeste e lá se mantiveram concentradas até a década de 1940, quando a produção da cana-de-açúcar no estado de São Paulo passou a se destacar. Os fatores locacionais, as condições edafoclimáticas, a concentração econômica, além de um relativo avanço tecnológico existente em São Paulo, foram os principais fatores que influenciaram na nova concentração geográfica. Para Melo, Esperancini e Silva (2008), essa concentração em torno do estado paulista ocorreu pelo fato de este possuir um parque industrial forte, além de uma base de pesquisa agropecuária consolidada.

São Paulo passou a ser o maior provedor de açúcar, não só de seu próprio mercado em expansão, como também de Estados vizinhos – acessíveis por meio de ferrovias e rodovias – como Goiás, Mato Grosso e Paraná. Assim, na década de 1950, São Paulo tornou-se o principal produtor de açúcar e de álcool entre as unidades da federação brasileira, derrubando a primazia de Pernambuco, que vingava desde o período colonial (MOREIRA, 2013, p 21).

A concentração em torno de São Paulo está correlacionada, também, ao custo de transporte, o qual influencia no preço do insumo, que, por sua vez, influencia no custo de produção e no preço final. Conforme Serra (2010), dois dos principais aspectos que influenciam no maior ou menor avanço das lavouras canavieiras são a localização de usinas de açúcar e álcool, as quais devem estar numa distância não superior a 50 quilômetros das lavouras, e o comportamento do mercado. Segundo Bastos, Landell e Miranda (2016), o transporte é responsável por 32% do

custo total da produção, ou seja, é uma despesa relevante que deve ser levada em consideração.

Nesse contexto, percebe-se que o espaço produtivo, composto por agricultura e pecuária, vem seguindo uma dinâmica espacial que tem como fatores preponderantes, além do custo de transporte, a ampliação da produtividade (objetivando as exportações) e a circulação de mercadorias e informações. Esse intenso processo de transformação, verificado no espaço agrário, deve-se à acentuação da integração com as esferas econômica, social e cultural de um território em crescente articulação global (THÉRY, 2017).

Quando se fala em articulação dos setores produtivos no âmbito nacional ou internacional, a atuação do Estado é fundamental, pois este possui prerrogativas intrínsecas que são essenciais na regulação das relações econômicas. De acordo com Lima e Pitaguarí (2005), respaldados nos ensinamentos de John Maynard Keynes, existem duas razões principais para a intervenção do Estado na economia: (i) oferecer um ambiente propício para que as forças econômicas realizem todas as potencialidades de sua produção; e (ii) corrigir os defeitos do sistema capitalista, evitando que este venha a ruir.

Para Omar (2001), uma justificativa para a intervenção do Estado na economia é a presença de informações incompletas. O autor comenta que a informação é cara e não é fácil de ser transferida de um agente ao outro, e a presença de informação incompleta, no sentido de que os produtores poderiam saber mais do que os consumidores, ou vice-versa, poderia levar ao fracasso de diferentes mercados. Conforme Shikida e Souza (2009), essa necessidade de comunicação implica, recorrentemente, em uma concentração geográfica de determinadas atividades, considerando que os custos de comunicação podem vir a crescer em distâncias longínquas.

O setor canavieiro no Paraná: uma breve contextualização

Desde o início de suas atividades econômicas no país, o setor canavieiro viveu diversas oscilações, experimentando fases de ascensão e retração econômicas. Contudo, foi em 1933 que ocorreu um dos fatos mais relevantes para a atividade em questão: a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o qual passaria a controlar o setor canavieiro brasileiro. Esta foi uma reivindicação dos senhores de engenhos, de usinas e de fornecedores, pois havia a necessidade da existência de um órgão intermediador dos negócios por eles praticados, uma vez que não havia,

até então, uma simetria de interesses, nem de recursos, capacitações e/ou comportamentos entre os produtores nacionais, o que dificultava o crescimento setorial (SHIKIDA, 1997).

O agronegócio sempre foi um setor relevante economicamente para o Paraná. Em 1940, o estado era o maior produtor cafeeiro, ocupando quase todo o território apto a este cultivo, tornando-se um polo de atração de fluxos migratórios internos, os quais foram, predominantemente, responsáveis por quadruplicar a população estadual em um intervalo de 20 anos. Em 1960, todo o solo paranaense propício ao cultivo do café já havia se esgotado; a produtividade crescia cada vez mais, em ritmo acelerado, que a própria demanda. Como consequência ao excesso de oferta, o preço do café começou a cair. Essa redução de preço desencadeou uma série de medidas tomadas pelo Estado no sentido de desestimular a atividade cafeeira, incentivando os agricultores a optar por outras culturas mais seguras e rentáveis. Foi nesse contexto, a partir da crise do café, ocorrida em meados de 1960, que o setor canavieiro iniciou sua expansão no território paranaense, sendo, portanto, uma alternativa apresentada aos produtores do estado (GARDENAL, 2019; SERRA, 2010).

Conforme comentam os autores Melo, Esperancini e Silva (2008) e Shikida e Alves (2001), ainda que as primeiras plantações de cana-de-açúcar no Paraná remontem ao século XVII, na faixa litorânea, o setor não apresentou nenhuma expressão econômica para o estado até final da década de 1960; sendo o açúcar produzido destinado apenas ao consumo interno. Os autores destacam que o setor canavieiro paranaense só experimentou um relevante crescimento produtivo a partir do surgimento do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado em 1975, o qual será melhor detalhado na seção de resultados e discussões, uma vez que o período de criação deste coincide com o período de análise deste artigo (1975-2018).¹

Metodologia

Esta seção tem por finalidade explicar a metodologia utilizada, demonstrando os fundamentos das variáveis e dos indicadores utilizados e buscando entender como estes foram calculados e adaptados à variável escolhida para as análises deste estudo [área colhida, em hectares (ha), da cana-de-açúcar]. A delimitação geográfica deste estudo é o estado do Paraná, enquanto que a delimitação temporal é

o período 1975-2018, considerando os dados dos seguintes anos: 1975, 1985, 1995, 2005 e 2018.

Os resultados obtidos são dispostos em mapas temáticos, os quais proporcionam ao leitor uma perspectiva otimizada das dinâmicas espaciais aferidas. Os dados coletados são de caráter secundário e foram obtidos a partir de órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES), o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O estado do Paraná possui uma superfície de 199.324 km², representando 2,3% do território nacional, e se localiza na Região Sul do Brasil. Segundo definição do IBGE (2020), o Paraná está subdividido em 6 regiões intermediárias e em 39 microrregiões, dentre outras classificações. Optou-se, neste artigo, por trabalhar com as microrregiões, pelo fato de estas possibilitarem uma análise mais aprofundada quando comparadas com as demais. Contudo, com o intuito de deixar o texto menos denso, a subdivisão das regiões intermediárias será eventualmente mencionada, conforme o mapa apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Microrregiões e regiões intermediárias do estado do Paraná



Fonte: elaboração dos autores com base em IBGE (2020).

O Paraná se caracteriza por regiões distintas, sejam relacionadas ao clima, ao relevo ou aos tipos de solos. Estes e outros inúmeros aspectos fazem com que algumas culturas sejam preferíveis a outras, tornando algumas regiões especializadas em determinada cultura. Considerando esse contexto, a partir da especialização regional, optou-se por utilizar o Quociente Locacional (QL) com o intuito de entender o comportamento das áreas colhidas (ha) da cana-de-açúcar e identificar as microrregiões mais especializadas. Inicialmente desenvolvido para quantificar índices do mercado de trabalho, o QL ganhou notoriedade em outros segmentos, inclusive na agropecuária, pelo fato de proporcionar uma análise mais abrangente de seus resultados (ALVES, 2012).

Nesse sentido, o termo “especialização” pode ser interpretado como uma medida comparativa entre diferentes regiões, considerando um determinado setor produtivo. Segundo Paiva (2006), a especialização de uma região em um ou mais segmentos produtivos é concebida como condição de desenvolvimento desde Adam Smith. Nesse contexto, Alves (2012) destaca que, quando se identifica a aptidão de uma região para uma determinada cultura, também se identifica o potencial que esta possui neste setor produtivo, que, caso fomentado, pode vir a gerar um maior benefício por unidade de custo.

Os valores do QL foram obtidos para cada microrregião por meio da seguinte equação:

$$QL = \frac{AD_{ij}/AD_{it}}{AD_{tj}/AD_{tt}}$$

Em que:

AD_{ij} = área colhida da cana-de-açúcar na microrregião;

AD_{it} = área colhida da cana-de-açúcar no Paraná;

AD_{tj} = área colhida das nove principais culturas na microrregião;

AD_{tt} = área colhida das nove principais culturas no Paraná.

Conforme verificado a partir da equação exposta, o cálculo do QL envolve a comparação com a área colhida de outros setores produtivos. Destarte, este artigo faz o comparativo entre a área colhida da cana-de-açúcar e a área colhida das nove principais culturas paranaenses, as quais, desde 1975, ocupam 95% da área total destinada ao plantio, quais sejam: algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja, trigo e café. Sendo assim, o QL é a razão entre a área colhida de cana na microrregião (AD_{ij}) e a área colhida de cana no estado do Paraná (AD_{it}), sobre

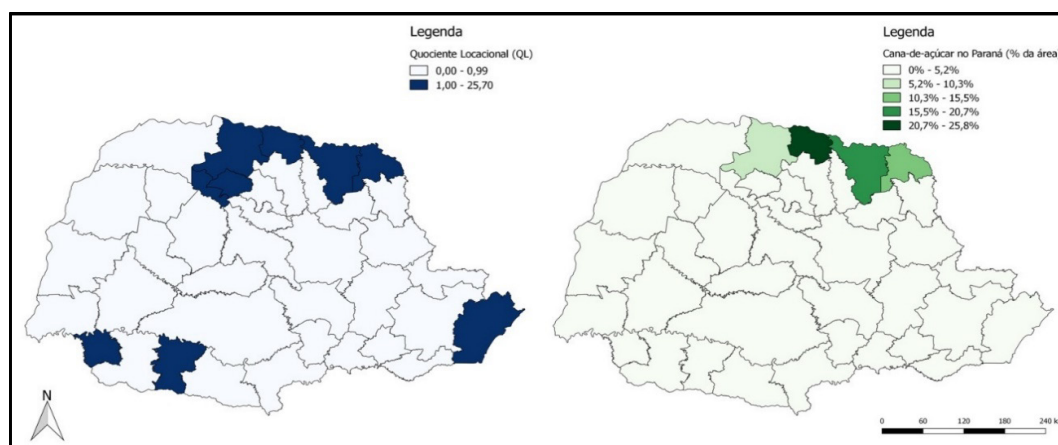
a razão entre a área total colhida das nove principais culturas na microrregião (AD_{tj}) e a área total colhida destas no estado (AD_{tt}). Assim, a importância da cultura para cada microrregião é representada quando o valor do QL for superior a 1, figurando como uma região especializada. A fim de corroborar as análises, a importância de cada microrregião no cultivo de cana está demonstrada, também, a partir da porcentagem ocupada por estas na área total colhida no estado (ALVES, 2012).

Resultados e discussões

O primeiro período a ser analisado é 1975-1985. Conforme comentado, os produtores paranaenses estavam em busca de alternativas para se reerguerem economicamente, considerando as consequências causadas pela crise do café (PRIORI *et al.*, 2012). Esse fator incentivou a expansão da cana-de-açúcar no estado, principalmente nas regiões de divisa com São Paulo, que há anos já se consolidava como um grande produtor nacional dessa cultura (SHIKIDA, 2014).

O surgimento do Grupo Atalla (1972) e Dacalda (1970), empresas do setor sucroalcooleiro detentoras de complexos usineiros, foi um fator relevante para que as microrregiões de Porecatu, Cornélio Procópio, Jacarezinho e Astorga, na região intermediária de Londrina, representassem, juntas, 65% de toda a área colhida de cana-de-açúcar no Paraná, conforme se percebe no mapa apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Quociente Locacional e proporção percentual da área colhida (ha) da cana-de-açúcar nas microrregiões do estado do Paraná em 1975



Fonte: elaboração dos autores com base em IBGE (1975).

Conforme se percebe a partir da Figura 2, as microrregiões especializadas (QL ≥ 1) são, além daquelas já citadas anteriormente, as microrregiões de Floraí, Maringá, Paranaguá, Pato Branco e Capanema. Devido à pouca área destinada para cana-de-açúcar no Paraná e ao baixo desenvolvimento em outras culturas, as regiões de Pato Branco e Capanema acabaram se caracterizando como especializadas no período estudado. Contudo, a pouca produção era direcionada predominantemente para a alimentação animal e a comercialização do açúcar mascavo, representando menos de 5% da área destinada à cana no Paraná (TOMASETTO; LIMA; SHIKIDA, 2009).

Já para a microrregião de Paranaguá, observa-se que a proporção percentual da área destinada à cana-de-açúcar é 25 vezes maior do que a da área destinada à cana-de-açúcar na região de referência (estado do Paraná). Dois fatores importantes para esta especialização podem ser observados: o primeiro se deve ao fato de essa região ser tradicionalmente caracterizada pela produção de cachaça, produto derivado da cana; e o segundo diz respeito aos fatores intrínsecos à região, como seu relevo montanhoso, por exemplo, o qual faz com que esta microrregião acabe não se destacando na produção agrícola, representando menos de 2% da área colhida no estado durante todo o período estudado (1975-2018), ou seja, a produção canavieira é comparativamente mais importante *vis-à-vis* a outras culturas na região (JANNUZZI, 2019).

A partir de meados da década de 1970, alguns fatores impulsionaram, de forma indireta, o avanço da cana-de-açúcar no estado. A expansão do mercado internacional de adoçantes sintéticos colocou em xeque a hegemonia brasileira na exportação de açúcar. Com a baixa demanda, o congênere da cana-de-açúcar sofreu com a queda de preço, ocasionando uma forte pressão política das organizações corporatistas canavieiras ao governo federal, no intuito de que este implantasse algumas políticas públicas que estabilizassem o setor. Concomitantemente, um conflito bélico ocorreu entre países do Oriente Médio, contribuindo para quadruplicar o valor de venda do barril de petróleo. Nesse contexto, com ambas as crises instauradas (petróleo e açúcar), surge, em 1975, o Proálcool, o qual objetivava fomentar a produção de álcool (hoje, etanol), bem como proporcionar estabilidade ao setor canavieiro (SHIKIDA, 2014; SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991).

Conforme Shikida e Souza (2009), foi a partir do segundo choque do petróleo, em 1979, que o setor canavieiro paranaense se desenvolveu expressivamente. Esse fato, aliado às altas taxas de juros internacionais, fez com que o governo brasileiro acelerasse o uso de álcool hidratado² como principal combustível no país, estimulando a implantação de destilarias autônomas em estados já consolidados no setor,

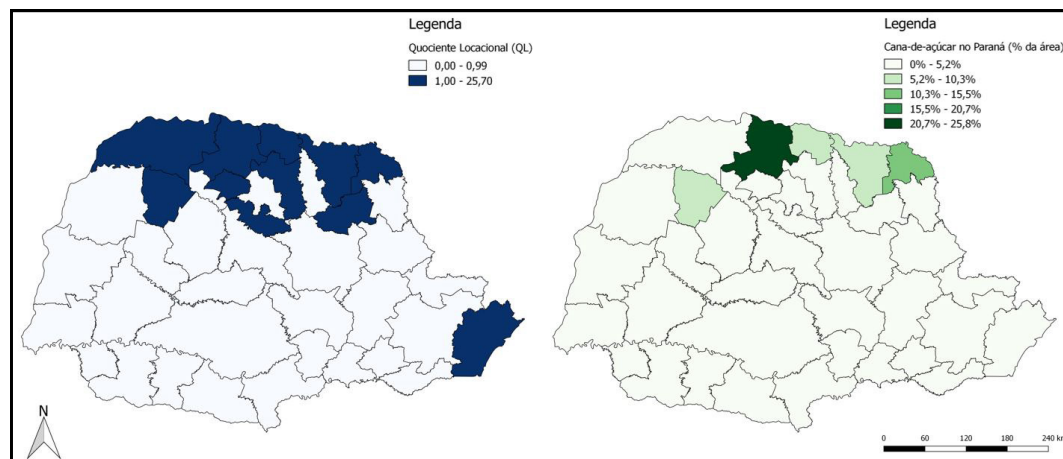
assim como em outras regiões onde este setor ainda era incipiente. A produção de álcool figurava como uma fonte alternativa à importação de petróleo, produto o qual o Brasil importava, aproximadamente, 80% do que consumia. Este estímulo resultou num aumento de 425% no número de destilarias no Paraná, passando de 4, em 1978/1979, para 21, em 1983/1984.

Em função dos fatores expostos, a área colhida com cana no Paraná aumentou, em 10 anos, 309%, passando de 45.503 ha para 140.855 ha. Em 1985, a área de maior expressão no estado se manteve nas regiões de Porecatu, Cornélio Procópio, Jacarezinho e Astorga. O Grupo Alto Alegre, localizado na microrregião de Astorga, conseguiu ampliar consideravelmente a área destinada para cana-de-açúcar na região, passando de 3.034 ha, em 1975, para mais de 29.548 ha, em 1985, consolidando a região como a que detinha a maior área colhida no Paraná (20% da área total).

A palavra que resume esse período é expansão. Com efeito, o álcool combustível, segundo derivado mais importante da cana-de-açúcar, ganhou espaço a partir do Proálcool e se tornou extremamente importante para a matriz energética brasileira. O fácil acesso ao crédito de caráter público e os juros baixos do programa incentivaram a criação de destilarias, além de proporcionarem a expansão do cultivo da cana-de-açúcar mais intensa do que as verificadas nas demais culturas (RAMOS, 2016). Nesse contexto, toda a cadeia produtiva acabou sendo beneficiada, desde usinas, indústrias de máquinas e equipamentos para a produção da cana-de-açúcar, até a indústria automobilística, a qual recebia incentivos para a fabricação de carros movidos a álcool hidratado (SHIKIDA, 2014; BURNQUIST; BACCHI; MAISTRO, 2002).

Quando se analisa o mapa apresentado na Figura 3, percebe-se que houve um aumento no número de microrregiões especializadas ($QL \geq 1$). Ou seja, a partir da última grande geada, em 1975, as áreas restantes, destinadas ao plantio do café, foram sendo substituídas gradualmente por outras culturas (ESPECIAL..., 2010). Além das já citadas anteriormente (Porecatu, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Astorga e Paranaguá), tornaram-se especializadas as seguintes microrregiões: Ibaiti, Londrina, Faxinal, Maringá, Paranavaí e Cianorte. É possível perceber que houve uma expansão da produção canavieira em direção ao noroeste, consolidando sua importância econômica nas regiões intermediárias de Londrina e Maringá. Serra (2010) destaca que as zonas produtoras de cana-de-açúcar do Paraná se localizam na região intermediária de Londrina, no chamado “Norte Velho” paranaense, desde antes da crise do café, vindo a avançar para a região intermediária de Maringá mais recentemente, a partir do final da década de 1970.

Figura 3 – Quociente Locacional e proporção percentual da área colhida (ha) da cana-de-açúcar nas microrregiões do estado do Paraná em 1985



Fonte: elaboração dos autores com base em IBGE (1985).

Para Guimarães (2009), essa dinamização verificada nas últimas décadas nas microrregiões supracitadas se deve, principalmente, ao crescimento expressivo do setor em São Paulo, o qual apresentava uma infraestrutura suficientemente boa, que atendia as demandas do setor produtivo, além de ser um estado que detinha uma grande circulação, seja de bens, pessoas ou informações, o que potencializou os ganhos econômicos de escala.

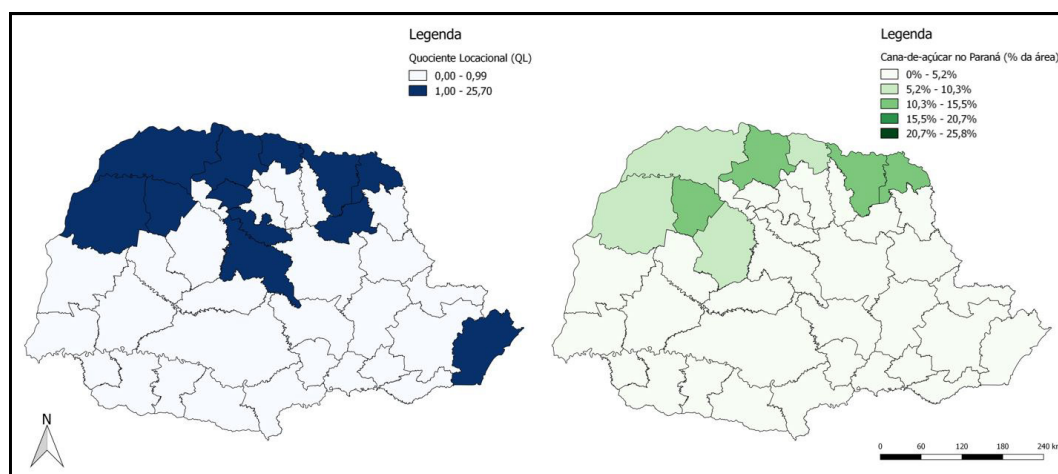
Conforme destaca Serra (2010), as geadas ocorridas em 1975 contribuíram para a ocorrência de uma concentração fundiária no Paraná, principalmente na região intermediária de Maringá, modificando radicalmente o modelo desenhado pelas colonizadoras, o qual era baseado nas pequenas e médias propriedades. Segundo o autor, com o advento da modernização agrícola, a partir da década de 1970, a ampliação da área de cultivo passou a ser condição necessária para a incorporação de máquinas agrícolas no campo, principalmente tratores. Ou seja, muito em virtude da mecanização, os pequenos proprietários tiveram que vender suas terras aos médios e grandes, incorporando-as às suas lavouras, uma vez que os pequenos proprietários não conseguiriam se manter economicamente, devido às economias de escala, tornando-se, portanto, vulneráveis a esta incorporação. Conforme relatam Gonçalves e Souza (1998), para que o corte mecanizado fosse rentável, era necessário que as propriedades possuísem, ao menos, 500 hectares, ou um conjunto de propriedades menores interligadas.

Considerando esse período inicial do Proálcool, Bonan e Kuhn (2012) comentam que seu ápice foi entre 1985 e 1986, quando 96% da produção nacional era de automóveis movidos a álcool e seu declínio teve início em 1988, quando os preços da gasolina se estabilizaram no mercado internacional.

A crise dos anos 1980, mormente fiscal e inflacionária, também afetou a agropecuária (BACHA, 2012), fazendo com que a área colhida no estado do Paraná caísse 13% no período 1985-1995. Como esperado, essa crise também afetou a economia canavieira, que teve os incentivos públicos diminuídos consideravelmente, gerando uma crise no Proálcool. Além disso, os motivos que fizeram com que o governo implantasse o programa estavam se invertendo, ou seja, o petróleo voltou a ser competitivo no mercado e o açúcar, a se destacar novamente. Ao mesmo tempo, estava havendo uma baixa adesão dos consumidores aos carros movidos exclusivamente a álcool (BURNQUIST; BACCHI; MAISTRO, 2002; PAULILLO *et al.*, 2007; SANTOS, 2016).

Nesse contexto, as empresas que avançaram no paradigma tecnológico, ante ao subvencionista, sobressaíram-se. Foi o caso do Grupo Santa Terezinha, que, durante o período 1985-1995, expandiu suas operações adquirindo usinas nas microrregiões de Cianorte, Paranavaí e Umuarama, o que fez com que as duas últimas passassem a figurar como grandes produtoras de cana-de-açúcar, conforme é possível visualizar no mapa apresentado na Figura 4 (USACUCAR, 2020).

Figura 4 – Quociente Locacional e proporção percentual da área colhida (ha) da cana-de-açúcar nas microrregiões do estado do Paraná em 1995



Fonte: elaboração dos autores com base em IBGE (1995).

A partir da Figura 4, é possível perceber que as microrregiões especializadas na produção da cana-de-açúcar pouco se alteraram, acrescentando apenas as microrregiões de Ivaiporã e Umuarama com $QL \geq 1$. Com a expansão da soja, a microrregião de Londrina deixou de ser especializada em cana-de-açúcar e passou a se concentrar em maiores áreas destinadas ao cultivo da leguminosa.

A partir do recorrente abandono do Estado ao setor canavieiro, além da extinção de aparatos regulatórios a produção, comercialização e política de preços, intensificados a partir da extinção do IAA, abriu-se caminho para que as usinas mais tecnificadas e dinâmicas pudessem investir e crescer, sendo regulamentadas pelo mercado. Este fator foi fundamental para o amadurecimento do setor, tornando-o mais competitivo (BELIK; VIAN, 2002).

A fim de se expandirem no mercado, os usineiros aderiram ao caráter sustentável da produção canavieira. Com a orquestração do Estado, o processo da queima dos canaviais (o qual consiste em atear fogo no canavial para promover a limpeza das folhas secas e verdes consideradas matéria-prima descartável e facilitar a colheita manual) passou a ser marginalizado, enquanto a colheita mecanizada, ambientalmente benéfica, passou a ser de uso recorrente. Ou seja, além de ser uma fonte de energia renovável (produzida a partir da biomassa), o álcool passou, então, a figurar como um combustível pouco prejudicial ao meio ambiente (VIAN; GONÇALVES, 2007).

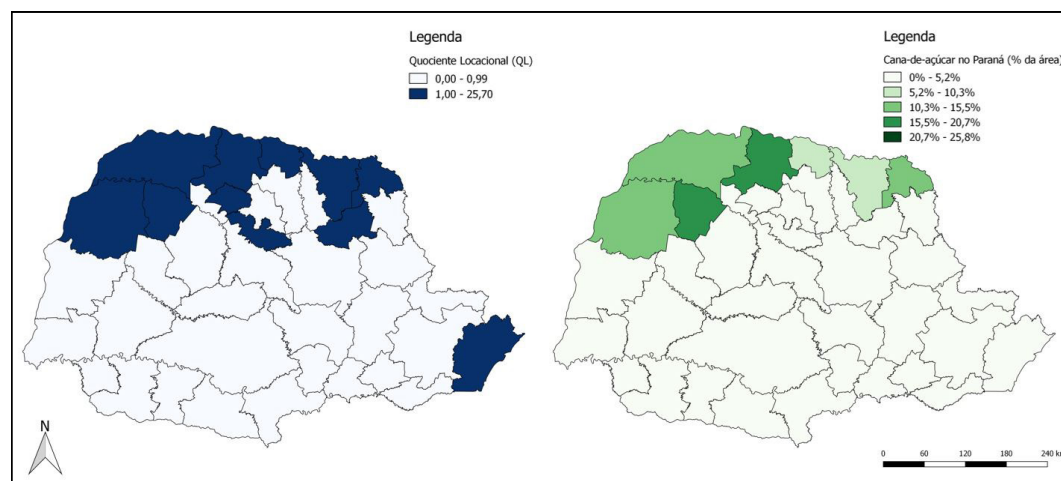
Ainda conforme Vian e Gonçalves (2007), um dos principais fatores que possibilitou a mecanização da colheita da cana foi o investimento em tecnologia, que também propiciou o aproveitamento do bagaço na cogeração de energia, da vinhaça para fertilização do solo, automação industrial, etc. A modernização tecnológica paranaense foi consideravelmente impulsionada a partir de técnicas desenvolvidas em São Paulo, as quais foram financiadas pelo crédito rural. Essa difusão tecnológica foi uma conquista importante de empresas estatais de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

De acordo com Vieira e Simon (2005), os principais ganhos derivados da colheita mecanizada foram a redução de custo e o aumento da produtividade do trabalho. Ademais, essa mecanização ocorreu em intensidades diferentes nas regiões, sendo a restrição do manuseio dos equipamentos em áreas com maiores aclives e/ou declives um dos fatores determinantes.

Em 1997, a partir da vigência do Protocolo de Kyoto (tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que produzem o efeito estufa), vários países se dispuseram a reduzir suas emissões de gases geradores desse efeito, sendo o uso racional dos recursos energéticos disponíveis um dos principais pilares. No mesmo ano, a fim de estimular o setor, o governo federal criou o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA), estipulando a adição de um percentual mínimo à gasolina (hoje o combustível é composto por 25% de álcool anidro e 75% de gasolina), o que acabou impulsionando o crescimento dos investimentos no setor canavieiro oriundos, principalmente, do exterior. Os modos de produção sustentáveis e ambientalmente benéficos se difundiram no mercado consumidor e, em 2003, surgiram os primeiros veículos *flex-fuel*, movidos a gasolina e/ou a álcool, possibilitando a mistura de ambos em qualquer proporção (TETTI, 2002; SHIKIDA, 2014).

A partir de 2005, é possível perceber que a concentração da cana-de-açúcar na região intermediária de Maringá intensificou-se. Juntas, as microrregiões de Astorga, Cianorte, Paranavaí e Umuarama representavam mais de 58% de toda a área colhida da cana-de-açúcar no Paraná, conforme o mapa apresentado na Figura 5. Em comparação a 1995, a única modificação verificada, em relação ao QL, é que a microrregião de Ivaiporã deixou de ser especializada.

Figura 5 – Quociente Locacional e proporção percentual da área colhida (ha) da cana-de-açúcar nas microrregiões do estado do Paraná em 2005



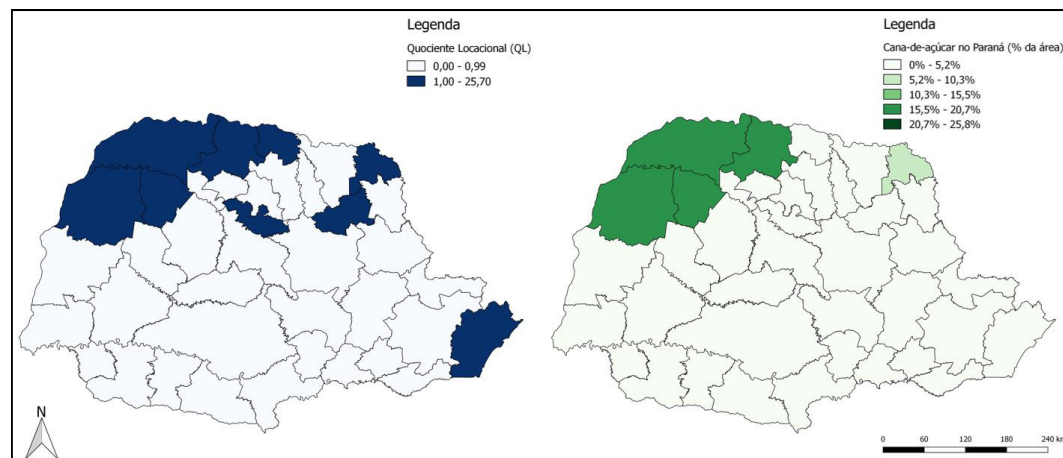
Fonte: elaboração dos autores com base em IBGE (2005).

Mesmo com o investimento financeiro estrangeiro e diversos aparatos tecnológicos, o álcool teve dificuldades em competir com os combustíveis derivados do petróleo. Com a descoberta do pré-sal e a manutenção artificial dos preços da gasolina pelo governo federal por meio da Petrobras, inúmeras usinas pediram recuperação judicial ou decretaram falência, como o Grupo Ranuka (região de Ivaiporã); Dasa (Cornélio Procópio); Dail Clarion (Ibaiti); Casquel (Jacarezinho); Central do Paraná (Porecatu); e Sabarálcool (duas unidades: Campo Mourão e Umuarama) (GOEBEL *et al.*, 2020).

Com a crise de 2008, os tratos culturais realizados na cana-de-açúcar, como adubação, defensivos químicos, produção de mudas, execução das atividades de pulverização, plantio e colheita, ficaram mais onerosos, tornando a produção economicamente custosa (SHIKIDA, 2014).

Conforme é possível observar a partir do mapa apresentado na Figura 6, a concentração da produção de cana-de-açúcar na região intermediária de Maringá se mostrou mais evidente. Houve uma intensificação da produção nas microrregiões de Astorga, Cianorte, Paranavaí e Umuarama. Considerando o QL, eram regiões especializadas em cana-de-açúcar, em 2018, além das quatro supracitadas, as microrregiões de Porecatu, Jacarezinho, Ibaiti, Faxinal e Paranaguá.

Figura 6 – Quociente Locacional e proporção percentual da área colhida da cana-de-açúcar nas microrregiões do estado do Paraná em 2018

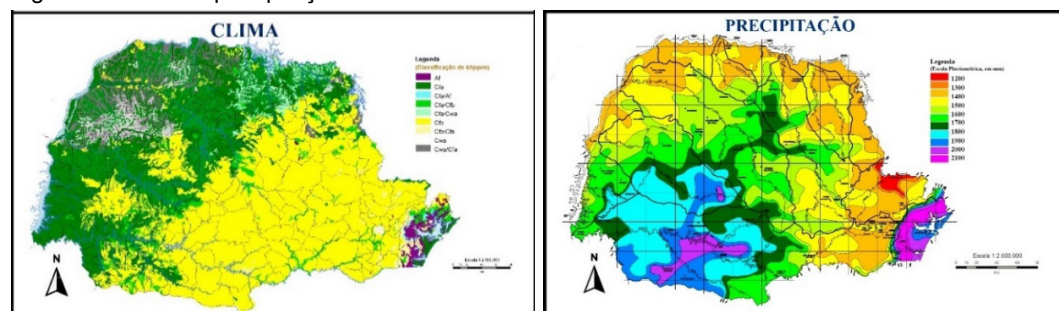


Fonte: elaboração dos autores com base em IBGE (2018).

Para Paczyk (2009), essa concentração verificada nas regiões intermediárias de Londrina e Maringá ocorreu devido aos investimentos feitos na ampliação das unidades industriais já existentes, cujos objetivos eram reduzir os custos na produção e baratear o combustível. Contudo, para compreender melhor as modificações espaciais verificadas na produção da cana-de-açúcar no período em estudo, convém realizar uma breve análise das condições ambientais relacionadas ao clima e à precipitação do estado do Paraná.

Isso posto, a classificação utilizada no mapa temático do clima (classificação climática de Köppen) é amplamente utilizada por diversos especialistas da área (CARDOSO; MARCUZZO; BARROS, 2014). A região caracterizada em verde, no mapa apresentado na Figura 7, é classificada como Cfa, clima subtropical úmido, ou seja, apresenta média mensal superior a 22°C nos meses mais quentes; segundo Meneguetti, Mezaroba e Groff (2010), este é o clima ideal para a germinação, o perfilhamento e o desenvolvimento vegetativo da cana-de-açúcar. Outra classificação que abrange boa parte do estado é a Cfb, em cor amarela no mapa, que possui clima oceânico, e a média mensal da temperatura é inferior a 22°C nos meses mais quentes. A temperatura média ideal para se atingir uma boa produtividade e boas taxas de açúcares na planta varia entre 22°C e 30°C durante o dia. Concomitantemente, sugere-se um índice pluviométrico de 1.200 a 1.300 milímetros ao ano, que é encontrado nas regiões intermediárias de Londrina e Maringá, sendo as mais apropriadas, portanto, ao cultivo da cana-de-açúcar. Além desses fatores, há de se considerar a atratividade econômica das demais culturas, as quais podem vir a ser preferíveis ante a cultura canavieira, considerando o preço comercial praticado (EMBRAPA, 2008).

Figura 7 – Clima e precipitação no estado do Paraná



Fonte: ITCG (2020).

A partir de 2005 e com o fim da abertura e da exploração de novas áreas no estado do Paraná (término das fronteiras agrícolas), o aumento ou o decréscimo na área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar se desenvolveu por meio da substituição de outras atividades agropecuárias. Com o crescimento da liquidez de culturas anuais como soja, milho e trigo, além das características pedológicas (solos de origem basáltica), as características da estrutura produtiva da região intermediária de Londrina foram se modificando. Nesse contexto, a cultura canavieira passou a ocupar as áreas de pastagem no arenito (Formação Caiuá) da região intermediária de Maringá (SERRA, 2010). Ou seja, houve uma marginalização do cultivo da cana no Paraná, que não conseguiu, a princípio, competir com o preço praticado pelos grãos, restando apenas as áreas menos propícias à agricultura.

Considerações finais

Este artigo analisou as modificações espaciais da produção de cana-de-açúcar no Paraná (1975-2018), a partir do Quociente Locacional (QL) de cada microrregião do estado.

Considerando o período de análise, inferiu-se que, inicialmente, a produção de cana-de-açúcar experimentou uma relevante expansão econômica a partir da implantação de programas governamentais, como o Proálcool, o qual proporcionou ao setor canavieiro um ambiente propício ao seu crescimento, mormente a partir de subvenções governamentais. A concentração verificada inicialmente na região intermediária de Londrina é explicada por dois fatores principais: (i) sua proximidade com o estado de São Paulo, o principal produtor nacional dessa cultura; (ii) e devido à proximidade das usinas já existentes na região. Ou seja, a distância entre os agentes econômicos é um fator preponderante para explicar essa concentração geográfica, até porque parcelas das terras paranaenses, ao norte do estado, funcionaram como avanços decorrentes do transbordamento da economia canavieira paulista.

A partir de 1985, o setor canavieiro teve seus incentivos públicos diminuídos consideravelmente, gerando uma crise no setor, sendo que a partir dos anos 1990, com a extinção do IAA, o livre mercado foi a ideologia predominante no setor, arrefecendo-se os mecanismos intervencionistas outrora existentes na atividade. Nesse contexto, as usinas que possuíam uma base tecnológica que propiciasse condições competitivas obtiveram crescimento, mesmo sem o subvencionismo público.

A partir dos anos 1990, os modos de produção também tiveram que ser adaptados ao conceito da sustentabilidade, difundido no mercado consumidor. Ou seja, quanto menos prejudicial ao meio ambiente, mais interessante o produto ficava. Com o recrudescimento da mecanização/modernização da produção agrícola em geral, o setor canavieiro procurou se adaptar a este novo modo de produção (eliminando cada vez mais a queima de canaviais), intensificando a produção de etanol, minimizando custos e otimizando todo o processo produtivo, buscando avançada capacidade tecnológica que permitisse maior competitividade.

Espacialmente, constatou-se que a área produtiva da cana-de-açúcar experimentou uma expansão na direção noroeste do estado, sendo que as regiões mais expressivas no cultivo da cana-de-açúcar em 1975 foram: Porecatu, Cornélio Procopio, Jacarezinho e Astorga. Em 2018, passaram a ser: Astorga, Cianorte, Paranavaí e Umuarama. Nesse contexto, são vários os fatores que contribuíram para essa dinamização espacial, porém, o principal foi o avanço tecnológico da produção agrícola, uma vez que este modificou severamente a forma de se produzir. Além de corroborar uma reestruturação fundiária, a modernização da produção agrícola condicionou a escolha da cultura a ser produzida em determinada região aos fatores internacionais, além dos fatores ambientais locais. Isto é, a partir do avanço tecnológico e da consequente possibilidade de se produzir em grande escala, objetivando as exportações, os produtores da região intermediária de Londrina optaram por produzir culturas que fossem mais rentáveis e, ao mesmo tempo, mais estáveis economicamente, mitigando sua vulnerabilidade em relação às oscilações de preço e demanda, como era o caso da cana-de-açúcar.

Mesmo sendo substituída por outras culturas com maior liquidez (principalmente soja, trigo e milho), o setor canavieiro encontrou, nas áreas marginalizadas do arenito da região intermediária de Maringá, um atrativo à sua produção. Nesse sentido, retratado também pelo Quociente Locacional, as regiões especializadas ($QL \geq 1$) no cultivo da cana-de-açúcar experimentaram modificações espaciais ao longo do período analisado, devido, principalmente, ao crescimento da área destinada às outras culturas, e não simplesmente em função da diminuição da área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar.

Por último, mas não menos importante, espera-se que este estudo contribua para futuras pesquisas sobre modificações espaciais da produção de cana-de-açúcar no Paraná, podendo ser ampliada também para outros estados brasileiros, seja com esta metodologia ou com outras.

An analysis of the spatial distribution of sugar cane production in Paraná (1975-2018)

Abstract

This article analyzes the spatial changes in the production of sugarcane in Paraná (1975-2018), based on the Locational Quotient (QL) of each microregion in the State. As a result, the initial geographic concentrations occurred in the micro-regions closest to the State of São Paulo (main producer). Subsequently, with the advent of mechanization of agricultural production and the consequent possibility of producing on a large scale, producers in these micro-regions opted to produce more profitable and economically stable crops, such as soybeans, wheat and corn, marginalizing the cultivation of sugarcane. -of sugar. As a result, sugarcane production started to be concentrated in the micro-regions of Astorga, Cianorte, Paranavaí and Umuarama, where the environmental conditions are less favorable to the cultivation of grains.

Keywords: sugar cane; spatial distribution; Locational Quotient; Paraná.

Análisis de la distribución espacial de la producción de caña de azúcar en Paraná (1975-2018)

Resumen

Este artículo analiza los cambios espaciales en la producción de caña de azúcar en Paraná (1975-2018), con base en el Cociente de Localización (CL) de cada microrregión del Estado. Como resultado, las concentraciones geográficas iniciales ocurrieron en las microrregiones más cercanas al Estado de São Paulo (principal productor). Posteriormente, con el advenimiento de la mecanización de la producción agrícola y la consecuente posibilidad de producir a gran escala, los productores de estas microrregiones optaron por producir cultivos más rentables y económicamente estables, como soja, trigo y maíz, marginando el cultivo de la caña de azúcar. Como resultado, la producción de caña de azúcar pasó a concentrarse en las microrregiones de Astorga, Cianorte, Paranavaí y Umuarama, donde las condiciones ambientales son menos favorables para el cultivo de granos.

Palabras clave: caña de azúcar; distribución espacial; cociente de ubicación; Paraná.

Notas

- ¹ Maiores considerações sobre o setor canavieiro no Paraná, ver: Tschá *et al.* (2010), Montagnhani (2012); Goes (2013) e Bechlin *et al.* (2020).
- ² Existem dois tipos de álcool: o anidro e o hidratado. O primeiro contém uma pureza de 99,3% (nível de álcool etílico) e sua produção exige maiores custos. Já o hidratado apresenta um nível máximo de 94,3% (PACZYK, 2009).

Referências

- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. (org.). *Análise regional: metodologias e indicadores*. Curitiba: Camões, 2012. p. 30-50.
- ARAÚJO, M. *Fundamentos de agronegócios*. São Paulo: Atlas, 2007.
- BACHA, C. J. C. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2012.
- BASTOS, K. J. J. Z.; LANDELL, M. G. de A.; MIRANDA, E. de S. Influência da cana-de-açúcar no custo do corte mecanizado. *Revista IPecege*, Piracicaba, v. 2, n. 4, p. 42-59, 2016.
- BECHLIN, A. R. et al. Alterações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho formal decorrentes da falência de uma agroindústria canavieira em Engenheiro Beltrão e Perobal (PR). *Informe Gepec*, Toledo, v. 24, n. 2, p. 249-274, jul./dez. 2020.
- BELIK, W.; VIAN, C. E. F. Desregulamentação estatal e novas estratégias competitivas da agroindústria canavieira em São Paulo. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (org.). *Agroindústria canavieira no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 69-93.
- BONAN, P.; KUHN, S. L. Mapeamento da produção da cana-de-açúcar no Brasil, com ênfase no Estado do Paraná e na sua região Noroeste. *Revista Brasileira de Energias Renováveis*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 122-147, 2012.
- BRASIL. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BURNQUIST, H. L.; BACCHI, M. R. P.; MAISTRO, M. C. M. Análise da comercialização dos produtos do setor sucroalcooleiro brasileiro: evolução, contexto institucional e desempenho. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (org.). *Agroindústria canavieira no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 182-199.
- CARDOSO, M. R. D.; MARCUZZO, F. F. N.; BARROS, J. R. Climatic classification of Köppen-Geiger for the state of Goiás and Federal District. *Acta Geográfica*, Boa Vista, p. 40-55, 2014.
- COSTA, N. de L. et al. *Utilização da cana-de-açúcar na alimentação animal*. Recomendações Técnicas, 18. Amapá: Embrapa, 2005.
- EMBRAPA. *Árvore do conhecimento: cana-de-açúcar*. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_10_711200516716.html. Acesso em: 20 set. 2020.
- ESPECIAL – 35 anos da geada de 1975 – Entenda o que foi a geada negra que dizimou todas as plantações de café no Paraná. *Revista Cafeicultura*, 2010. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=34022#:~:text=geada%20de%201975-,No%20dia%2018%20de%20julho%20de%201975%2C%20uma%20forte%20geada,Estado%20do%20Paran%C3%A1%20foi%20destru%20ida>. Acesso em: 12 set. 2020.
- GARDENAL, L. A. S. Café e atividade industriais no Norte do Paraná: a formação de um complexo cafeeiro? (1940-1970). In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 7; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 9, 2019, Ribeirão Preto. *Anais [...]*. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019.

GOEBEL, M. A. *et al.* Recuperação judicial e falência das agroindústrias canavieiras no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 16, n. 2, p. 36-47, 2020.

GOES, T. H. M. *Estratégias de responsabilidade social empresarial (RSE) na agroindústria canavieira paranaense*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. Proibição da queima de cana no Estado de São Paulo: simulações dos efeitos na área cultivada e na demanda pela força de trabalho. *Revista Informações Econômicas*, v. 28, n. 3, mar. 1998.

GUIMARÃES, L. S. P. *Dinâmica espacial da cana-de-açúcar no Brasil contemporâneo*. 2009. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/28_10122008091059.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

IBGE. *Geociências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPARDES. *Base de dados do estado*. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 18 ago. 2020.

IPEA. *Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas*. v. 2. Brasília: IPEA, 2010.

ITCG. *Dados e informações geoespaciais temáticos*. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2020.

JANNUZZI, F. Território da cachaça: Morretes – Paraná. *Mapa da Cachaça*, Moema, 2019. Disponível em: <https://www.mapadacachaca.com.br/artigos/territorios-da-cachaca-morretes-parana/>. Acesso em: 12 set. 2020.

LIMA, J. F. de; PITAGUARI, S. O. As ideias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 6, n. 10, p. 11-20, mar. 2005.

MARSDEN, T. *et al.* *Constructing the countryside*. Londres: UCL Press Limited, 1993.

MELO, C. O. de; ESPERANCINI, M. S. T.; SILVA, G. H. da. Sazonalidade de preços da cana-de-açúcar no Estado do Paraná. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 46, 2008, Rio Branco. *Anais [...]*. Rio Branco: SOBER, 2008.

MENEGUETTI, C. C.; MEZAROA, S.; GROFF, A. M. Fatores relacionados ao cultivo da cana-de-açúcar. In: ENCONTRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL, 4, 2010, Campo Mourão. *Anais [...]*. Campo Mourão: FECILCAM, 2010.

MONTAGNHANI, B. A. *Base econômica e desenvolvimento local: estudo de caso múltiplo em municípios canavieiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

MOREIRA, L. P. L. da S. *A corporação Cosan e a conquista de um território em torno de sua usina de etanol em Jataí, Goiás (2007-2012)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

OMAR, J. H. D. O papel do Governo na economia. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 211-235, 2001.

PACZYK, R. Setor sucroalcooleiro paranaense: do Proálcool ao biodiesel. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 6, 2009.

PAIVA, C. Á. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006.

PAULILLO, L. F. et al. Álcool combustível e biodiesel no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n. 3, p. 531-565, 2007.

PRIORI, A. et al. *A história do oeste paranaense*. Maringá: Eduem, 2012.

RAMOS, P. Trajetória e situação atual da agroindústria canavieira do Brasil e do mercado de álcool carburante. In: SANTOS, G. R. dos (org.). *Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2016. p. 47-83.

SANTOS, G. R. dos (org.). *Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2016.

SERRA, E. Nordeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 89-111, 2010.

SHIKIDA, P. F. A. *A Evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995*. 1997. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1997.

SHIKIDA, P. F. A. Evolução e fases da agroindústria canavieira no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 23, n. 4, p. 43-57, 2014.

SHIKIDA, P. F. A.; SOUZA, E. C. de. Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 47, n. 3, p. 569-600, 2009.

SHIKIDA, P. F. A.; ALVES, L. R. A. Panorama estrutural, dinâmica de crescimento e estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira paranaense. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 123-150, 2001.

SPERS, E. E.; Qualidade e segurança em alimentos. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2002. p. 283-323.

SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1979.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 57-79, 1991.

TETTI, L. M. R. Protocolo de Kyoto: oportunidades para o Brasil com base em seu setor sucroalcooleiro: um pouco da história da questão “mudanças climáticas e efeito estufa”. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (org.). *Agroindústria canavieira no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 199-214.

THÉRY, C. H. E. H. Especialização e dinâmicas contemporâneas da agropecuária paranaense. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, v. 33, 2017.

TOMASETTO, M. Z. de C.; LIMA, J. F. de; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-31, 2009.

TSCHÁ, O. da C. P. *et al.* Encadeamento produtivo, localização e associação geográfica da agroindústria canavieira no Paraná. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 128-155, jan./abr. 2010.

USACUCAR (Usina Santa Terezinha). *Unidades de produção*. Maringá, 2020. Disponível em: <https://www.usacucar.com.br/usacucar.php#menu>. Acesso em: 04 out. 2020.

VIAN, C. E. F.; GONÇALVES, D. B. Modernização empresarial e tecnológica e seus impactos na organização do trabalho e nas questões ambientais na agroindústria canavieira. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 22, n. 1, 2007.

VIEIRA, G.; SIMON, E. J. Possíveis impactos da mecanização no corte da cana-de-açúcar, em consequência da eliminação gradativa da queima da palha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 43, 2005, Ribeirão Preto. *Anais [...]*. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

Perfil socioeconômico dos produtores de queijo colonial gaúcho e a importância da produção artesanal

*Bruna Bresolin Roldan**
*Larissa Bueno Ambrosini***
*Carolina Bremm****
*Denise Reif Kroeff*****

Resumo

O queijo colonial é muito apreciado pelos consumidores, sendo produzido basicamente com três ingredientes: leite, coalho e sal. Sua produção é realizada no ambiente familiar, para consumo doméstico ou para venda informal e por pequenas, médias e grandes empresas. Devido à importância econômica, social e cultural que esse produto possui, este estudo buscou analisar o perfil socioeconômico dos produtores de queijo colonial do estado do Rio Grande do Sul. Foi possível verificar que a idade avançada dos produtores, a experiência na produção, a origem da atividade nos imigrantes italianos, bem como circuitos curtos de comercialização e as relações de confiança entre produtores e consumidores, caracterizam a atividade de produção de queijo colonial como tradicional.

Palavras-chave: agroindústria familiar; agregação de valor; desenvolvimento rural.

* Doutora em Agronegócios/EMATER/RS-Ascar. E-mail: brunabre@gmail.com
** Doutora em Gestão/SEAPDR/RS. E-mail: larissabueno@gmail.com
*** Doutora em Zootecnia/SEAPDR/RS. E-mail: carolina.bremm@yahoo.com.br
**** Mestre em Sociologia/SEAPDR/RS. E-mail: denise.kroeff@gmail.com

Introdução

O queijo colonial tem sua produção difundida por praticamente todo o território dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Ele é produzido por pequenos produtores informais, agroindústrias familiares, médias e grandes empresas do setor lácteo (SILVEIRA; TREVISAN, 2007). Apesar disso, o produto não possui um regulamento técnico de identidade e qualidade que defina suas principais características.

Em que pese a falta de regulamentação, pode-se dizer que em geral o queijo colonial é produzido com leite cru ou pasteurizado, coalho e sal, sendo moldado em formas retangulares ou circulares, sendo comercializado com poucos dias de maturação (AMBROSINI *et al.*, 2020; TAVARES *et al.*, 2019). Assim como os demais queijos artesanais, suas características têm estreita relação com a qualidade de solos, matérias-primas, alimentação dos animais e práticas culturais consideradas tradicionais, fatores que os diferenciam dos produtos industriais (CHALITA, 2012; ZUMBO *et al.*, 2009).

De acordo com dados do Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no RS (EMATER/RS-ASCAR, 2019), 7.690 produtores produzem derivados lácteos, dentre eles o queijo colonial, em agroindústrias próprias legalizadas (187) ou em instalações domésticas (7.503), o que demonstra o grande número de famílias envolvidas e a oportunidade para o fomento dessa produção (EMATER/RS-ASCAR, 2019).

O conhecimento a respeito do perfil socioeconômico dos produtores de queijo colonial se faz importante justamente para orientar políticas públicas, como as relacionadas à capacitação e ao fomento, incluindo o crédito e a assistência técnica, bem como a regulamentação da atividade. Além disso, a produção de leite e derivados nas pequenas propriedades é uma importante ferramenta no combate à pobreza, na geração de renda e no desenvolvimento do meio rural, além de contribuir para a segurança alimentar, a manutenção da paisagem rural e do patrimônio cultural (ESPINOZA-ORTEGA *et al.*, 2007; FLATEN, 2002).

Os objetivos deste estudo são: i) analisar o perfil socioeconômico dos produtores de queijo colonial do estado do Rio Grande do Sul; ii) demonstrar a relevância da atividade como fonte de renda para as propriedades e as oportunidades geradas em termos de ocupação de mão de obra e atratividade para os jovens; e iii) demonstrar a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas para este setor.

Referencial teórico

A história do queijo colonial inicia com a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil, principalmente os italianos, no final do século XIX. Os registros sobre a comercialização desse queijo são escassos, provavelmente devido ao fato de que a bovinocultura de leite era incipiente e o queijo era um alimento produzido para o consumo das famílias, somente o excedente era utilizado para trocas em armazéns locais. No entanto, a denominação “queijo colonial” surgiu tempos depois, provavelmente com o intuito de denominar o queijo produzido nas colônias de imigrantes, a partir do momento em que passou a ser comercializado nas cidades. Por muito tempo, o produto era chamado somente de queijo ou “*formaio*”¹ (AMBROSINI *et al.*, 2020).

Acreditamos que o queijo colonial possa fazer parte de um nicho, oferta na qual os consumidores valorizam, além do sabor, variáveis simbólicas que ultrapassam a materialidade do queijo e fazem parte dos ritos alimentares na vida cotidiana e se relacionam com as memórias afetivas (CHALITA, 2012; GRUNERT, 2005). Esses consumidores fazem parte do “*quality turn*”, uma mudança que vem ocorrendo na percepção a respeito dos alimentos, em que a qualidade, antes relacionada aos alimentos industrializados, padronizados e produzidos em grande escala, passa a ser relacionada aos alimentos artesanais, locais, produzidos em pequena escala, que são vistos como mais saudáveis e sustentáveis (GOODMAN, 2004; PONTE, 2016).

De acordo com essas novas propostas de valorização dos alimentos, a produção artesanal de queijos vem ganhando destaque no Brasil, em meio a discussões sobre adequação da legislação, segurança do alimento e preservação desse modo de fazer, gerando também embates entre os processos tradicionais e as inovações (CRUZ; MENASCHE, 2014).

Na perspectiva de valorização da produção artesanal de alimentos de origem animal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou em 2018 a Lei nº 13.680, conhecida como “Lei do Selo Arte”, que permite a comercialização interestadual de produtos alimentícios produzidos de forma artesanal, com inspeção sanitária municipal ou estadual, identificados com o selo ARTE. Especificamente para a produção de queijos artesanais, houve a publicação da Lei nº 13.860, em 2019, que dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais. Essa legislação define queijo artesanal como aquele elaborado por métodos tradicionais, com vinculação e valorização territorial, regional ou cultural,

conforme protocolo de elaboração específico estabelecido para cada tipo e variedade, com emprego de boas práticas agropecuárias e de fabricação, e traz orientações a respeito da fabricação de queijos com leite cru.

A partir dessas legislações, é possível verificar que estão sendo propostas alternativas para formalização e proteção a esses modos de fazer, pois esses alimentos, além de nutrir, representam a história e a cultura de uma região e de sua população (GONZÁLEZ-CÓRDOVA *et al.*, 2016).

O que ocorre muitas vezes é a comercialização informal desses produtos, ou seja, o queijo é vendido sem que tenha sido inspecionado pelo serviço de inspeção sanitária oficial, além de não atender a legislação tributária/fiscal e ambiental. Nessas relações comerciais, critérios como confiança no produtor, tradição, prestígio e outros critérios de qualidade são compartilhados na região e explicam a existência desse comércio (CLIMENT-LÓPEZ *et al.*, 2014; CRUZ; MENASCHE, 2014).

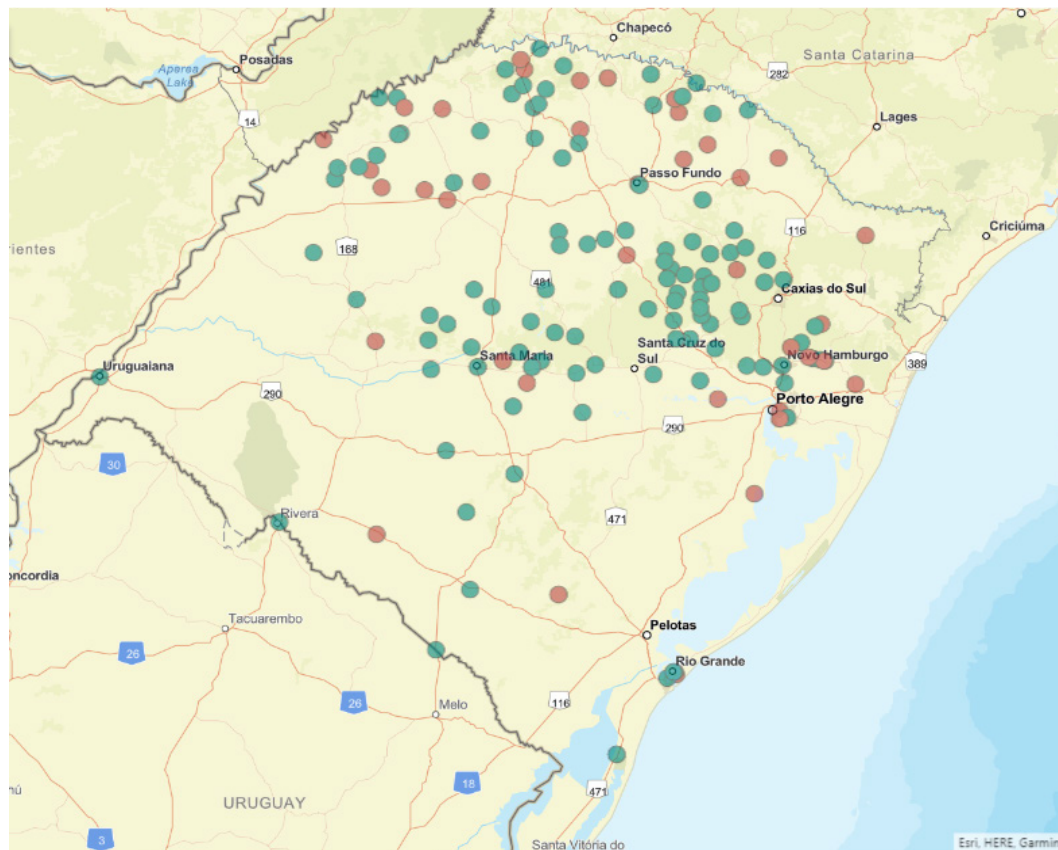
Procedimentos metodológicos

Para avaliação das propriedades, foi elaborado um questionário composto por 22 questões. As questões foram agrupadas em três blocos: perfil socioeconômico, perfil produtivo da propriedade e caracterização do queijo (BERNUÉS; HERREIRO, 2008; GARCÍA; DORWARD; REHMAN, 2012). Este trabalho irá abordar os resultados referentes ao perfil socioeconômico dos produtores.

Para a definição do tamanho da amostra, utilizou-se os dados do Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul (RIES; BITTENCOURT, 2015). A população-alvo foi definida a partir da quantidade de queijo produzido (kg) e do número de propriedades que realizam a atividade: 224 agroindústrias familiares formalizadas e 8.093 produtores que comercializam derivados lácteos de fabricação caseira. O método de amostragem foi por conglomerado, utilizando as sete mesorregiões do estado. A partir dessas definições, foi calculado o tamanho da amostra para uma população finita, com base na estimativa da proporção populacional (RYAN, 2013), com um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 15%.

Foram amostradas 293 propriedades rurais, das quais 82 possuem agroindústria familiar formalizada (AG), possuindo registro no serviço de inspeção municipal, e 211 realizam a fabricação de queijo colonial para o consumo familiar ou

Figura 1 – Propriedades amostradas na pesquisa



Fonte: elaboração dos autores.

A aplicação do questionário foi realizada pelos técnicos da Emater/RS-Ascar no período de junho de 2016 a dezembro de 2017. O questionário foi impresso pelos extensionistas e preenchido durante visita realizada nas propriedades. Juntamente com a aplicação do questionário, foram coletadas amostras do queijo produzido para realização de análises físico-químicas e microbiológicas. A escolha das propriedades a serem amostradas ficou a cargo do extensionista do município.

Após o recebimento dos questionários na gerência técnica estadual da Emater/RS-Ascar, os dados foram repassados para planilhas do Microsoft Excel, para

serem posteriormente sistematizados e submetidos à análise descritiva pelo programa estatístico JMP (v.15).

Resultados e discussão

Em termos de perfil fundiário, os resultados demonstram que, nas propriedades onde há fabricação caseira de queijo, a área média é inferior em relação às propriedades com agroindústria familiar. As propriedades com agroindústria destinam áreas maiores para o cultivo de pastagens (perenes e anuais) e para o plantio de milho, destinado à silagem. As áreas médias encontradas foram superiores à média estadual, que foi estimada em 18,3 ha (EMATER/RS-ASCAR, 2019). Em relação à propriedade da terra, os percentuais são semelhantes para ambas as categorias, 45% FC e 41,1% AG possuem terras próprias (Tabela 1). Sobre os residentes na propriedade, obteve-se uma média semelhante para a categoria fabricação caseira e agroindústria familiar em relação ao número de residentes e ao número de adultos, conforme pode ser observado na Tabela 1. As maiores diferenças são encontradas no número de jovens e empregados, sendo que as propriedades com agroindústria familiar possuem o dobro de jovens do que as propriedades com fabricação caseira. Essa informação vai ao encontro do que afirmam outros autores, mostrando que a agroindustrialização é uma oportunidade para a permanência dos jovens nas áreas rurais, através da agregação de valor à produção primária (FOGUESATTO *et al.*, 2020; SULZBACHER; NEUMANN, 2014).

Tabela 1 – Caracterização dos residentes e da propriedade

	Fabricação caseira		Agroindústria familiar	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Nº de residentes na propriedade	3,5	1,4	4,0	1,8
Nº de adultos	2,4	0,8	3,0	1,3
Nº de jovens	1,3	0,5	2	1,4
Nº de empregados	1,8	1,6	2,6	2,8
Área média (ha)	25,1	22,7	27,1	22,0
Área com pastagem (perene e anual) (ha)	10,2	15,6	14,8	15,6
Área de milho para silagem (ha)	3,1	3,6	6,7	7,8
Área própria (%)	45	-	41,1	-

Fonte: Roldan *et al.* (2020).

Os resultados mostram ainda que, nas propriedades onde se realiza a fabricação caseira do queijo colonial, a média de idade é superior em relação às propriedades onde há agroindústria (Tabela 2). O nível de escolaridade é inferior entre os produtores que fazem a fabricação caseira: 60% dos entrevistados têm apenas ensino fundamental incompleto, enquanto a média de entrevistados com ensino médio é de 34% na categoria de agroindústria familiar, que também tem mais que o dobro de produtores com ensino superior (8%). A idade média superior na categoria de fabricação caseira pode explicar a escolaridade inferior verificada, devido às dificuldades que essas pessoas enfrentaram para ter acesso à educação quando crianças, e também à informalidade da atividade de produção do queijo, visto que são pessoas mais velhas, próximas à aposentadoria, que não desejam fazer investimentos e iniciar uma nova atividade.

Tabela 2 – Perfil dos produtores de queijo entrevistados

	Fabricação caseira		Agroindústria familiar	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Idade média (anos)	51,3	10,4	45,2	11,5
Tempo de fabricação de queijo colonial (anos)	21,8	16,4	14,4	12,6
Ensino fundamental incompleto (%)	60	-	33	-
Ensino fundamental completo (%)	17	-	16	-
Ensino médio (%)	16	-	34	-
Ensino superior (%)	3	-	8	-

Fonte: Roldan *et al.* (2020).

García, Dorward e Rehman (2012), em pesquisa com pequenos produtores de leite no México, verificaram que quanto maiores a idade e a experiência do agricultor, menor é a sua escolaridade. Dados semelhantes foram encontrados por Cruz *et al.* (2020) em pesquisa com produtores de queijos artesanais da Ilha de Marajó (PA), onde há o predomínio de idade elevada e baixa escolaridade entre os produtores.

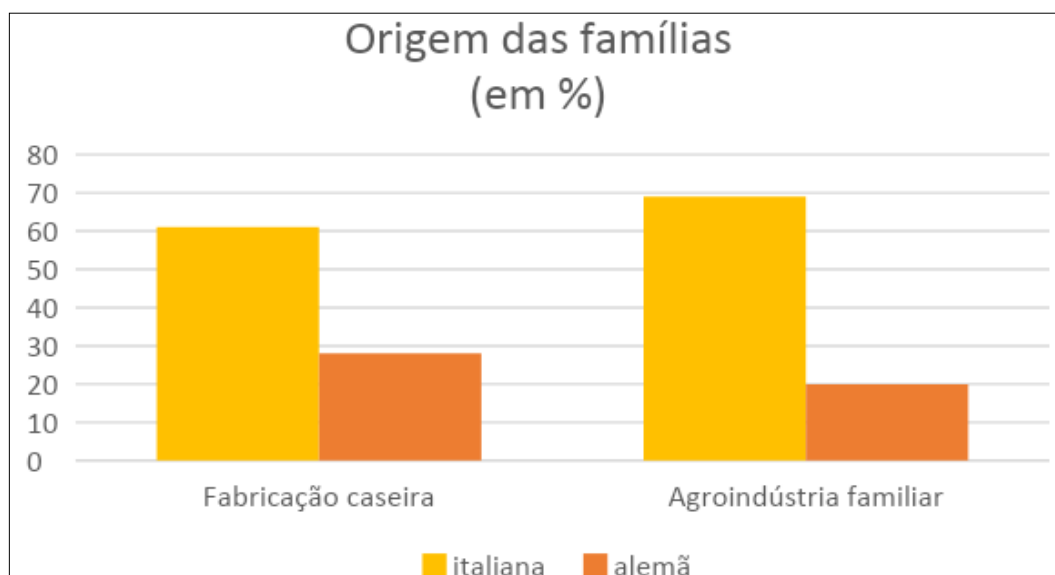
Os dados revelam também que os produtores de queijo de fabricação caseira produzem queijo colonial há mais tempo, média de 21,8 anos, enquanto na agroindústria familiar a média é de 14,4 anos. Esses valores podem estar relacionados a uma maior idade dos entrevistados de FC, juntamente ao fato de que o queijo

colonial era historicamente produzido para consumo familiar, sendo o hábito do preparo e consumo repassado às gerações seguintes (AMBROSINI *et al.*, 2020).

A média de tempo de produção do queijo pode ser considerada alta e está de acordo com o encontrado por Seixas *et al.* (2014) em pesquisa com produtores de queijos tradicionais na Ilha de Marajó. Segundo seus resultados, 80% dos produtores de queijo tipo creme e 100% dos produtores de queijo tipo manteiga possuíam mais de 10 anos de experiência no processamento.

Em ambas as categorias pesquisadas, a origem italiana das famílias predominou, conforme mostrado na Figura 1. Esse resultado corrobora o encontrado por Ambrosini *et al.* (2020), que relaciona a origem e a maior produção do queijo colonial entre imigrantes italianos, que produziam o “*formaio*”, como assim o denominavam, para consumo familiar e venda ou troca do excedente nos armazéns locais.

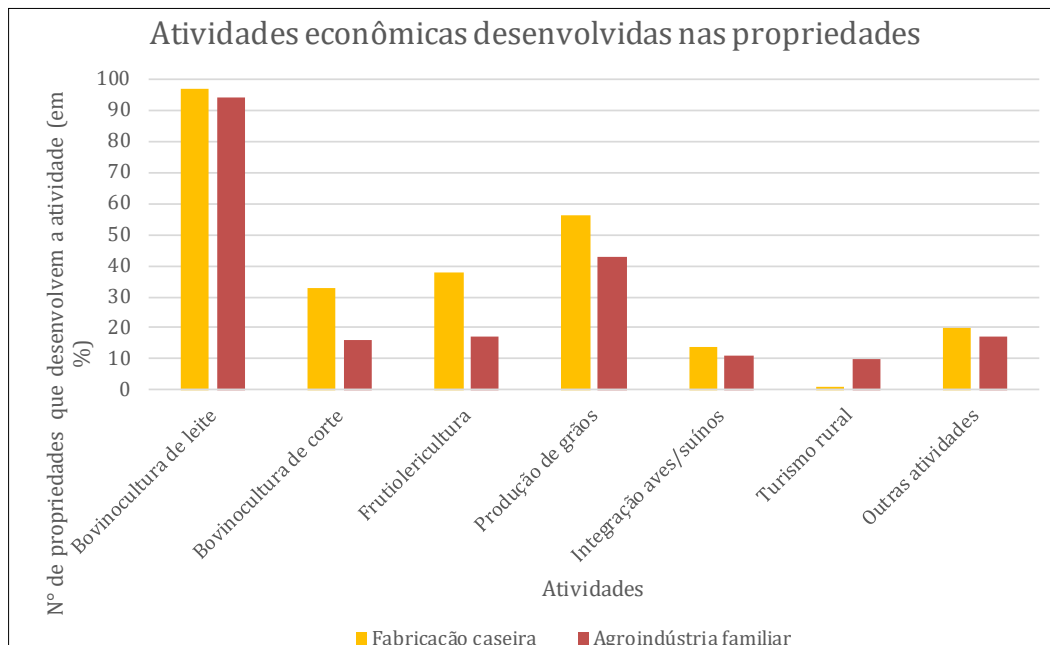
Figura 1 – Origem das famílias produtoras de queijo colonial



Fonte: Roldan *et al.* (2020).

Em relação ao perfil produtivo, observou-se que as atividades de bovinocultura de leite, produção de grãos e frutiolericultura são as principais desenvolvidas em ambas as categorias pesquisadas, com percentuais semelhantes, conforme pode ser observado na Figura 2. A exceção foi frutiolericultura, que apresenta percentuais de 38% nas propriedades de fabricação caseira e 17% para a agroindústria familiar.

Figura 2 – Atividades desenvolvidas nas propriedades



Fonte: Roldan *et al.* (2020)

Foi verificado que a atividade de turismo rural é desenvolvida em 10% das propriedades que possuem agroindústria familiar. Esse resultado está de acordo com o verificado por outros autores, que pontuam a relação existente entre o desenvolvimento da agroindustrialização de produtos da propriedade com o turismo rural (CIOLAC *et al.*, 2019; KIM *et al.*, 2019).

Os produtores foram questionados sobre os canais de comercialização utilizados para a venda do queijo colonial. Os produtores FC também responderam a esta questão, visto que é sabido que parte deles realiza a venda informal do produto, ou seja, sem atender às legislações pertinentes. Grande parte dos produtores FC afirmaram realizar a venda diretamente na propriedade (40%) e venda direta ao consumidor, por meio da entrega de encomendas (29%), caracterizando um circuito curto de comercialização. Esses resultados mostram que a venda desse tipo de produto está relacionada às relações de confiança estabelecidas entre o produtor e o consumidor, em que a crença dos consumidores de que os produtos têm as qualidades anunciadas ou foram preparados de acordo com os métodos especificados desempenha um papel fundamental (CLIMENT-LÓPEZ *et al.*, 2014; CRUZ *et al.*, 2020).

O consumidor cria e estabelece seus próprios requisitos de qualidade, que muitas vezes não estão somente relacionados a características intrínsecas do alimento, mas também ao interesse pela origem geográfica ou procedência dos alimentos, pelo turismo, através de sensibilidades estéticas, aestésicas e afetivas. Esses requisitos podem determinar a escolha e o consumo do alimento (CHALITA, 2012; GRUNERT, 2005).

Resultados semelhantes foram encontrados para a comercialização de queijos artesanais informais da Ilha do Marajó, onde 60% dos casos analisados realizavam a venda diretamente ao consumidor (SEIXAS *et al.*, 2014). Ao contrário do relatado para o queijo artesanal da região de Alagoa (MG), onde a maioria dos produtores vende o queijo para intermediários, que compram grandes remessas do produto fresco e realizam a maturação nos locais de venda (SANTOS *et al.*, 2018).

Já a venda dos queijos da agroindústria familiar acontece principalmente para intermediários: 24% para varejistas na cidade onde o estabelecimento está situado e 5% para intermediários em geral. Os demais canais de comercialização também são utilizados em proporção semelhante, entre venda diretamente na propriedade, venda em feiras e venda direta ao consumidor, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Canais de comercialização do queijo colonial

	Fabricação caseira	Agroindústria familiar
Direto na propriedade (%)	40	13
Em feiras (%)	11	15
Para varejistas (%)	3	7
Venda direta ao consumidor (%)	29	13
Venda para intermediários (%)	4	5
Venda para varejistas na cidade (%)	3	24

Fonte: Roldan *et al.* (2020).

Em relação à contribuição da venda do queijo na renda total da propriedade, para a categoria FC, a venda do queijo contribui com 24%, mostrando que essa venda tem um papel complementar às demais atividades desenvolvidas. Resultados semelhantes foram encontrados por Seixas *et al.* (2014), em pesquisa realizada com produtores de queijo artesanal na Ilha do Marajó, onde foi verificado que, para 80% dos entrevistados, a fabricação do queijo não era a principal fonte de renda.

Já nas propriedades com agroindústria familiar, a venda do queijo contribui com 55% da renda total, ou seja, a agroindustrialização, que também era vista como complementar às demais atividades, como a lavoura e a pecuária, tem um papel muito importante, sendo responsável por mais da metade da renda. Isso demonstra a relevância da atividade de agroindustrialização como promotora do desenvolvimento rural, por meio da agregação de valor e através da geração de trabalho e renda (CRUZ *et al.*, 2020; SEIXAS *et al.*, 2014).

Conclusão

Por meio da análise do perfil socioeconômico dos produtores e da atividade de produção de queijo colonial, pôde-se verificar que a idade avançada dos produtores, a longa experiência no processamento, a origem da atividade nos imigrantes italianos, bem como circuitos curtos de comercialização e as relações de confiança entre produtores e consumidores, caracterizam a atividade de produção de queijo colonial como tradicional.

Tendo em vista o número de pessoas envolvidas e a produção estimada de queijo colonial, é importante o estabelecimento de políticas públicas específicas para este setor, que contemplem financiamento e adaptação de legislações para o incentivo à formalização, com capacitações para os produtores, incluindo boas práticas agropecuárias e de fabricação. Além disso, a valorização do produto e do modo artesanal de processamento deve ser uma medida para fomentar o processamento do queijo colonial como forma de geração de renda, alternativa para os jovens e o desenvolvimento rural.

Declaração de conflito de interesses

Não temos conflito de interesse a declarar.

Agradecimentos

Agradecemos aos produtores de queijo colonial e aos extensionistas rurais da Emater/RS-Ascar, que foram parte fundamental desta pesquisa.

Socioeconomic profile of colonial cheese producers and the importance of artisanal production

Abstract

Colonial cheese is very popular with consumers, being produced basically with three ingredients: milk, rennet and salt. Its production is carried out in the family environment, for domestic consumption or for informal sale and by small, medium and large companies. Due to the economic, social and cultural importance that this product has, this study sought to analyze the socioeconomic profile of colonial cheese producers in the state of Rio Grande do Sul. It was possible to verify that the advanced age of the producers, the experience, the origin of the activity in the Italian immigrants, as well as short circuits of commercialization and the relations of trust between producers and consumers characterize the colonial cheese production activity as traditional.

Keywords: family agribusiness; adding value; rural development.

Perfil socioeconómico de los productores de queso colonial gaucho y la importancia de la producción artesanal

Resumen

El queso colonial es muy apreciado por los consumidores, y es elaborado básicamente con tres ingredientes: leche, cuajo y sal. Su producción se realiza en el ámbito familiar, para consumo interno o para venta informal y por pequeñas, medianas y grandes empresas. Debido a la importancia económica, social y cultural que tiene este producto, este estudio buscó analizar el perfil socioeconómico de los productores de queso colonial en el estado de Rio Grande do Sul. Se pudo constatar que la edad avanzada de los productores, la experiencia en la producción, el origen de la actividad en los inmigrantes italianos, así como los cortos canales de comercialización y las relaciones de confianza entre productores y consumidores caracterizan la actividad de producir queso colonial como tradicional.

Palabras claves: agroindustria familiar; valor agregado; desarrollo rural.

Nota

¹ *Formaio*: denominação de queijo no dialeto vêneto, falado pelos imigrantes italianos.

Referências

- AMBROSINI, L. B. *et al.* História do queijo colonial do Rio Grande do Sul: das cozinhas para o mercado. *Revista História: Questões e Debates*. 14 maio 2020. No prelo.
- BERNUÉS, A.; HERRERO, M. Farm intensification and drivers of technology adoption in mixed dairy-crop systems in Santa Cruz, Bolivia. *Spanish Journal of Agricultural Research*, v. 6, n. 2, p. 279-293, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018. Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 de junho de 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019. Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 de julho de 2019.
- CHALITA, M. A. N. O consumo de queijo como referência para a análise do mercado de qualidade do produto. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 545-562, 2012.
- CIOLAC, R. *et al.* Agritourism-A sustainable development factor for improving the “health” of rural settlements. Case study Apuseni Mountains area. *Sustainability*, Switzerland, v. 11, n. 5, 2019.
- CLIMENT-LÓPEZ, E. *et al.* Measuring quality conventions in the food industry: Applications to the wine sector in Spain. *Geoforum*, v. 56, p. 148-160, 2014.
- CRUZ, B. E. V. da *et al.* Redes sociais e preservação dos modos de produção de queijos artesanais da Ilha do Marajó, PA. *Redes*, v. 25, n. 2, p. 506-526, 2020.
- CRUZ, F. T. da; MENASCHE, R. O debate em torno de queijos feitos de leite cru: entre aspectos normativos e a valorização da produção tradicional. *Vigilância Sanitária em Debate*, v. 2, n. 4, p. 34-42, 2014.
- EMATER/RS-ASCAR. *Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul: 2019*. [S.l.: s.n.], 2019.
- ESPINOZA-ORTEGA, A. *et al.* Small-scale dairy farming in the highlands of central Mexico: technical, economic and social aspects and their impact on poverty. *Experimental Agriculture*, v. 43, n. 2, p. 241-256, 2007.
- FLATEN, O. Alternative rates of structural change in Norwegian dairy farming: Impacts on costs of production and rural employment. *Journal of Rural Studies*, v. 18, n. 4, p. 429-441, 2002.
- FOGUESATTO, C. R. *et al.* Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. *Land Use Policy*, v. 97, n. February 2019, p. 104643, 2020.
- GARCÍA, C. G. M.; DORWARD, P.; REHMAN, T. Farm and socio-economic characteristics of smallholder milk producers and their influence on technology adoption in Central Mexico. *Tropical Animal Health and Production*, v. 44, n. 6, p. 1199-1211, 2012.
- GONZÁLEZ-CÓRDOVA, A. F. *et al.* Invited review: Artisanal Mexican cheeses. *Journal of Dairy Science*, v. 99, n. 5, p. 3250-3262, 2016.
- GOODMAN, D. Rural Europe Redux ? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 1, 2004.

- GRUNERT, K. G. Food quality and safety: consumer perception and demand. *European Review of Agricultural Economics*, v. 32, n. 3, p. 369-391, 2005.
- KIM, S. *et al.* The effect of agritourism experience on consumers' future food purchase patterns. *Tourism Management*, v. 70, n. August 2018, p. 144-152, 2019.
- PONTE, S. Convention theory in the Anglophone agro-food literature: Past, present and future. *Journal of Rural Studies*, v. 44, p. 12-23, 2016.
- RIES, J. E.; BITTENCOURT, S. L. J. Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2015.
- RYAN, T. P. *Sample Size Determination and Power*. [S.l.]: Wiley Series in Probability and Statistics, 2013.
- SANTOS, G. M. dos *et al.* Perfil da produção artesanal na região de montanha em Alagoa, no sul de Minas Gerais. *Revista de Geografia*, v. 8, n. 1, p. 01-11, 2018.
- SEIXAS, V. N. C. *et al.* Socioeconomic diagnosis of cheese producers of Marajó, state of Pará, Brazil. *Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes*, v. 69, n. 5, p. 309-321, 2014.
- SILVEIRA, P. R. C. da; TREVISAN, A. P. A produção e comercialização de queijos coloniais: dinâmicas de validação social da qualidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45. *Anais [...]*. Londrina: 2007.
- SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S. O social e suas dimensões em agroindústrias familiares rurais. *Extensão Rural*, v. 21, n. 3, p. 93-120, 2014.
- TAVARES, A. B. *et al.* Artisanal cheese produced in the south of Rio Grande do Sul: Physical-chemical, microbiological assessment and susceptibility of antimicrobials from *Staphylococcus coagulase positive* isolates. *Ciencia Animal Brasileira*, v. 20, p. 1-10, 2019.
- ZUMBO, A. *et al.* Ripening-induced changes in microbial groups of artisanal Sicilian goats' milk cheese. *Italian Journal of Animal Science*, v. 8, n. suppl. 2, p. 450-452, 2009.

Diretrizes para autores

Normas Revista *Teoria e Evidência Econômica* (UPF)

Apresentação do texto

Para efeito de padronização gráfica, os trabalhos deverão seguir, rigorosamente, as normas abaixo especificadas, sob o risco de não serem aceitos, independentemente da adequação do conteúdo. Os originais deverão conter as seguintes informações sobre o(s) autor(es): nome completo, titulação e instituição a que está vinculado, além de endereço eletrônico para correspondência.

1. Os artigos deverão ser originais e ter a seguinte estrutura: a) Título do trabalho: letras minúsculas nas iniciais do título, salvo palavras que exijam, pelas normas da língua portuguesa, o uso de letra maiúscula; b) Autoria: nome completo e e-mail dos autores (quando a autoria for de acadêmicos, a coautoria deverá ser do professor-orientador); c) Resumo/Palavras-chave: com no máximo 10 linhas, espaçamento entrelinhas simples, seguido de 3 a 5 palavras-chave, em português, em espanhol e em inglês; d) Introdução; e) Desenvolvimento (subdivisões do texto); f) Considerações finais; g) Referências; h) Notas de fim, quando necessário.
2. Os trabalhos deverão limitar-se a 35 (trinta e cinco) páginas, incluindo ilustrações, referências e notas de fim; sendo digitados em um editor de texto Word for Windows, com texto em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5; em uma única face de folha tamanho A4, com margens (superior e inferior, direita e esquerda) de 3 centímetros.
3. Resumo e Palavras-chave: o resumo deverá ser redigido em parágrafo único, frases concisas (não em tópicos), com verbos na voz ativa e na terceira pessoa do singular; as palavras-chave devem aparecer logo abaixo do resumo, separadas por ponto.
4. Ilustrações, tabelas e outros recursos visuais: deverão ter identificação completa (títulos - espaçamento simples, fonte 12, alinhamento justificado; legendas e fontes - espaçamento simples, fonte 10, alinhamento justificado) e ser numeradas consecutivamente, inseridas o mais próximo possível da menção no texto. Por se tratar de publicação em preto e branco, recomenda-se, na elaboração de gráficos, uso de texturas no lugar de cores. Em caso de fotos ou ilustrações mais elaboradas, deverá ser enviado arquivo anexo com os originais. Tabelas e quadros deverão estar no formato de texto, não como figuras. Imagens e/ou ilustrações deverão ser enviadas como “Documentos suplementares” em arquivo à parte, no

formato JPG, ou TIF, em alta resolução (no mínimo 300dpi). O autor é responsável pela autorização de publicação da imagem, bem como pelas referências correspondentes. Os dados utilizados para a elaboração de gráficos deverão ser enviados em arquivo separado ao texto, em formato Excel.

5. Símbolos: todos os símbolos deverão ser definidos no texto. Cada símbolo de medida deverá mencionar as unidades entre parênteses. Os grupos sem dimensão e os coeficientes deverão ser assim definidos e indicados.
6. Unidades e expressões matemáticas: as unidades de medição e abreviaturas deverão seguir o Sistema Internacional. Outras unidades poderão ser indicadas como informação complementar. As expressões matemáticas deverão ser evitadas ao longo do texto, como parte de uma sentença, orientando-se digitá-las em linhas separadas. As expressões matemáticas deverão ser identificadas em sequência e referidas no texto como Equação (1), Equação (2), etc. Todas as fórmulas deverão ser feitas no editor de fórmulas do Word.
7. Siglas: na primeira vez em que forem mencionadas, devem, antes de constar entre parênteses, ser escritas por extenso, conforme exemplo: Universidade de Passo Fundo (UPF).
8. Notas: deverão ser utilizadas apenas as de caráter explicativo e/ou aditivo. Não serão aceitas notas de rodapé (converter em notas de fim).
9. Destaques: deverá ser usado itálico para palavras estrangeiras com emprego não convencional, neologismos e títulos de obras/periódicos.
10. Citações: deverão obedecer à forma (SOBRENOME DO AUTOR, ANO) ou (SOBRENOME DO AUTOR, ANO, p. xx). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (SOBRENOME DO AUTOR, ANOa) e (SOBRENOME DO AUTOR, ANOb). As citações com mais de três linhas devem constar sempre em novo parágrafo, em corpo 10, sem aspas, com espaçamento entrelinhas simples e recuo de 4 cm na margem esquerda. Deverá ser adotado uso de aspas duplas para citações diretas no corpo de texto (trechos com até três linhas). No caso de mais de três autores, indicar sobrenome do primeiro seguido da expressão latina et al. (sem itálico). A referência reduzida deverá ser incluída após a citação, e não ao lado do nome do autor, conforme exemplo: De acordo com Freire (1987, p. 69), “[...] o educador problematizador (re)faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos” (1987, p. 69).
11. Referências: deverão constar, exclusivamente, os textos citados, em ordem alfabética pelo nome do autor, seguindo as normas da ABNT. Deverá ser adotado o mesmo padrão em todas as referências: logo após o sobrenome, que será grafado em caixa

alta, apresentar o nome completo ou apenas as iniciais, sem misturar os dois tipos de registro (FREIRE, Paulo ou FREIRE, P.).

12. Ao Conselho Editorial reserva-se o direito de aceitar, aceitar com revisão, aceitar com resubmissão ou recusar os trabalhos encaminhados para publicação.
13. Os autores receberão um exemplar do número em que seu trabalho for publicado.

Exemplos de referências mais recorrentes

Livros:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro*: subtítulo. Número de edição. Cidade: Editora, ano.

Capítulos de livros:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). *Título do livro*: subtítulo. Número de edição. Cidade: Editora, ano. p. xx-yy. (página inicial – final do capítulo).

Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Nome do Periódico*, Cidade, v. ____ e/ou ano (ex.: ano 1), n. ____, p. xx-yy (página inicial – final do artigo), mês abreviado. ano.

Textos de publicações em eventos:

SOBRENOME, Nome. Título. In: NOME DO EVENTO, número da edição do evento em arábico, ano em que o evento ocorreu, cidade de realização do evento. *Tipo de publicação* (anais, resumos, relatórios). Cidade: Editora, ano. p. xx-yy (página inicial – final do trabalho).

Teses / Dissertações:

SOBRENOME, Nome. *Título da D/T*: subtítulo. Ano. Número de folhas. Dissertação/Tese (Mestrado em.../Doutorado em...) – Nome do Programa de Pós-Graduação ou Faculdade, Nome da IES, Cidade, Ano.

Sites:

AUTOR(ES). *Título* (da página, do programa, do serviço, etc.). Versão (se houver). Descrição física do meio. Disponível em: <http://...>. Acesso em: dd(dia). mês abreviado. aaaa(ano).

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em “Comentários ao Editor”.
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB).
3. Todos os endereços de URLs no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.
4. O texto está em espaço espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos). Em caso de citação de autores, “Autor” e ano são usados na bibliografia e notas de rodapé, ao invés de Nome do autor, título do documento, etc.

Declaração de Direito Autoral

Os conceitos emitidos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es). A simples remessa do trabalho implica que o(s) autor(es) concordam que, em caso de aceitação para publicação, a Revista Teoria e Evidência Econômica (Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics) passa a ter os direitos autorais para a veiculação dos artigos, tanto em formato impresso como eletrônico a eles referentes, os quais se tornarão propriedade exclusiva da Revista Teoria e Evidência Econômica (Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics). É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que seja explicitamente citada a fonte completa.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

